

# VIDA CONTEMPORÂNEA

REVISTA MENSAL DE ESTUDOS  
ECONÓMICOS, FINANCEIROS,  
SOCIAIS E LITERÁRIOS

DIRECTOR

CUNHA LEAL

**1934**



# VIDA CONTEMPORÂNEA

REVISTA MENSAL DE ESTUDOS ECONÓMICOS, FINANCEIROS, SOCIAIS E LITERÁRIOS

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: - CUNHA LEAL

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO  
PROVISÓRIAS:

R. Cidade da Horta, 49-1.º  
LISBOA - Portugal

PREÇO 5\$00

REDACTOR PRINCIPAL

VASCO DA GAMA FERNANDES

EDITOR E SECRETÁRIO DE REDACÇÃO  
VICTOR JÚDICE DA COSTA

ADMINISTRADOR

ANTÓNIO CASANOVAS AUGUSTINE

COMPOSTO E IMPRESSO:

TIPOGRAFIA "A RENASCENÇA"

RUA SILVA CARVALHO, 193  
(a Campo de Ourique)

LISBOA Telefone N. 6076

Est. 6 Tab. 6 N.º 13

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL  
MUSEU NACIONAL DA CIÊNCIA  
E DA TÉCNICA

## SUMÁRIO

- I — «Vida Contemporânea».
- II — «Economia livre ou economia dirigida?», pelo Engenheiro Cunha Leal
- III — «A Marinha Portuguesa e a Aliança com a Inglaterra», pelo Engenheiro Cesar Ferreira.
- IV — «Comércio Internacional», pelo Dr. João Pinheiro.
- V — «A Filosofia e a Vida», pelo Dr. Germano Rocha.
- VI — «A defesa do espírito» pelo Dr. Anselmo Vieira.
- VII — Nota a «D. Pedro V e o seu Reinado de Júlio Vilhena», pelo Dr. Henrique Vilhena.
- VIII — «A Radiofusão e o direito», pelo Dr. Leopoldo do Vale.
- IX — «Divagações científicas», pelo Engenheiro Pires de Carvalho.
- X — «O Instituto de Cooperação Intelectual», por Vasco da Gama Fernandes
- XI — «A Expressão Império Colonial Português», pelo Dr. Albano Moncada.
- XII — «Tópicos de colonização», pelo engenheiro Pimenta de Castro.
- XIII — Vida Internacional.
- XIV — «Pyrene», pelo Dr. Fidelino de Figueiredo.
- XV — «A Guerra», por Aquilino Ribeiro.
- XVI — «S. O. S.» - Sociedade das Belas Artes, por José Almada Negreiros.
- XVII — «Crítica de teatro», pelo Dr. Castanheira Lobo.
- XVIII — «Política Social», pelo Dr. António Carvalho.
- XIX — «E' Tempo...», por Artur Rebelo de Almeida.





*Amor J. Ferreira*

# A Vida Contemporânea



Olhando em tórno de si ou prescrutando a própria intimidade do seu ser, o homem só depara com dúvidas e inquietações. A interrogação fundamental, aquela que se desenha no primeiro plano do panorama contemporâneo, aquela donde decorrem, como corolários lógicos, tôdas as outras interrogações, é esta: — qual deve ser para as gerações actuais o conceito da vida ?

O homem do século XX já não consegue compreender o homem super-intelectualizado do século XIX, menos-prezador do misérrimo ser físico, que servia de portador à sua alma estilizada. As grandes preocupações metafísicas duma época estática cederam o passo, nos dias de hoje, ao culto pelo corpo humano, donde brotam e jorram, como eflúvios, os instintos, os apetites, em suma as manifestações exuberantes da vitalidade orgânica.

É, porém, necessário ter em atenção que o homem, é, ao mesmo tempo, produto do passado e portador de gérmenes, que tendem a projectá-lo para o futuro. Dentro dêle coexistem instintos de conservação que veem das profundidades da história e instintos de progresso que o incitam ao aniquilamento das formas presentes da civilização e à conquista das suas

formas futuras. A vitória do corpo sobre o espírito deu azo a que as almas humanas se transformassem em campos de batalha onde se degladiam aqueles dois instintos contraditórios, um dos quais acaba por triunfar do outro, mais ou menos inteiramente.

Ora, esta luta interna tem, como não podia deixar de ser, projecções externas de grande intensidade. Cada homem cura, naturalmente, de associar-se com aqueles que são portadores do mesmo instinto predominante, a fim de que seja paralizada a tendência oposta. A inteligência, que suaviza e dulcifica as discórdias humanas, é relegada para uma condição subalterna, o que empresta a este choque de forças cegas da natureza um dinamismo catastrófico. Vive-se em plena tempestade, que, por vezes, assume proporções de ciclone.

Sucede, porém, que os diferentes indivíduos, confinados em pontos de vista particulares, têm um campo de observação forçosamente restrito, ao passo que as conseqüências daquele embate de instintos vitais são numerosíssimas e complexas.

Uns apreendem, fragmentariamente, os aspectos filosófico, científico, artístico ou cultural da vida contemporânea e constataam, com ingênua surpresa, a instabilidade dos princípios, das doutrinas, das escolas e dos métodos.

Outros fixam-se, de preferência, no exame dos fenômenos económicos e cuidam estar assistindo à derrocada da economia clássica, sem que, em todo o caso, distingam, nitidamente, o que é que, em futuro regímen de direcção estatal, sobreviverá da concepção novecentista do liberalismo económico.

Outros, então, só têm olhos para as questões financeiras e monetárias; e, observando que, mau grado a crise dos Estados, a situação das entidades particulares é mais grave ainda, reconhecem que se caminha, irresistivelmente, para a monopolização da função bancária por parte do Poder Central.

Outros, a seu turno, a-pezar-da asfixia das actividades coloniais, característica dos dias que vão correndo, concentram as suas atenções sobre os problemas do Ultramar e trazem sempre presente em seu

espírito o panorama histórico, que quiere fazer de Portugal o progenitor de novas nacionalidades, como o Brasil.

Outros, por seu lado, não concebem que a primazia entre os problemas nacionais possa ser disputada aos da assistência social neste país em que se morre à míngua e sem socorros médicos e em que os homens, físicamente depauperados, vivem em covis de feras, sem a mais ténue sombra de conforto.

Outros,—e são talvez os mais numerosos—cuidam que a reforma orgânica do Estado poderá e deverá funcionar como agente excitador das energias nacionais, em vez de ser o reflexo das condições espirituais, económicas e sociais da hora presente.

Outros, em contraposição, imaginam que os destinos de cada Estado dependem, mais do que das actuações próprias, de complexos movimentos de carácter internacional.

Emfim, cada cabeça, cada sentença, ou, melhor, cada ponto de vista, cada opinião fragmentária.

Nestes momentos de confusão e de incerteza sôbre os destinos humanos e, por conseguinte, sôbre os arranjos funcionais das colectividades, nesta hora em que os cenários da civilização mudam com velocidade cinematográfica, surge esta Revista com a pretensão, excessivamente ambiciosa, de ajudar cada um a amplificar o seu campo visual para que se torne, conseqüentemente, mais tolerante e mais apto a entender-se com os seus semelhantes.

A «VIDA CONTEMPORÂNEA», quereria, pois, que todos encontrassem nas suas páginas o complemento necessário das suas observações pessoais. Na retorta do Mundo está-se elaborando um novo estilo de vida. Esta Revista convida os portugueses a debruçarem-se, com ávida curiosidade, sôbre essa retorta, a ver se conseguem lóbrigar as incertas formas do futuro.

Se alguns, a que não chamaremos zoilos, alcunharem de quixotesca esta aspiração, os homens, que conceberam e estão realizando a «Vida Contemporânea» limitar-se-ão a responder-lhes que sentem especial predilecção pela figura do magro herói manchego a quem admiram até mesmo quando se punha —pobreziinho dele— a esgrimir contra moinhos de vento.

Se também nós formos volteados pelo moinho de vento da indiferença pública, estaremos assim antecipadamente consolados.

E esta é a primeira lição de filosofia aplicada, que daremos aos nossos leitores.



## Economia livre ou economia dirigida ?

### I

**A**damos crédito a Karl Marx — homem dinâmico de cujo pensamento se encontra impregnada a vida contemporânea — as leis económicas constituiriam o fundamento da **Ordem normativa**. As leis morais, religiosas, de cortezia e jurídicas, de que esta se compõe, não seriam mais do que corolários das primeiras.

A ordem normativa formaria assim o lógico prolongamento da **ordem natural**. Para o demonstrarmos, começaremos por observar que, de acôrdo com esta concepção marxiana, a distribuição e o consumo das riquezas, de que se ocupa a economia política, e a dependência entre a organização das sociedades e os interesses materiais, de que se ocupa a economia social, obedeceriam a leis tão **fatais**, como o são as relações entre as causas e os efeitos na ordem natural.

A única diferença entre as leis naturais pròpriamente ditas e as leis económicas consistiria em que as primeiras teriam grau de generalidade maior do que as segundas. O mundo dos fenómenos naturais e o dos fenómenos económicos derivariam duma **causa primária**, que daria origem a certo número de efeitos, que, a seu turno, provocariam outros efeitos e assim sucessivamente.

Poder-se-ia, pois, formar uma cadeia de fenómenos, cada um dos quais seria o efeito do antecedente e a causa do seguinte. Cada dois dos elos consecutivos desta cadeia estariam ligados por **leis de generalidade sucessivamente decrescente**. As leis económicas seriam as mais particulares desta escala.

E as leis da ordem normativa? Seriam leis de correlação ou entre fenómenos económicos ou entre fenómenos espirituais ou entre fenómenos de ambas estas espécies. Devido às irremediáveis deficiências da observação psicológica, tanto interna, como externa, as leis normativas das duas últimas categorias seriam necessariamente contingentes, sem que se pudesse alimentar a esperança, sequer illusória, de se remediar tal inconveniente. Daí a mutabilidade incessante dessas leis, que variam, com efeito, de época para época, de geração para geração, e dentro ainda de cada geração. Haveria, porém, uma parte comum à ordem natural e à ordem normativa: queremos referir-nos às leis económicas.

As expressões, — "psicologia de uma época, de uma geração ou de um momento histórico" — servem comumente para se designar o conjunto de caracteres com que a observação tenta definir o fâcies espiritual do "homem médio" em períodos mais ou menos duradouros e para espaços mais ou menos dilatados. É para êsse "homem médio" que são criadas aquelas leis contingentes, umas de aplicação voluntária, outras de aplicação coactiva.

Marx fazia descender qualquer fenómeno espiritual de um fenómeno material. O materialismo seria, pois, o tronco da arvore genealógica do espiritualismo. Pode-se, sem esforço, considerar, como verdadeira, esta asserção. Isso não prova, contudo, como êle pretendia, que o "**economicum**" tenha sido, seja e haja sempre de ser a causa próxima de todos os fenómenos políticos e sociais do passado, do presente e do futuro.

Descendo do domínio das abstracções — onde tanto se comprazia Marx, mau grado as aparências em contrário — para o campo das realidades concretas, poderemos distinguir nos fenómenos espirituais duas espécies, pelo que diz respeito às causas determinantes:

- 1) — os que resultam, não muito remotamente, de fenómenos materiais;
- 2) — os que tanto se desprenderam já da sua origem material que o homem não consegue, facilmente, restabelecer a cadeia de fenómenos espirituais que o ligam àquela origem.

No que se refere aos efeitos, há que distinguir nos fenómenos espirituais três espécies:

- 1) — os que têm só repercussões materiais imediatas;
- 2) — os que só têm repercussões espirituais próximas;
- 3) — os que têm repercussões dêstes dois tipos.

Assim, pois, há fenómenos espirituais para os quais se torna legítimo esquecer a sua longínqua ascendência material. Que nos importa que o amor materno tenha tido, porventura, como causa primitiva, a necessidade prosaica de as fêmeas aleitadas despejarem, periòdicamente, os úberes entumecidos? Na realidade, êste sentimento e os fenómenos a que dá lugar foram-se dignificando, foram-se sublimando, foram-se destacando da sua origem. A fêmea insofrida transmudou-se na mãe abnegada. Que abismo não há entre uma e outra!

Ora os fenómenos espirituais desta espécie têm, ainda hoje, enorme importância no desenrolar da vida dos povos. Em épocas normais, a sua influência excede mesmo, sem contestação, a dos fenómenos económicos. Ao contrário, em períodos de funda perturbação no equilíbrio até aí existente entre a produção, a distribuição e o consumo das riquezas, não é de admirar que os fenómenos espirituais passem para segundo plano.

Nas sociedades não há, porém, sòmente crises económicas, havendo ainda crises provenientes da falta de sincronismo entre as leis da ordem normativa e a

mentalidade e sensibilidade dos povos. Quando as crises de uma ou de outra destas categorias assumem intensidade anormal, a revolução apresenta-se como o meio mais rápido e mais eficaz de se atingir novo estado de equilíbrio. Isto explica que no crepúsculo do século XVIII tenha surgido a Revolução Francêsa, movimento essencialmente espiritualista, destinado a acabar com absurdas sobrevivências dos privilégios feudais, a nivelar os homens em face do direito e a introduzir, ao menos teóricamente, nas relações sociais essa sublime concepção judaica, que é a justiça.

Essa revolução espiritualista trazia já, porém, em seus flancos fecundos o gérmen de outra revolução, de carácter nitidamente materialista e económico, que se vem desenrolando diante dos nossos olhos e que ora faz explosão e provoca teatrais mudanças de cenário, ora vai minando o subsolo duma civilização multi-secular, sem que se possa medir desde já o alcance da sua tarefa destruidora. Tão certo é que o homem é incapaz de prever o futuro.

---

Tentemos explicar a correlação existente entre dois movimentos político-sociais, que se encontram separados por quási século e meio de história.

Da obediência aos princípios inscritos pela Revolução Francêsa na célebre «Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão» resultaram transcendentés consequências de carácter económico. Para compreendermos bem a evolução do fenómeno, carecemos de esboçar, a traços largos, as características da economia na época anterior à Revolução Francêsa.

Começaremos por frisar que o volume da riqueza geral era assaz reduzido e que os afastamentos da riqueza individual em relação à média eram muito acentuados. A extrema pobreza e a extrema riqueza, sem a existência entre elas do tampão amortecedor duma classe média considerável — tal era o panorama social de então. Acrescentaremos que a nobreza e o clero, detentores da maior parte da fortuna nacional, estavam isentos do pagamento de impostos. A carga fiscal ia, pois, recair inteiramente sôbre os ombros duma plebe envilecida pela miséria da sua condição.

Isto por um lado. Por outro lado, a economia assumia feição acentuadamente regionalista, por virtude da existência duma rêde de alfândegas interiores, que dificultavam a translação dos produtos de umas zonas para as outras. Esta persistência de certos caracteres do regimen feudal, mesmo depois do seu esmagamento pelo poder absoluto dos reis, constituía uma manifestação da lei da inércia.

Dest' arte, a região formava um todo económico com relativa independência. Espalhadas por toda ela, existiam indústrias encarregadas de dar satisfação às necessidades rudimentares do homem. Nos centros urbanos concentravam-se, de preferência, as indústrias relativas à satisfação de necessidades de ordem mais elevada, bem como aquelas que exigiam maior concentração de capitais. As feiras

vinham equilibrar, periódicamente, as mútuas exigências das diferentes partes duma mesma região.

Acrescia ao que vimos de dizer que as dificuldades de transporte eram muito grandes, por motivo das deficiências dos caminhos e da escassez de veículos. Utilizavam-se cavalos, muares e jumentos para transporte de mercadorias a dorso. A indústria dos almocreves, extremamente rendosa, tinha funções abastecedoras nos intervalos das feiras.

Outra característica da economia de então era o facto de o operariado estar arregimentado em **corporações fechadas**, que, segundo Nitti, eram dotadas de «egoísmo, estreiteza de vistas e incapacidade para verem outros interesses além dos interesses imediatos dos seus grupos». A corporação era, com efeito, baseada sobre uma série de negações, tais como a da liberdade de concorrência e a da liberdade de trabalho. Falando das corporações da Flandres, Pirenne refere-se-lhes nos seguintes termos:

”Proibição, por conseguinte, de vender a preço mais baixo do que as taxas fixadas pelos regulamentos; proibição de trabalhar número de horas superior àquele de que o sino da torre marca o começo e o fim; proibição de se servir de instrumentos não usados pelos outros ou de os inventar; proibição de aperfeiçoar a técnica; proibição de empregar mais operários do que os vizinhos, de fazer trabalhar a sua mulher e os seus filhos; proibição, enfim, absoluta de recorrer ao «réclame» e de gabar a sua mercadoria em detrimento da mercadoria de outrem. Vai-se tão longe neste caminho que em Saint--Omer o estatuto do mercado proíbe o vendedor de saudar os que passam, e de se assoar ou espirrar, para não atrair assim sobre os seus produtos a atenção do cliente”.

É no meio duma sociedade assim manietada e asfixiada que, de súbito, um movimento revolucionário vem estabelecer um régimen de plena liberdade. Não mais privilégios de castas, facilitando a vida de reduzidas minorias à custa do sacrifício ingente das grandes massas nacionais. Não mais barreiras aduaneiras interiores, dificultando a circulação dos produtos e as operações comerciais. Não mais corporações fechadas, criando castas de operários, sujeitos inicialmente a dolorosa aprendizagem.

As consequências da instauração de um régimen de liberdade económica e de consciência e de igualdade política e social foram, sem favor, extraordinárias. Generalizada a instrução, que outrora era apanágio de ínfimas minorias, a selecção das "élites" pôde fazer-se em sectores cada vez mais extensos da população, o que emprestou à ciência condições de progresso, que até então não tivera. Antes da Revolução Francêsa, a ciência confinava-se nos limites da especulação intelectual. Depois dela, desabrocham, com vigor surpreendente, as ciências experimentais, e o sábio, perdendo o seu ar distante e empertigado, passa a compreender que a ciência não deve limitar-se a proporcionar aos seres selectos gozos espirituais, devendo, muito principalmente, pôr-se ao serviço de toda a humanidade, sem distinção de castas, para lhe aumentar o bem estar material.

Em 140 anos, o campo das aplicações práticas da ciência dilata-se, a perder de vista. A descoberta da máquina a vapor rasga novos horizontes à indústria. O carvão mineral conquista na vida económica dos povos posição predominante. O ferro segue-lhe no encalço. As nações, que a natureza dotara com abundantes reservas daquele combustível e dêste minério, em zonas próximas entre si e vizinhas do mar, como sucede com a Inglaterra, começam a destacar-se e a ocupar o primeiro plano na civilização mundial.

A troca, desoprimida de entraves legais dentro de cada país, carecia de meios de comunicação mais cómodos e mais rápidos. A viação ordinária toma grande impulso sob a pressão desta necessidade: surgem estradas com faixa de rolagem sólida, elástica e resistente e multiplica-se, concomitantemente, o número de veículos. A descoberta da máquina a vapor permite iniciar a viação acelerada terrestre e aumenta a velocidade das comunicações marítimas. A organização dum serviço público de correios e a descoberta do telégrafo tornam mais fácil e mais rápida a comunicação do pensamento.

A produção e circulação das riquezas, sob o acicate da livre concorrência, conhecem um período de esplendor que surpreenderia, por certo, os homens dum passado ainda próximo, se pudessem ressuscitar. O ritmo das indústrias exige o emprêgo de mão de obra em grandes quantidades. A destruição do antigo sistema corporativo e a liberdade de trabalho permitem a improvisação relativamente rápida de especialistas e de operários para as funções menos importantes. A produção perde em qualidade mas ganha em quantidade, o que torna possível às massas trabalhadoras a satisfação de necessidades outrora consideradas supérfluas.

Ao mesmo tempo opera-se dentro de cada país um novo equilíbrio económico. A concorrência estrangula pequenas indústrias regionais para dar lugar ao aparecimento de indústrias nacionais. Certas zonas, pelo facto de reünirem em si condições privilegiadas, monopolizam, com efeito, a produção de determinados artigos. A concentração faz nascer a Grande Indústria, que produz massas consideráveis dos mesmos artefactos. O capital individual e a associação de pequeno número de capitais individuais tornam-se insuficientes para erguerem os monumentos da nova arquitectura industrial, mas a sociedade anónima, reünindo as pequenas economias, vem solucionar o problema daquela insuficiência.

Assim como as várias zonas dum país se especializam, sob o ponto de vista da produção, assim os diversos países criam, uns em relação aos outros, certas especializações. As suas mútuas deficiências são supridas pela troca. O comércio internacional ganha proporções sucessivamente crescentes. As correntes circulatórias da riqueza começam a assumir importância desusada na vida universal.

Cada vez mais vai subindo o nível da riqueza geral, por virtude de a produção ser feita em quantidades superiores ao consumo, armazenando-se a diferença sob a forma de novos instrumentos e meios de produção, de prédios imobiliários, de vias e meios de comunicação, de melhoramentos rústicos e

urbanos e de valores móveis. A classe média engrossa e torna-se o sólido apóio da democracia cujos progressos se acentuam de dia para dia. Apesar da gritante injustiça com que a classe operária é tratada, a sua condição social melhora sensivelmente.

Isto se deve ao regímen da liberdade e igualdade, de que tanto maldizem certos pseudo-aristocratas contemporâneos, que, se não fôra êle, passariam ainda hoje as suas noites a assustar as rãs dos charcos, para que o seu coaxar não incomodasse o sono do aristocrata, a essas horas reclinado no seu majestoso leito de pau santo e a sonhar, voluptuosamente, com a castelã do solar vizinho.

Êste regímen, como tôdas as instituições, descreveu o seu ciclo vital: nasceu, desenvolveu-se, para se encontrar agora na agonia. Importa historiar essa agonia, não para decidirmos, com dogmatismo impertinente, se é preferível a liberdade económica à economia dirigida, ou vice-versa, mas sim para explicarmos as causas que tornaram necessário e fatal o advento dêste último regímen.

## I I

O regímen da liberdade económica funcionou às mil maravilhas, emquanto a capacidade de produção se conservou muito abaixo da capacidade de consumo e emquanto o "processus" de concentração industrial não atingiu uma fase muito adiantada.

Vamos explicar a razão dêste nosso postulado,

Com efeito, a função primacial da economia deve ser, incontestavelmente, a produção. Em regímen económico equilibrado, a troca seria apenas o meio de facilitar a circulação das riquezas produzidas. E, na realidade, teria sido difícil à troca extralimitar-se, enquanto os géneros e artigos, oferecidos pela produção ao consumo, foram em menor quantidade do que a requerida pelo consumo. Durante êste período, viveu-se em regímen de alta de preços, que a própria concorrência tendia, em todo o caso, a comprimir, pela improvisação de novos produtores, incitados pelo apetite do lucro.

Esta foi, com pequenas intercadências, a fase do progresso económico. Note-se que, se a concentração industrial e agrícola tivesse, durante esta fase, sido tal que os grandes organismos de produção pudessem estancar a fonte da concorrência, o progresso poderia ter sido detido por esta circunstância. Tal se não deu, porém. A concentração só atingiu limites perigosos, dentro do regímen da liberdade económica, quando a produção, trasbordando, excedia já as necessidades do consumo.

Ao chegar a êste último momento da evolução económica, a troca seria conduzida, fatalmente, a dominar a produção, ou antes a escravizá-la, passando assim, no decurso de um curto ciclo histórico, de escravizada a escravizadora. Ê que o facto de a produção exceder o consumo teria de dar ao elemento regu-

lador da circulação das riquezas a possibilidade de pôr na sua dependência a agricultura e a indústria.

Esta fase de predominância da troca iniciou-se, porém, na realidade antes do momento em que o mecanismo atrás apontado permite explicá-la com facilidade. A razão disso devemos procurá-la na necessidade crescente de capitais por parte da produção e no aumento incessante de disponibilidades postas pelo público à ordem das instituições bancárias, cuja história deve ser conhecida por todos quantos pretendam compreender a vida contemporânea.

A produção em grande e o sistema das vendas a prazo de há muito se vinham conjugando, de facto, para exigirem às empresas fabris um enorme capital de giro, a acrescentar às grandes immobilizações em edifícios e maquinismos. Sucedia ainda que os progressos da técnica impunham a renovação periódica da maquinaria e, por vezes, a ampliação das instalações. O ritmo destas substituições ia-se acelerando cada vez mais, paralelamente à aceleração registada, sobretudo após a guerra, no aperfeiçoamento dos métodos de fabrico. Como obter os capitais indispensáveis para que a indústria fizesse face a necessidades tão imperiosas e de amplitude cada vez maior?

O capital individual nas empresas industriais já não podia ter a pretensão da suficiência. As associações dos vários tipos, sem exclusão da sociedade anónima, não constituíam também solução eficaz para tal problema. Houve, por isso, que recorrer ao crédito, que aliás foi sempre elemento essencial do mecanismo económico. Para que êle, porém, não determine perturbações, necessário se torna que não exceda determinados limites. E compreende-se porquê. Se uma empresa fabril, movimentando capitais alheios, tem em «stock» nos seus armazens matérias primas e produtos acabados de valor muito superior ao seu capital próprio, uma grande baixa nos preços daquêles determinará uma situação de embaraço, que poderá ir até à falência. Ao contrário, se o crédito se mantiver em proporções razoáveis, a queda dos preços acarretará, é certo, um prejuízo, mas êste será insusceptível de constituir perigo iminente para a estabilidade da empresa.

No comércio passou a dar-se a mesma coisa. A produção em mais larga escala exigia da parte daquele maior movimentação de capitais. Foi o jôgo do crédito que os forneceu. Por outro lado, as dificuldades periódicas da agricultura igualmente a levaram a lançar mão do expediente de empréstimos a médios prazos e de empréstimos hipotecários, com mais frequência e em maior quantidade do que seria para desejar.

Ora, a partir do começo do século xx, a prudência em matéria de crédito foi posta de banda, em parte sob a pressão de necessidades derivadas do próprio progresso humano. O mal vem-se agravando de ano para ano, mas — repetimos — não é de agora. São as instituições bancárias os organismos distribuidores do crédito. É, porém, de notar que a banca não soube haver-se com prudência e comedimento no exercício da sua função, por isso que, tendo os vários tipos de

crédito — industrial, agrícola, comercial e hipotecário— características particulares, a que deveria corresponder rigorosa especialização bancária, quasi nunca os dirigentes da finança privada se cingiram a este principio. Foram oportunistas, e a sua visão nunca deixou de sofrer do defeito da miopia. Os bancos de desconto, que deveriam ser exclusivamente destinados a operações de crédito comercial, ou seja a curto prazo, na prática realizaram operações a médios e longos prazos, o que equivaliu à immobilização de capitais próprios e alheios, além dos limites do razoável. O mal foi agravado com o exagêro dos créditos em relação aos capitais das entidades devedoras.

---

Deixemos, porém, momentâneamente, de lado o estudo dos inconvenientes acarretados pela anormalidade dêste procedimento. Outro assunto nos solicita, desde já, a atenção.

Donde vinham para as instituições bancárias as disponibilidades com que faziam face às exigências duma vida económica mal orientada? Vinham do aumento incessante da classe média e da amplificação também crescente da potência capitalista média de cada um dos seus componentes. A medida que se aperfeiçoava a máquina económica, se é certo que se multiplicavam os exemplos de constituição de fortunas individuais descomedidas, é inegável, do mesmo modo, que o facto frisante, essencial, era esta ascensão da burguesia. As suas economias, em grande parte, iam parar às instituições baneárias, sob a forma de depósitos à ordem ou a prazo.

A Banca viu assim multiplicados por um coeficiente exagerado os recursos próprios. Bomba aspirante das disponibilidades monetárias da nação, era, ao mesmo tempo, a bomba premente que as redistribuia, por forma a tornar possível o funcionamento da economia nacional. Fêz delas emprêgo pouco judicioso, porquanto não soube ver o perigo de largas generosidades e da immobilização de depósitos à ordem, a partir do momento em que a confiança nacional se sentisse profundamente afectada.

No entretanto, enquanto os acontecimentos não geravam a fatal desconfiança, os dirigentes da Banca constituíram-se em **plutocracia**, ávida de dominar. Como dissémos, o enfeudamento da produção à troca não se deu no momento em que aquela atingiu potência superior à requerida pela capacidade de consumo dos mercados: antecipou-se por virtude desta predominância da Banca dentro de um regímen económico cujo progresso reclamava volumes de capital cada vez maiores. A Banca, elemento da engrenagem da troca, não se contentou com escravizar a agricultura e a indústria, porque colocou, inteiramente, na sua dependência os restantes factores da própria troca, isto é, o comércio, na acepção vulgar da palavra.

E, indo mais além nas suas ambições, a Banca apoderou-se da grande imprensa, fabricou, à sua vontade, uma opinião pública falsificada, subalternizou

sectores importantes da política e da vida intelectual. Em suma, organizou-se, como dissemos, em plutocracia.

E eis como o régimen da liberdade económica, tendo começado por prestar à humanidade os mais altos serviços, acabou por suicidar-se e por assassinar, simultaneamente, a própria liberdade espiritual. Depois de eliminar os entraves, que no século XVIII se opunham à marcha da civilização, gerou, a seu turno, outros obstáculos, que requerem, urgentemente, remoção. De resto, é regra da história que não há instituições inabaláveis e eternas. Tôdas evoluçõem e se transformam.

---

A idea de liberdade económica andou por muito tempo associada à idea de liberdade política. A época contemporânea é que estava destinada a tentar solucionar o problema da sua dissociação. O exame desta questão, o simples estudo do conceito de liberdade política levar-nos-iam, porém, muito longe. Circunscrevamo-nos, pois, à análise destacada da liberdade económica — aspecto limitado de um problema mais vasto.

Uma das suas conseqüências mais paradoxais foi, como acabamos de ver, a sua auto-destruição. A concorrência matou a concorrência. E a economia acabou por se subalternizar à Banca, ninho de víboras plutocráticas.

Ao promover e facilitar a concentração industrial, a Banca obedeceu a necessidades orgânicas do régimen capitalista. De facto, a sociedade burguesa tende, automaticamente, para a crescente agregação das forças produtoras. Marx anteviu, com maravilhosa lucidez, esta evolução, muito embora não tenha compreendido o seu verdadeiro alcance e significado. Êle imaginava que, na realidade, essa evolução seria determinada pelo aumento, em número e qualidade, das grandes riquezas individuais. Ora esta previsão é errada em grande parte, por isso que as formidáveis construções económicas da época contemporânea não resultaram da potência própria dos chefes da indústria, mas sim, como vimos, da circunstância de terem sido postas à sua disposição parcelas consideráveis das disponibilidades monetárias da nação por intermédio dos mecanismos da sociedade anónima e do crédito bancário.

Observaremos ainda que êste fenómeno da concentração industrial se caracteriza por uma extrema mobilidade. Ê frequente assistir-se à destruição de certas construções económicas e à conseqüente organização de novas architecturas, de maiores proporções, com os elementos constituintes das primeiras.

A assombrosa progressão da técnica; a enorme capacidade de produção da agricultura e indústria; a rapidez nas mutações dos cenários económicos; o excesso da oferta da mão de obra em relação à sua procura, originando o desemprego de dezenas de milhões de homens, problema insolúvel com o actual horário de trabalho; a exigência progressiva de capitais próprios e de crédito; a restrição crescente da capacidade de consumo — tais são as características da economia do

post-guerra, gerada no respeito, mais ou menos condicional, do princípio da liberdade económica.

A crise, que vem assolando a humanidade, resultou da antinomia de alguns dos caracteres pré-citados. E essa crise determinou, lógicamente, a derrocada do sistema bancário, que, tal como funcionava sob a direcção incompetente da plutocracia do século XX, não poderia, de modo algum, resistir ao choque da desconfiança das massas incontáveis dos depositantes.

Hoje, os Estados encontram-se em presença do caos, em que se divisam confusamente os seguintes elementos: uma banca arruinada e uma plutocracia a agravar o problema da lotação das cadeias públicas; grandes organizações produtoras, com o capital em grande parte aniquilado, sem crédito, paralizadas ou funcionando através de mil dificuldades; multidões famélicas de homens sem trabalho; incapacidade de reacção dos naufragos de uma organização económica que carece de ser refundida.

---

A necessidade de fazer suceder ao regímen da liberdade económica o sistema da economia dirigida nasce exactamente das condições com que o problema se apresenta. Como os reis asiáticos da época romana, o Estado é a única entidade rica no meio da miséria geral. As instituições bancárias oficiais lá vão tentando suprir, como podem, as deficiências da Banca particular. O Estado não pode provocar um regresso ao passado, pulverizando para isso as complexas organizações económicas da época contemporânea, porque a produção em grandes massas e a redução do número de tipos industriais são indispensáveis para o progresso geral. Ora, em regímen de concentração industrial, não há possibilidade de livre concorrência, tornando-se imprescindível a rigorosa fiscalização das manobras dos grandes potentados. A perturbação geral impõe ao Estado mais do que a simples fiscalização da máquina económica, impõe-lhe ainda a sua regulação. Certos serviços publicos, confiados até agora a instituições particulares, como o dos Caminhos de Ferro, já não podem remunerar nem o capital accionista, nem o capital obrigacionista, a não ser que asfixiem a Nação sob a carga de taxas incomportáveis: lógicamente hão de cair nas mãos do Estado, única entidade que pode administrar serviços com prejuízo.

O regresso à liberdade económica é impossível. O Estado tem de modificar-se para se adaptar à sua função. Ao Estado meramente político do passado tem de suceder o Estado económico. A noção do plano económico tem de ser introduzida no funcionamento do Estado do dia de amanhã, à semelhança do que fez a Russia com a adopção do sistema de planos quinquenais e planos anuais.

Pode salvar-se a liberdade política dentro desta concepção? A pergunta já foi atrás esboçada, mas acode-nos de novo instintivamente ao bico da penna.

Como usava dizer Rudyard Kipling, isto é, porém, outra história. Talvez um dia nos apeteça escrevê-la.

CUNHA LEAL.

# A Marinha Portuguesa

## e a Aliança de Portugal com a Inglaterra



Muito falada é entre nós a nossa aliança com a Inglaterra, se bem que pouco divulgados estejam os termos dêsse acôrdo, em que instrumentos se baseia e quais as suas conseqüências e responsabilidades actuais.

Não desejamos fazer aqui um relato detalhado da evolução e transformação por que têm passado as relações comerciais, políticas e diplomáticas entre o nosso país e a Inglaterra, dando satisfação às exigências da defesa dos mútuos interesses conglobados dentro da aliança tradicionalmente histórica, mas tão sòmente focar, nos factos, acontecimentos, acordos, tratados e simples relações que essa aliança representa, os pontos de vista que à marinha de guerra, ou antes à Marinha Portuguesa interessam especialmente.

Como esta "aliança" remonta aos primórdios da nossa nacionalidade, não é possível destrinçar os interesses da marinha pròpriamente militar ou mercante, quando estas duas manifestações da actividade nacional se confundiam, e mesmo modernamente que essas duas espécies de marinha são de funções distintas, verificar-se-á que as obrigações e direitos resultantes desta aliança se prendem num laço comum de interesse político e económico.

Além de que a marinha de guerra vive uma vida de participação íntima com a mercante, desenvolvendo-se com ou por causa do progresso da mercante, definindo e morrendo com a diminuição ou desaparecimento dela.

A razão de ser, mesmo, da marinha de guerra é o apôio de ordem moral, técnico, educativo, e material que dá à mercante, recebendo dela o influxo de carácter político e diplomático de que se reveste, para reflexivamente transmitir todo êsse conjunto ao progresso da Nação.

Quando um país abandona a sua marinha, aí começa a sua decadência.

Além de que a marinha foi e tem sido sempre a percursora dos grandes progressos sociais; ela tornou menos rude a **Idade Média**; ela fez a Renascença; ela organizou o mundo moderno.

---

No navio encontram-se todos os extraordinários resultados da ciência humana, cada vez exigindo mais melhorias, progressos, modernismos, numa ânsia nunca satisfeita de perfeição.

É a **velocidade**, o **luxo**, a **comodidade**, a **grandeza**, o **esplendor**, indispensavelmente a **arte**, enfim tudo que represente progresso, motivo de indispensável aplicação no uso do transporte marítimo.

As melhores aplicações da mecânica, da electricidade, da física, da química, etc., têm remunerada compensação quando postas ao serviço dêsse maravilhoso instrumento de trabalho que é o navio de comércio.

Se então nos voltarmos para o navio de guerra, ainda maior é o pêso das exigências, para satisfação das suas necessidades militares.

As cifras fabulosas que representam o seu custo e a sua manutenção dão bem idea da sua complicada grandeza.

## INTRODUÇÃO

Portugal tem acompanhado na evolução da sua história as vicissitudes da sua marinha, foi enorme e progressivo quando a sua marinha era grande, torna-se decadente e apático quando a marinha esmorece e definha.

Mas está agora em via de rejuvenescimento a marinha de guerra e largo e arrojado é o programa que se anuncia.

No entretanto a marinha mercante está agonizante e não se presentem remédios para os seus males.

E como a aliança inglesa está intimamente ligada à história do nosso país, pode-se afirmar que é a marinha que deve fazer revigorar essa aliança.

Mas é ingénio pensar-se que essa valorização pode vir unicamente pelo número dos nossos navios de guerra.

Não!

A aliança inglesa só pode tornar a ter o valor que teve em alguns períodos da nossa história, se tivermos criado um conjunto de resultados políticos que possam contribuir com um determinado objectivo internacional para a defesa dos comuns interesses económicos.

Verdade seja que os dois países são, chamemo-lhes, coloniais, e estando separados pelo mar, é talvez no uso do mar que se devem procurar os interesses comuns a defender.

Mas percebe-se que, dada a actual complicação mecânica da vida dos povos, diversíssimas são as exigências que cabem numa aliança, que hoje, não como ontem, se revestem mais dum carácter comercial.

Mas a aliança de Portugal com a Inglaterra, tendo tido sempre um aspecto de interesse comercial, cubriu-se sempre de um elegante uniforme militar e é na vida do mar que ela sempre se tornou duramente efectiva.

É então especial objectivo d'este modesto e desprezencioso trabalho a verificação d'este ponto de vista, do interesse que tem para a aliança inglesa a afirmação do valor em certos detalhes da sua vida, a eficiência não só de uma marinha militar realizada numa prevista orientação politico-naval, como também a possível utilização da sua experiente marinha mercante levada a um estado de progresso necessário, e até o conveniente apetrechamento de determinados portos marítimos e sua conveniente defesa.

Não é também de desprezar num objectivo mais afastado a marinha de pesca e até a indústria das conservas.

---

Nas referências históricas que vamos fazer pretende-se pois fazer ressaltar a circunstância de que a aliança inglesa, iniciada no aprêço das mútuas aptidões no uso militar do mar, para a defesa dos recíprocos interesses económico-comerciais, tem sido sempre cimentada nesse objectivo, cabendo-nos portanto o dever de fazer valorizar neste campo os nossos préstimos, se quizermos fazer manter a essa nossa tradicional aliança, não o preço de valor estimativo histórico mas sim um merecimento prático de actualidade.

## HISTÓRICO

Depois que D. Afonso Henriques lançou os fundamentos da nacionalidade, foi sua immediata intenção dilatar suas terras, tomando aos mouros, em contínua e porfiada luta, o que estava ainda livre do domínio de Aragão e Castela.

É desde logo o mar o teatro de seus feitos, e os soldados armados de espada e rodela ora pelejavam em temerárias correrias nas planícies abrasadas pelo sol ora saltavam para os alterosos castelos de madeira, erguidos nos bicos dos navios, para se aventurarem à abordagem no férreo duelo de peito a peito; e D. Fuas Roupinho, que tanta vez arriscara a vida a batalhar em terra, foi perdê-la no mar.

As amistosas relações entre Portugueses e Ingleses datam de então, ano 1.146.

Chegado o Rei a Santarém, pensa immediatamente em tomar Lisboa.

A empresa era arrojada e difícil.

A sua falange era pequena!

O cêrco a Lisboa era impossível, não o podendo fechar pelo lado do mar.

Uma numerosa frota de expedicionários, composta de duzentos navios, cheia de ingleses, com alguns flamengos e lorenos saídos de Darmouth, no sul da Inglaterra, dirigiam-se como cruzados à Síria. Era um «NAVALIS DEI EXERCITUS».

Mas um enorme temporal na Biscaia destroçou a frota e grande número de navios aportou à foz do Douro.

Logo quis o bispo do Porto, empenhado em auxiliar o Rei na luta contra os mouros, obter o auxílio destes cruzados, alguns já bem experimentados nas batalhas contra os infieis, e, invocando a permissão da Bula de Innocência II que dava aos cruzados a liberdade de combater êsses infieis tanto na Terra Santa como em Espanha, conseguiu que prestassem o auxílio que lhes era solicitado.

Os navios desceram ao Tejo, foi feito o cêrco, e D. Afonso Henriques fêz a conquista de Lisboa, cujo saque compensou também os cruzados, em 1147.

Muitos dêsses ingleses ficaram em Lisboa, tendo o Rei escolhido para bispo de Lisboa um capitão inglês de um dos navios, de nome Gilberto.

Em 1151 foi êste mesmo Gilberto enviado a Inglaterra, por ordem de D. Afonso Henriques, a alistar tropas para virem servir em Portugal, com a autorização do próprio Rei de Inglaterra, então Estêvão, neto de Guilherme, o Conquistador.

É de supor que já houvesse qualquer tratado ou entendimento de aliança, pois que era costume na época só poder levantar tropas em um país quem fôsse aliado.

As proêzas do Rei de Portugal espalhavam-se pela Europa, e Henrique II (Plantageneta) concorre para o casamento da Infanta D. Theresa, filha de D. Afonso Henriques, com o Conde de Flandres.

Esta ligação resulta de um interêsse caracterizadamente político, pois que, assim como o Rei de Portugal procurava alianças de carácter militar e ligações de familia que pudessem contrabalançar a influência de Castela e Leão, seus naturais rivais, o Rei de Inglaterra não se mostrava menos interessado em procurar amizade e aliança com Portugal, ligando-o à Flandres e opondo-os a Castela e Leão aliados do Rei de França, já velhos inimigos da Inglaterra.

Não ficou por aqui a aproximação política através das ligações de familia do primeiro Rei português, pois se casou com uma princesa de Saboia também aliada da Inglaterra.

Com D. Sancho I continuam as relações de amizade com a Inglaterra e é com o auxílio de uma frota de cinqüenta velas, parte de Inglaterra, parte de Flandres, sob o comando de Jacques d'Avesues, marechal do Brabante, que os Portugueses tomam Silves em 1188.

São tão notórias as relações entre os dois reinos, que um documento autêntico prova que, ainda no reinado de D. Sancho e sendo rei de Inglaterra João Sem Terra, êste mandou em 1190 fazer as maiores honras aos embaixadores de Portugal.

Em Junho dêsse mesmo ano de 1190 o mesmo Rei manda a Lisboa uma embaixada para pedir a mão, para sua espôsa, duma das infantas, casamento que, de resto, não chegou a ter realização.

Não esmorecem as relações entre os dois soberanos e até o aprêço em que os ingleses têm as qualidades dos portugueses são já sentidas, ao ponto de João Sem Terra se ter sensibilizado quando lhe comunicaram que o Infante D. Fernando filho de D. Sancho I e que casara com Joanna, filha de Balduino, imperador de Constantinopla, combatera ao lado dos Ingleses, na batalha de Bouvines.

Já no reinado de D. Afonso II, é ainda com o auxílio de cruzados ingleses, flamengos e franceses que é tomado Alcácer aos mouros.

São poucos os documentos onde se possam certificar as relações havidas entre os dois países durante os reinados de D. Afonso II e D. Sancho II, falta talvez justificada pelo desassossêgo havido não só em Portugal como em Inglaterra durante êsse período de tempo.

D. Afonso II teve de sustentar lutas com o Clero e até as disputas com as Irmãs além das guerras com os mouros; D. Sancho II teve também as guerras com os mouros, além da desorganização interna.

Em Inglaterra, João Sem Terra sustentava fortes disputas com os Barões, e depois o seu successor Henrique III a continuação dessas mesmas lutas.

Com D. Afonso III os documentos são também raríssimos, mas é certo que tanto neste reinado como nos dois anteriores, o que constitui um período de cerca de 70 anos (1211 a 1279), as relações comerciais foram intensas entre os dois países.

Uma Lei de 1252 de D. Afonso III regulava o preço dos géneros e mercadorias, entre êles os que vinham de Londres.

CESAR FERREIRA

Engenheiro

Um livro indispensável

“A TÉCNICA E AS TRANSFORMAÇÕES

SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS”

POR

CUNHA LEAL



Nesta sua última obra o ilustre homem público, antigo presidente do Governo, foca, com mão de mestre, os mais instantes problemas da vida contemporânea, nos seus aspectos social e político.

As relações da técnica com as transformações sociais contemporâneas aparecem-nos neste livro descritas com superior vivacidade, senso crítico, e numa linguagem despretenciosa que não exclui um agradável brilho literário.

PEDIDOS A ESTA REDACÇÃO

# Comércio Internacional



Depois da falência da Conferência Económica de Londres, todas as nações se esforçam por resolver o seu problema económico interno, procurando influir, por todas as formas, nos mercados mundiais, de maneira a obterem as maiores facilidades para a colocação dos seus produtos. A cláusula de nação mais favorecida vai desaparecendo dos tratados, depois de os ter influenciado por larguíssimos anos, por ser julgada hoje insuficiente para conseguir a drenagem das matérias sobrantes dos países produtores. Na América começou a adoptar-se o sistema de trocas, compensando-se em valor os produtos exportados e importados reciprocamente entre duas nações contratantes. A França, na adopção dos contingentes de importação a distribuir por outros países, procura chegar aos mesmos resultados, preocupada em não ceder maiores vantagens do que aquelas que obtém. Alterada, profundamente, depois da guerra, a natureza dos mercados consumidores pela criação de indústrias, em grande parte dêles para se abastecerem a si próprios, na impossibilidade de os obterem durante o conflito dos grandes países industriais em luta, recorreu-se à guerra de tarifas alfandegárias, aconselhada no primeiro ímpeto pelo instinto de defesa. Esta medida piorou o mal comum, imobilizando a produção na sua origem e agravando, assim, assustadoramente, o problema do desemprego que concorre, por sua vez, para a diminuição do poder de compra interno, a juntar-se à diminuição da procura exterior. Outras medidas de ocasião foram tomadas para impedir o mal, que muitos julgaram irremediável, criando-se um mal maior. Ao passo que se desenvolviam progressivamente os meios técnicos para aumentar a produção em todos os ramos industriais, aniquilavam-se os produtos para obstar ao envilecimento dos preços. E o mercado movia-se em círculos viciosos traçados por economistas de renome, formando um complicado labirinto de que se não encontrou ainda a saída. Esquecendo-se de que o remédio

dependia da leal cooperação de todos, nasciam, em tôda a parte, exagerados nacionalismos económicos, impedindo a resolução da crise, cada um pensando em si e julgando quási um crime pensar em entender-se com os outros. Não pretendo, ao traçar resumidamente as razões que provocaram a grande crise, que há tantos anos vem esgotando a resistência humana, dar uma novidade aos meus leitores. Milhares de volumes estão publicados por toda a terra, explicando o mal e aconselhando a cura. Se fiz êste pequeno enunciado, foi apenas no intuito de facilitar a compreensão das conclusões a que pretendo chegar, não sendo a de menor importância aquela que tende a dotar o corpo consular português de indispensáveis elementos de cultura e trabalho, de forma a habilitá-lo a desempenhar a missão importantíssima de que está investido neste momento. Os países, como o nosso, de balança comercial deficitária, affectados, por isso mesmo, menos intensamente pela crise, têm de recorrer à troca de produtos, tarefa facilitada pela circunstância de terem para vender menos do que aquilo que precisam comprar. Para normalizar e desenvolver a nossa exportação, tendo sempre em vista o princípio estabelecido de que ninguém virá buscar aqui alguma cousa sem que, em compensação, lhe compremos outras, urge reatar as nossas relações comerciais com a Rússia para a colocação das nossas cortiças e de uma importante quantidade dos nossos vinhos, em troca da obtenção de petróleo e óleos pesados. A Espanha adiantou-se-nos e, se alguma melhoria ultimamente se tem observado no mercado português de cortiça, é mais por obra dela do que por iniciativa nossa. Mas Portugal tem de contribuir principalmente e não subsidiariamente para a venda de cortiça à Rússia, não devendo nunca esquecermo-nos que a exportação para a América do Norte se faz à custa da vida das nossas fábricas em benefício das suas, preferindo ou comprando-nos, quási exclusivamente, cortiça em bruto. Portugal, embora pequeno em população, é já conjuntamente com as suas colónias, um meio importante para justificar a atenção dos grandes países de indústria automobilista. Nenhum proveito ou concessão de valor obtivemos ainda desta circunstância, lutando com inúmeras dificuldades, criadas por concorrências diversas, para a colocação dos nossos produtos coloniais, sendo certo até que dentro da Metrópole o café brasileiro expulsa o nacional, por uma propaganda intensa e inteligente que ainda não soubemos ou pudemos imitar. A nossa balança de pagamentos que beneficiava, profundamente, das nossas colónias de população, foi prejudicada depois da guerra por duas circunstâncias: em primeiro lugar pela crise que também as atingiu e as obrigou a diminuir o envio de capitais para o seu país de origem e em segundo lugar pelas restrições que os governos locais criaram à saída do numerário.

Para atenuar êste inconveniente, a que é impossível prever o fim, temos de demorar a nossa atenção sôbre o intercâmbio internacional, tirando o melhor proveito da nossa posição deficitária.

Não quero também deixar de me referir à necessidade de proteger a nossa avicultura, permitindo, a par das medidas a tomar para aquele fim, a livre saída de aves e de ovos para o país vizinho, sem que nos detenha o argumento de

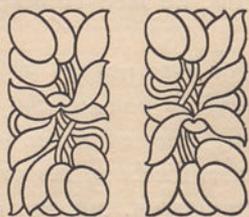
que tal autorização contribuirá para o encarecimento da vida e impedirá, de facto, o desenvolvimento de uma das mais importantes fontes de riqueza pública.

O argumento não impediu a lei de protecção à lavoura de Elvino de Brito, que nenhum govêrno ainda revogou. E a lei não atingiu o fim que se propunha, por isso que, durante quasi quarenta anos, apenas em 1932 colhemos trigo suficiente para abastecer o mercado interno, não podendo prever-se quando o fenómeno se repetirá, porque êle depende mais do regîmen de chuvas, irregularíssimo entre nós, do que da extensão da área cultivada e do cuidado observado na cultura. E, neste longo período de experiência, temos de constatar que Portugal é o país que compra mais caro o pão que come, que o lavrador não enriqueceu à sombra da lei de protecção e que a nossa população operária rural não melhorou as suas condições de vida, movendo-se ainda dentro de comodidades e necessidades primitivas.

A derrogação repentina da lei produziria um abalo perigoso na nossa economia, habituados como estamos a afirmar e a acreditar que Portugal é um país essencialmente agrícola, faltando-lhe as condições essenciais para o ser, não sendo de pequena importância a pouca fertilidade da terra, se a compararmos com outras, nomeadamente as da América do Sul. Mas é tempo de ir pensando em compensar a diminuição natural desta cultura pelo desenvolvimento da pecuária e da avicultura, estudando e promovendo a irrigação de pastagens e activando a produção e a hygiene dos frutos, de fácil colocação nos mercados externos, em troca de trigo que nos falte.

Na arrumação da casa, por êsse mundo fora, nota-se um nervosismo perigoso que muito tem prejudicado a boa solução dos problemas. É nosso dever cooperar nas resoluções gerais, não esquecendo que o nosso problema, pelas razões apontadas, é um dos mais fáceis de resolver, applicando ao caso o ditado latino: *ubi commodum ibi incommodum*, que em relação a nós poderia traduzirse: a pobreza também tem vantagens compensadoras. Ao menos saibamos aproveitá-las.

JOÃO PINHEIRO



## A Filosofia e a Vida

### I

### Diferentes atitudes da vida perante a Filosofia

#### 1.<sup>a</sup> — A Filosofia não tem nada que ver com a Vida!

De diferentes modos têm os homens encarado a Filosofia. A maior parte dos mortais imagina que filosofia é uma cousa que não serve para nada, é apenas uma mania de certos homens, ainda mais ridículos que os sábios, barbas muito grandes e fato muito velho, isolados, misantropos e inúteis. É a opinião vulgar dos analfabetos e dos que estão intelectualmente ao mesmo nível.

Também para muitas pessoas, que passaram pelo liceu e até pela universidade, a filosofia é uma doutrina onde só há definições, que se não entendem, e muitas regras e raciocínios já velhos e revelhos, sem ligação com a Vida, e tudo cheirando mais ou menos a latim. É que, realmente, para a maior parte dos estudantes a filosofia não chega a ser outra cousa.

Para a multidão de burgueses incultos e superficiais, sempre bem sortidos de frases feitas, as relações da Filosofia com a Vida traduzem-se pelo adágio (latino, já se vê!) — «*primum vivere, deinde philosophare*» — quer dizer: primeiro viver, depois filosofar, primeiro o necessário e depois o supérfluo, primeiro o jantar depois o charuto!

Mas — o que é mais triste! — para os senhores, os grandes senhores da política e da diplomacia, a Filosofia é, quasi sempre, a arca velha onde se encontra a justificação salvadora para qualquer acção injustificável. Ali há tudo e para todos os gostos e, ainda por cima, em latim, o que é de bom tom e tem aquelas vantagens que todos sabem: «*cessante causa, cessat effectus*» ou, então «*effectus causae persistit*», como queiram!

Em-fim, para todos estes «viver é comer e beber...; o resto são opiniões»: **A Filosofia não tem nenhuma relação séria com a Vida.**

## 2.<sup>a</sup> — A Filosofia determina a Vida; a Filosofia é a senhora, a Vida é a escrava!

Para a maior parte, porém, das pessoas cultas, como para a maioria dos filósofos, a Filosofia deve orientar, determinar a Vida; a idea deve determinar a acção. As filosofias religiosas e científico-racionalistas, pode dizer-se, tōda a filosofia até quási ao fim do século passado, e já algumas filosofias irracionais dêste século atribuem à Idea uma dignidade que lhe confere o direito que vai desde simples conselheira até senhora absoluta da Vida. Êste último caso, que é extremo, define bem, talvez por isso mesmo, o sentido desta corrente. Sócrates morreu satisfeito por sacrificar a sua vida às suas ideas filosóficas. Aos centos morreram serenamente os cristãos pela sua ideologia. E ainda hoje esta **filosofia heróica** é preconizada ardentemente por Goebbels, por exemplo, que é talvez a mais bela intelligência do nacional-socialismo alemão.

Há pouco tempo, o Dr. Wilhelm Rösze escrevia, desenvolvendo o sentido de certas palavras proferidas por Goebbels na ocasião da abertura da câmara de cultura: «Esta idea **Alemanha** não é nem uma simples representação, nem um simples pensamento; é tão real que por ela milhões de homens têm ido para a morte e mais milhões estão preparados para ir ainda».

Ê preciso não confundir êste problema das relações da Filosofia e da Vida com qualquer das questões que compõem a vulgar teoria do conhecimento. Assim, poderá parecer, à primeira vista, que êste segundo modo de ver pertenceria sōmente àqueles que imaginam que os nossos conhecimentos veem principalmente da razão, isto é, aos racionalistas. Não é assim. Racionalistas, empiristas ou criticistas, quanto à origem dos seus conhecimentos; dogmáticos, sofistas ou criticistas, quanto ao valor teórico e limites dêsses conhecimentos; idealistas, realistas ou fenomenologistas, quanto ao seu objecto, todos até quási ao fim do século passado consideram a sua filosofia, tácita ou explicitamente, como mestra, boa ou má, da Vida. E, pensando assim, nem supuseram, em geral, que encontravam o caminho de uma das soluções de um problema, que para êles não existia ainda.

E, com efeito, se a Vida humana fōsse indiferente ao tempo, êste modo de ver as cousas seria satisfatório. À pergunta que cada um a si próprio faz — «como hei de proceder, como hei de vencer esta dificuldade que a Vida colocou no meu caminho?» corresponderia a inevitável resposta: «esperemos cem, mil anos, o tempo preciso para a minha Ciência e a minha filosofia esclarecerem o caso e procederei depois com acêrto — **Mas a vida humana é limitada:** a ciência está, naturalmente, tanto mais atrazada quanto mais complicado é o objecto que estuda e a filosofia, que sōbre a ciência se funda, não tem podido, por êsse motivo, ir com a firmeza suficiente até ao ponto de orientar com segurança sōbre as complexas questões que interessam ao homem — o objecto mais complicado que existe!

### 3.<sup>a</sup> — A Vida determina a Filosofia;

#### a Vida é a senhora e a Filosofia é a escrava!

É o que explica o aparecimento desta 3.<sup>a</sup> atitude: a Vida determina a Filosofia; a Vida é a senhora, a Filosofia a sua escrava.

Foi Nietzsche, quem primeiro, explicitamente, tentou inverter assim os termos à relação da Vida com a Filosofia. «A Vida deve imperar sobre a Ciência ou o conhecimento imperar sobre a Vida?» perguntou Nietzsche no seu livro «Sobre a vantagem e desvantagem da história para a Vida» em que defendeu com todo o seu costumado entusiasmo o primado da Vida. Sobre esta sugestão, que ecoou no mundo no fim do século passado, e sobre as dificuldades da laboriosa filosofia racionalista, se architectaram as novas filosofias que se costumam chamar **irracionalistas**, porque a razão já não é o architecto principal das suas construções.

A razão é vagarosa e a Vida é apressada e cada vez mais; a razão é analisadora mas não sabe analisar bem um ser vivo sem o matar primeiro ou, pelo menos, sem o tornar primeiro muito diferente daquilo que se pretendia estudar... E então? Ponha-se de lado a razão ou, quando muito, reserve-se-lhe o campo secundário das ciências e coloque-se a Vida no lugar de honra! E depois... a **intuição**, o **sentimento**, a **crença**, o **instinto**, a **visão espiritual**, a **sabedoria pessoal**, tudo são faculdades do homem capazes de gerar filosofias novas, expeditas — dando remédios simples a todos os grandes males, sem a cadeia difícil das justificações, que só servem para dar azo à crítica, que é a pior de todas as pragas. Qualquer daquelas faculdades não tem mais que pôr-se deante da Vida soberana para aprender **imediatamente** o que é a verdade, a essência das cousas elevadas: religião, arte e destino das nações e das raças!

Estas filosofias têm uma grande vantagem: dispensar o trabalho preparatório das ciências, que desanima o maior número. São as filosofias daqueles homens que sabem tudo sem estudar nada. O que é preciso é ter a intuição das cousas, ou a visão espiritual dos factos, ou bem apurado o sentimento de não importa quê. Estes filósofos falam, com ares absolutos, de cousas a respeito das quais um pobre filósofo tradicionalista nem com ares relativos se atreve muitas vezes a falar.

Estas filosofias, tão variadas como os instrumentos de trabalho que substituem a razão, têm, porém, um defeitozinho — para se imporem aos homens só têm um expediente que é mandar acreditar! Ora, como é certo que a maioria dos homens não acredita sem um fundamento racional, estas filosofias só têm, afinal, a possibilidade de perdurar no bom conceito dos homens depois de degenerarem em filosofias científico-rationais, como as da 2.<sup>a</sup> atitude.

#### 4.º — A Vida determina a Filosofia e a Filosofia determina a Vida ;

#### Vida e Filosofia amantes inseparáveis !

Quem não sente que em qualquer dos dois modos de ver anteriores há um pouco de razão? Isto sugere naturalmente a pergunta: não será possível formar uma nova atitude, juntando o que há de bom em ambas?

Por outro lado, nesta sucessão de atitudes não pode deixar de impressionar a analogia com a sucessão de atitudes, no estudo das origens do conhecimento. A atitude que dignifica acima de tudo a Idea lembra o racionalismo; a que põe a Vida no trono do Mundo lembra o empirismo... Esta analogia leva inevitavelmente a esta pergunta: e não há atitude, modo de encarar as relações da Vida e da Filosofia, assemelhando-se ao criticismo?

As duas sugestões anteriores conduzem muito simplesmente a esta atitude nova: A Vida determina a Filosofia e a Filosofia determina a Vida! A Vida só deve ter um ideal: orientar-se pela Filosofia; a Filosofia só uma aspiração — orientar-se pela Vida! Devem ser, Filosofia e Vida, como dois amantes ideais: cada uma delas senhora e escrava da outra! Nesta nova atitude é a Vida, representada em ânsia de triunfo sobre a adversidade, em necessidade imperiosa de domínio das realidades, que dá a forma especial e visível, concreta e precisa, à Filosofia; enquanto, por outro lado, é esta Filosofia, de uma beleza e simplicidade incomparáveis, que impõe à Vida, até nos mais pequenos pormenores, o modo por que há de manifestar-se, desenvolver, triunfar! Esta é a minha Filosofia, aquela cujo trabalho de todos os dias me dá as mais íntimas alegrias.

Nesta atitude aproveita-se tudo o que há de belo nas outras: não se exclui a atitude heroica de sacrifício da Vida limitada à Idea, quando justamente essa Idea leva a uma Vida mais forte; nem se exclui a atitude de sacrifício da idea à Vida, quando essa Vida possa levar a uma Idea mais alta!

Mas, se há analogia entre esta e a filosofia criticista vulgar, não se devem, no entanto, confundir: uma cousa é a origem do conhecimento e outra cousa, totalmente diferente, o destino da Idea em relação com o destino da Vida.

#### II

### A Filosofia preponderante e os problemas da Vida que passa!

Vejam agora: qual a atitude, perante a Vida que passa, da **Filosofia actual**, daquela que prepondera, que tem tendência a deslocar para a sua banda o centro de gravidade das preocupações de momento? E, antes de mais nada: quais as características desta Filosofia?

## A Filosofia de Th. Litt e o que ela representa

Recebi da Alemanha, há muito pouco tempo, um livro esperado com a máxima impaciência, justamente porque eu sabia que o seu autor, Theodoro Litt, muito prestigioso professor de filosofia da Universidade de Berlim, se propunha nele responder, com precisão, a esta última pergunta. Chama-se «*Einleitung in die Philosophie*», «Introdução à filosofia».

E que tristeza a leitura dêste livro!

O professor Litt, autor de tantas obras afamadas, estudou com afincos os grandes orientadores do pensamento contemporâneo e propôs-se uma reflexão profunda sobre os principais resultados de cada um, com o fim de os reunir, se não em uma só filosofia, pelo menos segundo um só **filosofar**. Podemos imaginar o pensamento de cada filósofo representado por uma curva com os seus pontos notáveis. Th. Litt pretendeu construir uma **nova curva do pensamento passando pelos pontos notáveis de todas as outras**. Esta curva não concorda, evidentemente, com qualquer das outras, mas abraça a todas elas por meio da lei da sua formação. **A Filosofia de Th. Litt representa, dêste modo, o feixe das filosofias que se impõem na hora presente.**

### Característica da Filosofia do presente:

**uma nova dialética menos justificável que a tradicional.**

E que tristeza e que revolta sinto ao ler êsse livro mais frio que uma sala de museu de história natural destinada a guardar aves empalhadas!

Uma filosofia deve ser uma rede lançada ao Mundo e à Vida; mas na rede de Th. Litt caíram apenas a Phenix e outras passarolas da mesma família! O trabalho do professor Litt é um produto de paciente engenho que faz lembrar um pano de rendas feito só para enquadrar pequenas amostras de preciosos motivos e de afamadas proveniências. A Filosofia que triunfa é, assim, nem mais nem menos do que uma dialética nova, mais distante das realidades da Vida que a dialética clássica e sem poder justificar-se, como esta. Porque ao passo que a dialética de Aristóteles se apoiava em toda a Ciência do seu tempo, **a dialética de hoje volta as costas às Ciências exactas, que, por sua vez, se afastam cada vez mais da sã filosofia.**

### A Filosofia e a Política

E a respeito de Política? Que novas orientações nos traz a Filosofia preponderante, aquela que tem a honra de ocupar as Escolas? Nenhuma! A filosofia universitária desinteressa-se da política e esta responde no mesmo tom,

criando, levada pelas necessidades urgentes do presente, os seus filósofos improvisados, que não andaram nas Escolas, como Hitler e Mussolini... No fundo da obra dos grandes políticos de hoje é tão fácil divisar a ausência de uma filosofia moderna, nacional e corrente, como a presença de influências que só os acasos da vida dêsses homens poderiam explicar: por exemplo, em Herriot encontra-se Descartes, em Mac-Donald topa-se John Knox, etc.

## Filosofia da Língua e Política

Fala-se muito hoje de nacionalismo, internacionalismo, etc. Mas quem sabe ao certo o que essas cousas são? O que diz a êste respeito a Filosofia, neste caso a Filosofia da língua? Nada! Entenda cada um o que quiser, diga cada qual o que lhe aprouver, faça cada um o que lhe parecer... Metam-se em becos sem saída que de lá sairão na devida altura, seja como fôr — Bem sei que a questão é difícil; mas não é para isso que servem os inspiradores, os filósofos?

## Filosofia e Realidades Políticas

Um individuo tem nos seus tecidos realidades materiais, corpusculares, que só êle tem. Essas características resistem a tôdas as privações que o individuo possa suportar, a tôdas as doenças que possa sofrer. Não é isso o suficiente para se poder afirmar que um individuo é um ser à parte, especial e inconfundível, único? De que valerá pretender tratá-lo como se êle fôsse rigorosamente como os outros? A sua realidade característica reagirá necessariamente de uma maneira própria... Não quiere isto dizer que há um **individualismo** com uma base real?

É possível hoje, sem o auxílio de certidões de idade nem de qualquer depoimento testemunhal, determinar, pela análise material se uma pessoa é, ou não, filha de outra. Quere isto dizer que há em cada família (pelo menos nas famílias com filhos) uma realidade material que não existe nas outras famílias! Desprezar esta realidade e fazer de conta que a família não é nada pode e deve levar às mais terriveis surpresas!

Semelhantemente, para as nações, para as raças e para o género humano.

A Filosofia, com a sua experiência da criação e da evolução das Ciências, deveria indicar o caminho que conduz aos fundamentos de uma política séria, apoiada sôbre as realidades. Mas quem sabe, precisamente, o que são realidades políticas?

Por exemplo, em **moral**, como fecho de tôda uma longa evolução, chegou-se à conclusão de que ela deve ser uma ciência como as outras, deve estudar realidades, para podermos aproveitar do seu conhecimento, como aproveitamos do conhecimento, que temos, da matéria pesada ou radiante, da electricidade, por

exemplo. Mas não há a coragem de indicar claramente o que devem ser as realidades morais — tal foi o medo que ficou ao idealismo consciencialista triunfante do realismo materialista de outros tempos! Mas, afinal, o que são **realidades morais**? Leis, regras, costumes, como diz Durkheim, um avançado, um precursor. Sejamos sinceros, percamos o medo, avancemos um pouco mais e confessemos que tôdas essas cousas são apenas **manifestações reais** de realidades materiais, que se devem procurar no nosso sangue e que são as **verdadeiras realidades morais**. Qual é a filosofia que orienta o estudo neste sentido? Pois é preciso notar: as guerras, as revoluções e todos os desastinos colectivos não são mais que o resultado do desconhecimento das leis que convêm às verdadeiras realidades políticas, não são mais do que manifestações de um desacerto fundo entre as ideas e as realidades. As lutas religiosas, que tanto sangue têm feito correr, fundamentam-se tôdas no desconhecimento dêste facto: existem realidades religiosas que se não podem fazer desaparecer, como se não pode fazer desaparecer a água dos rios. Pode, sim, regularizar-se-lhes a corrente ou até desviar-se-lhes o curso natural; mas, para isso, há só um meio; estudá los cuidadosamente, como realidades que são, e proceder depois de acôrdo com os resultados dêsse estudo... Modernamente, parece que o **nacionalismo** se prepara para substituir o lugar da religião, como motivo de lutas fratricidas. Não era a boa altura de todos considerarem a monstruosa ignorância de realidades sôbre que se baseou a luta dos trinta anos e tantas outras?

Guerras e desastinos só podem terminar com a prática da Filosofia que preconiso: viver de acôrdo com as Ideas, pensar de acôrdo com a Vida; procurar na Vida a explicação da Idea e na Idea a explicação da Vida; sacrificar a Vida que passageiramente melhor nos parece á Idea que perdura e sacrificar as Ideas que passageiramente nos namoram à Vida que não morre... E a Vida que não morre e a mais alta é, sem dúvida, a que está corporizada no nosso sangue e que se transmite aos nossos filhos...

## A Filosofia actual e as ciências exactas

E, a propósito, devo dizer, entre parêntesis, que é tão fundo o **mal** a que me referi atrás — o medo instintivo e supersticioso do materialismo ou a **falta de coragem na identificação das realidades** — que até atacou já, e gravemente, as próprias Ciências exactas. Tôda a trapalhada que nas Ciências se faz hoje à roda das noções de **espaço** e **tempo** foi motivada, como mostrei nas minhas conferências do ano passado, pela não identificação daquelas realidades que são as radiações. Esta identificação forneceu-me muito simplesmente o meio de explicar pela primeira vez, em termos clássicos, a experiência de Michelson e Morley, tôdas as experiências fundamentais da teoria da relatividade, assim como fenómenos da astrofísica considerados até aqui **multo misteriosos**.

Do mesmo modo, nada nos diz a Filosofia actual a respeito daqueles problemas mais acessíveis, sôbre que tôda a gente fala e tem opinião, como os da crise do ensino e o da miséria, a sêde de saber e a fome de pão.

### A Filosofia actual e o Ensino

Observemos primeiro que o estudo duma questão sôbre determinado ensino, sôbre uma Ciência particular não pode pertencer nem a essa Ciência, nem a outra qualquer, pois que cada uma tem o seu objectivo próprio — é, portanto, uma questão filosófica. O que nos diz, então, a Filosofia actual sôbre a finalidade do ensino, nos seus diferentes graus? Nada! As opiniões que os filósofos publicam sôbre o assunto ou não têm relação com os seus sistemas filosóficos ou não têm relação com a Vida e as necessidades do presente. E, no entanto, não é fácil imaginar sôbre ensino uma desorientação mais completa do que aquela cujos tremendos resultados ferem os nossos filhos!

### A Filosofia actual e a fome

E sôbre a questão da fome?

Analisa, por exemplo, Litt o conceito de verdade, liga-o com o de validade e êste com o de valor — mas não se mostra por lá o que era preciso: a mentira desta civilização e o valor negativo dos conceitos que estão na sua base e com que se justifica a criminoso situação presente? Morre-se de fome e queima-se trigo e atiram-se ao mar todos os dias toneladas de peixe — e esta filosofia invertebrada nem palavra sôbre o assunto! Pode lá admitir-se que, perante tanta miséria que vai pelo mundo, **provocada, evidentemente, pela desorientação dos homens**, a filosofia, que deve ser a doutrina orientadora, proceda como se vivêssemos no melhor dos mundos possíveis? Fazem pelo menos, a Filosofia e a Ciência um acto de humildade, perante a sua incapacidade? Fala-se lá a linguagem da sinceridade, da boa vontade, da solidariedade humana? Não!

E foi para se chegar a isto que se reuniram as filosofias da acção, do sentimento e da intuição, de braço dado com as filosofias novo-kantianas, novo-hegelianas e fenomenologistas... Mas, digam-me sinceramente, homens de acção e sentimento, homens admiradores de Bergson, Klages e Dilthey, de Natorp e de Rickert, de Cohn e de Croce, de Scheler e de Heidegger — pode isto continuar? Trabalhar pela revolução que se impõe — eis o fim da minha vida!

### III

## Tal Vida — Tal Filosofia!

### CONCLUSÃO

Vimos que a Vida, que é vontade decidida de melhores dias porque sente a solidariedade humana, a Vida que é anseio, problema e criação — não tem relação com a filosofia que triunfa... Mas tem relação com a Filosofia que

começa a afirmar-se nestas páginas e que existe, felizmente, embora com outras formas, no ânimo de muitos novos, que a adversidade aproximará e que há de triunfar breve!

E' só desta Vida, que é tendência de renovação, que a filosofia actual anda divorciada... **Lògicamente — a Filosofia que domina reflete a Vida dominante em tôdas as suas faltas.** E que isto é e foi sempre assim, mostra-lo-ei em um exemplo importante:

### **Crise de finalismo ou mal técnico:**

#### **Um grande êrro na Filosofia, uma grande desgraça na Vida!**

A Filosofia pretendeu sempre formar do mundo e da Vida uma idea unitária ou uma imagem tão simples quanto possível. Naturalmente para servir ao Homem de guia na sua vida.

Se o **fim** da Filosofia era servir ao Homem, o **meio** consistia nessa pretendida unidade, que lhe assegurava a simplicidade de compreensão e de uso para a Vida. Pois bem! Esqueceu-se na Filosofia o que se pretendia — servir ao Homem — e não se pensou mais que em dar uma unidade, que era um meio, a um grupo de investigações que só longinquamente ao Mundo e à Vida se referiam.

A êste mal darei o nome de **crise de finalismo**, para significar a falta de finalidade, ou **mal técnico**, para significar que foi aquilo que era um **meio** de realizar o trabalho que se tinha em vista, aquilo que era uma **técnica** para conseguir um dado **fim**, que usurpou o lugar dêsse fim. (A palavra **técnica** tem ainda outra significação diferente: a de ciência real ou aplicada, irmã gêmea da ciência ideal.) Claro é que na expressão **mal técnico** a palavra técnica não tem êste último sentido — Se formos, porém, a investigar tôdas as causas daquele mal não deixaremos de notar que o exagêro e confusão com que se fala, em geral, da técnica, que é ciência aplicada, deve ter também destingido sôbre a técnica que é simplesmente um meio de realização.)

Ora êste **mal técnico** da Filosofia é, ao mesmo tempo, uma das mais fundas doenças espirituais do homem de todos os tempos e o seu agravamento uma característica dos tempos que passam, como vamos ver.

### **O mal técnico e as ciências exactas**

Quem ler o livro de P. Boutroux, «L'ideal scientifique des mathématiciens», verá que êstes não têm hoje nenhum ideal bem definido.

Para as demonstrações utilizavam os matemáticos, e, com vantagens, um enorme conjunto de sinais — números, letras, sinal de igualdade e outros — criando, ao mesmo tempo uma **técnica** especial de trabalho com êstes sinais. Pois bem, também a matemática acabou por perder o sentido claro da sua finalidade

e hoje vive mais para engrandecer o que são meios de chegar a determinadas proposições do que, propriamente, para o domínio matemático-real que estas representam. Mostrá-lo-ei pormenorizadamente muito em breve; é um trabalho urgente!

Em Física teórica a desorientação é completa! À parte uma minoria de deterministas, há em física maioria de indeterministas, que pretendem explicar os fenómenos macroscópicos por fenómenos corpusculares e êstes pelo **acaso**, sujeitos a determinadas leis estatísticas. E como se chegou a uma maioria de indeterministas? Pela criação das novas mecânicas quânticas, por meio das quais se pretendeu salvar o determinismo!

A prova de que o **fim** da física — servir a Vida — **foi substituído por um melo, a técnica matemática**, não é muito fácil de fazer, porque todos os físicos pretendem enfeixar nas suas teorias a totalidade das experiências físicas. O defeito da física, neste ponto, é, porém, muito semelhante ao da filosofia de Litt. — Se, realmente, os conceitos da física teórica traduzissem realidades, poderia dizer-se que a física marchava direito ao seu fim. — Mas é isso que não sucede! Como mostrei noutro lugar os conceitos da física moderna não correspondem às realidades que pretendem representar, mas sim a certo aspecto subjectivo dessas realidades!

## O mal técnico e a Economia Política

Dificuldades na troca de mercadorias?

Cria-se o dinheiro — **melo** de facilitar as trocas. Em pouco tempo, porém, êsse dinheiro passou a ser o **fim** da vida de muitos homens... O dinheiro pelo dinheiro levou lógicamente ao dinheiro pelo juro, à **escravidão do juro**...

**Atentemos um pouco na importância que pode ter, na vida de um povo, o reconhecimento dêste mal técnico**, mesmo quando êsse reconhecimento se faz sòmente num campo restrito, como êste da Economia Política.

O engenheiro G. Feder, um dos companheiros de Hitler, fêz, em Junho de 1919, uma conferência intitulada «Extinção da Escravidão do Juro» (Brechung der Zinsknechtschaft) com o fim de mostrar em minuciosa análise as terríveis conseqüências para o povo daquilo a que eu chamo o **mal técnico**, atacando gravemente o grande capital. A respeito desta conferência, diz Hitler no seu livro «O meu combate» (Mein Kampf), página 232 da edição XXI:

«Quando eu ouvia a primeira conferência de Gottfried Feder sôbre «A extinção da servidão do juro» tive a consciência imediata de que se tratava de uma **verdade teórica** que havia de ser de imensa importância para o futuro do povo alemão... O combate contra a finança e o capital internacional tornou-se o ponto mais importante do programa do combate da nação alemã pela sua independência e liberdade.» Pois aquela **verdade teórica** — Brechung der Zinsknechtschaft — promessa de remédio para o mal técnico atacando o capital, passou a ser o mais importante dos 25 pontos do programa do partido que conquistou a Alemanha!

O estudo minucioso do mal e a correspondente esperança na cura foi o eixo de aço em torno do qual girou todo o movimento nazista! Brechung der Zinsknechtschaft! — extinção da servidão do juro! — foi o grito de guerra ao som do qual o hitlerismo, proclamando **fins humanos**, venceu a social-democracia, apoiada em fortes meios! (1)

Isto, que é muito importante, é apenas um aspecto local de uma revolução muito mais extensa e profunda, que se há de desencadear no Mundo sob a força invencível da nova filosofia!

### O mal técnico e a Religião

Crê-se que é preciso prestar culto ao Criador do Mundo, porque dêste modo se alargará, por ventura, a extensão do domínio do homem sobre as cousas, ou por qualquer outro motivo? Erguem-se templos onde se pratica certa liturgia. Pois em breve, igreja e liturgia — que foram **meios** — passam a ser abertamente e — o que é mais extraordinário! — consciente e confessadamente — **fins!**

E dêste modo se perde o elevado sentido da obra transcendente que se tinha em pensamento!

### O mal técnico e a Arte

O homem teve sempre a necessidade de aumentar o seu domínio sobre a natureza e sobre os outros homens. Foi, por isso, que criou a Ciência e a Arte!

Para chegar à Arte começou por imitar a natureza com seus desenhos, seus modelados, seus cantos, por um lado, e a **aperfeiçoar** a construção das suas casas e dos utensílios necessários, por outro lado.

**Das experiências feitas e seu resultado na Vida guardava inconsciente mas avaramente um certo tom sentimental, que a orientava nos seus esforços futuros.**

A um maior domínio das cousas, conseguido com uma determinada coisa feita, correspondia um mais vivo tom sentimental que ficava acompanhando involuntariamente a sensação dessa coisa. **A Arte tem, pois, por fim o domínio humano das cousas por meio da sensibilidade, como a Ciência tem por fim o mesmo domínio por meio da inteligência.**

Porque nos emociona, porque se faz acompanhar de tão vivo tom sentimental a sensação de uma obra de Arte?

Primeiro: Sente-se que nela se realiza efectiva e objectivamente um mais perfeito domínio, ou porque exprima novos equilíbrios ou porque represente

(1) «Das Programm der N. S. D. A. P. u. seine Weltanschaulichen Grundgedanken» por Gottfried Feder, Ed. 81-90, página 32:

«A extensão da escravidão do juro é o eixo de aço em torno do qual tudo gira..., é a solução da questão social». Mesma obra pag. 29: Brechung der Zinsknechtschaft heisst hier unser Feldgeschrei, isto é, a extinção da escravidão do juro é o nosso grito de guerra.

mais claramente e mais simplesmente equilíbrios já conhecidos — e aqui está uma origem de emoção artística!

Segundo: Sente-se ao mesmo tempo um transporte (real ou não, mas sempre suposto!) da emoção do autor sobre o espectador da obra de Arte.

Efectivamente uma obra de Arte parece gritar-nos triunfalmente «Assim é que é!» e êsse grito imaginado de triunfo do autor, transporta-se ou representa-se sobre nós, dando-nos a impressão de que o Homem aumentou o seu domínio — e aqui está o outro motivo da emoção!

Resumindo esta nova teoria da Arte que precisaria de largos desenvolvimentos, que virão talvez um dia :

**Necessidade de domínio** — eis a origem da arte!

**Luta por conseguir êsse domínio, pela sensibilidade** — eis em que consiste o trabalho artístico!

**Domínio conseguido em obras de Arte, tanto mais emocionantes quanto maior fôr o domínio conseguido** — eis o fim da arte!

Se o domínio humano é um fim da Arte, o que virá a ser a Arte pura, a Arte pela Arte, que tanto preocupa os artistas modernos? E', nem mais nem menos, do que a arte atacada de mal técnico: A Arte que se esquece do seu fim humano e se serve da técnica, que a Vida lhe ensinou, e nessa técnica se consome inteiramente, é a Arte que repele a Vida que a deu à luz, é a filha que despreza a mãe, a mais bela de todas as mães!

**Conclusão!** — A conclusão a tirar de tudo isto é a seguinte: **Se quisermos uma nova Vida, temos de criar uma nova Filosofia. que deve ter nas suas bases os remédios para os grandes males da Vida que passa!**

Como? E' o que veremos a seguir!

Lisboa, 7 de Abril de 1934,

GERMANO ROCHA

# A defesa do espírito

A propósito do livro de Fidelino de Figueiredo

## “Menoridade da Inteligência”

### I

«Menoridade da inteligência» é o título de um livro que o Dr. Fidelino de Figueiredo publicou, há pouco tempo. Li de um fôlego, jubilosamente, êsse belo trabalho que me despertou a volição de sair do meu trançuilho isolamento, para aditar ao aulido do ilustre prosador português a consonância de uma voz afinada pelo mesmo diapasão.

Projecção externa de um espírito reflexivo, de um pensador cultíssimo, o livro de Fidelino de Figueiredo é, em minha opinião, aristocraticamente demolidor e elegantemente revolucionário. Assente-se já que *demolidor* aqui se emprega no sentido de espírito crítico negativo, e da mesma sorte *revolucionário* quere dizer espírito positivo criador. Torna-se indispensável a aclaração, para se evitarem sobressaltos em cachimónias assustadiças.

Através da obra a que me reporto, avulta nitidamente o pensamento genitor: — focalizar a incultura da grei lusitana no coetâneo período histórico. Em verdade, estamos atravessando sombria quadra de profunda depressão intelectual. Á quieta luz da reflexão a flagrância do fenómeno impõe-se insofismavelmente. E não repugno o juízo que filia nessa incultura, magistralmente descrita por Fidelino de Figueiredo, a desagregação social em que vivemos, e que se me afigura ser produto de dois factores: a crise de carácter e a crise mental.

Sei que o fenómeno não se dá privativamente na raça portuguesa. Por tôda a parte, mais ou menos, se verifica assustadora assinergia mental, rectilneamente filiada, até certo ponto, na coexistência de antagónicos estímulos psíquicos e de contraditórias noções científicas, que agitam as sociedades e o indivíduo. É a consequência da superabundosa frutificação que tiveram as ciências naturais, rápida, prodigiosamente desenvolvidas desde 1850, fortemente avigoradas pela observação e pela experiência.

Do regaço das ciências biológicas a escola Comteana arrancou a Sociologia que colectou a atenção e os trabalhos dos sábios. Para êsse novo rebento da árvore frondosa, que representa o saber humano, foram trasladadas teorias e até hipóteses architectadas pelas ciências naturais.

Neologismos mal definidos invadiram logo o terreno da vulgarização política. O darwinismo social, o transformismo e outras teses da mesma origem impregnaram os trabalhos literários e transpuseram a barbacã do recinto onde se abrigava a arte de dirigir e governar povos, ao tempo em que o relampejar da ideologia racionalista ainda deflagrava a alma popular.

A Sociologia escabichou, revolveu, explorou, penetrou velhas civilizações, que fêz exsurgir do pó dos séculos e que dealvou de lendas caducas. Reconstruiu a História, e, após pacientes e diuturnas investigações, concluiu por afirmar que são rejuvenescências de pristinas tentativas sociais o liberalismo, o igualitarismo, o sindicalismo, o estatismo, o comunismo, que houveram nome diferente e que já em volvidas épocas foram averbados de erros perniciosos e graves por severos pensadores de poderosas colónias humanas, hoje extintas como unidades políticas.

A seu turno apareceu no arcópagos dos grandes produtores e organizadores do pensamento a vasta mentalidade do maior e mais poderoso generalizador do positivismo, — Comte. Levantou o lábaro e a signa do seu sistema filosófico alicerçado na repisada lei dos três estados. Reinfernizou-se a requesta entre o materialismo e o espiritualismo. A alternativa hegemónica coube, por alguns anos, ao positivismo: mas a luta generalizou-se; adentrou todos os campos e distendeu-se a todos os problemas que agitam a mentalidade humana.

Ao exagêro da metafísica que deu o primado ao pensamento com exclusão dos sentidos — Magendie —, respondeu no campo do materialismo o exagêro contrário, — o primado dos sentidos e a exclusão do pensamento — Leibniz. Dêsse longo tumultuar de teorias, dessa incruenta referta de ideas, através das quais o espiritualismo da escola neo-crítica foi preparando a sua reacção, que foi que de seguro e certo a ciência legou às sociedades e ao individuo? A integração absurda de inúmeras noções contraditórias, umas certas, outras dúbias, aquelas errôneas, estas nocivas; em suma hipobulia, depressão do psiquismo social.

E o positivismo, que teve a pretensão de se fixar como método definitivo do saber, desacreditou e demoliu, mas não edificou suficientemente, nem suprimiu dos agregados humanos a teo-metafísica. A verdade é que a evolução histórica do individuo é ainda hoje sucessivamente teológica, metafísica e só muito raramente atinge a fase positiva. Um grande pensador escreveu algures: — «a educação do homem, francamente teológica na família e nos ensaios primários, fortemente complicada, pedantesca e metafísica nos seus modos secundários, é, pelo que toca a métodos de interpretação, de averiguação, híbrida, desconexa, heterogênea, verdadeiramente psicopatogénica, se considerada na soma das suas maneiras superiores».

Tôdas as regiões da ciência foram convulsiónadas por concepções transcen-  
dentes, que os grandes teóricos de génio, deificados nos delírios do êxtase,  
amontoaram no erário do saber. E afinal as várias gemações de tantos doutrina-  
mentos filosóficos, submetidas às leis do pensamento, deram o reinado sombrio  
da contradição, da dúvida, quasi ia a escrever da desesperança. Uma verdadeira  
psicose social, em que não se vislumbra um forte ideal colectivo, nem uma po-  
larização psíquica alevantada e geral. A fé humana morreu, bradou, há meio  
século, um grande pensador inglês.

Em conceituado trecho do seu livro escreveu Fidelino de Figueiredo: —  
«Desde que perdeu a fé no liberalismo e êste se automatizou no rotativismo dos  
partidos, no caciquismo e na cínica ficção parlamentar, tudo a parasitar na igno-  
rância e na miséria pública, — aquela sociedade de gafos retratada na obra de  
Eça de Queiroz, — Portugal flutua sem doutrina, sem programa nas camadas  
superiores e de «élite» e sem um gôsto decidido por tal ou tal estilo de vida nas  
classes médias, que deveriam compor o côro de apôio ao primeiro plano conductor».

Não sei o significado que ao vocábulo **liberalismo** atribui o erudito pensa-  
dor. Importa, porém, aclarar já que, em seu critério, **liberalismo** e **liberdade**  
são coisas diversas. Para mim **liberalismo** significa o conjunto de instituições  
criadas pelo individualismo nas ordens política, jurídica e económica, quando a  
trilogia deslumbrante da Revolução Francesa rastilhou as violentas comoções das  
sociedades contemporâneas.

Ora, tôdas as instituições humanas são transitórias. Obedecem à lei geral  
que rege a vida do Universo, a lei das transformações incessantes, dos movimen-  
tos perpétuos, lei que melhor fere a retina dos povos, quando ela se prova nas  
formas sociais, constantemente móveis, radicalmente instáveis, como instável é o  
espírito humano donde elas derivam. Cada época tem as suas instituições pró-  
prias. Nascem, crescem, desenvolvem-se. Depois, exercida a função que vieram  
desempenhar, declinam e caminham para a transformação ou para a destruição.

Logo ao alvorecer do XVI século, Pomponazzi escreveu: — «As leis religio-  
sas, como tudo que existe sôbre a terra, estão sujeitas à transformação e à des-  
truição». O arrôjo de tal afirmativa, sem embargo de traduzir uma indiscutível  
verdade, que tem feito correr caudais de sangue, quando chega a hora das gran-  
des metamorfoses, podia, nessa época, ter sido funesto ao filósofo mantuano.

As instituições criadas após a Revolução Francesa não podiam fazer exce-  
pção a esta lei geral e imutável. O parlamento, o júri e o anonimato formaram a  
tiara da filosofia racionalista do XVIII século, no capítulo da sua ideologia social;  
mas anonimato, júri e parlamento chegaram, com o volver dos anos e o exercí-  
cio da sua função, àquela fase em que é inevitável a transformação ou a destrui-  
ção. E dentre as instituições criadas, durante o XIX século, foi o anonimato  
aquela que defluiu maiores torrentes de utilidades; mas foi essa também que  
mais profundamente se derrancou pelo esbanjamento, pelo desfalque, pela falên-  
cia, pelo roubo, a ponto de se transformar no mais poderoso agente da crimina-  
lidade evolutiva.

As violentas comoções dos povos, que hoje ocupam a vanguarda da civilização, derivam da reconhecida necessidade de dar novos aspectos a instituições que actualmente já não correspondem às exigências das colónias humanas e da dificuldade de encontrar formas de adaptação, que permitam um período de equilíbrio. E' esta a causa das profundas convulsões em que se contorce, na hora presente, a maioria dos povos cultos e policiados. O facto explica-se. Na vida orgânica é a lenta acumulação de acções modificadoras que produz as bruscas metamorfoses. Da mesma sorte nos agregados humanos é a condensação de factos, a um tempo causa e efeito de novas ideas, que gera as grandes transformações sociais.

Quem estranha, neste momento, as perspectivas, já contornadas de grandes transformações no dinamismo das sociedades, esquece-se das origens de tudo que se está passando e morde os benefícios incalculáveis, que à humanidade e à civilização prestaram as gerações precedentes. Se assim não fôsse, não veríamos vilipendiar os grandes produtores e organizadores do pensamento racionalista, nem haveria quem cubrisse de anátemas a organização social, que lhe correspondeu, na esfera dos factos. Tal procedimento traduz revoltante injustiça, como se verá no seguimento das considerações que estou bosquejando.

## II

Em anteriores períodos dêste arrazoado afirmei que traduzem revoltante injustiça os anátemas à organização social emersa das doutrinas filosóficas do XVIII século. E contudo não falta quem lhe lance maldições. Fidelino de Figueiredo não entra, nem podia entrar, no côro da dicacidade imprecavativa contra o racionalismo, factor genético de tôdas as maravilhas que adoiram e alindam a marcha triunfal dos povos no XIX século. Tem cultura em barda para saber, e sabe, que, tal como se pode afirmar que não tem havido maneira errada da ciência que não tenha legado às maneiras sucessoras alguma coisa exacta e acertada, assim também se pode dizer que não tem havido organização social que não tenha legado às organizações sucessoras alguma coisa útil. Para tornar benemérita de bem-querenças a Revolução Francesa, bastaria o segmento da sua ideologia social atinente à liberdade de pensamento e de consciência.

É essa liberdade que outorga à criatura humana a sua plenitude. Sem ela, nem a Arte, reflexo psíquico, expressão de fenómenos mentais, pode desabotoar-se em flores e frutos, produzindo o Belo, genético do prazer estético, nem a Ciência pode esquadrinhar, resolver e penetrar os segredos da natureza. Tôda a excelsitude do XIX século deve-se à emancipação absoluta do juízo individual. Não é mister fazer a demonstração da tese. A História demasia insofismáveis ensinamentos, que as gerações de hoje verificam, clinicamente, em superabundantes factos,

É flexuosa a marcha da civilização. A cada período de ascencional progredimento sucede um período de decadência, espécie de estância de repouso para

o espírito. A cultura árabe ministrada nas escolas de Sevilha, Toledo, Bagdá, Córdoba, etc., respondeu a cruzada dos Albigenses. Aos deslumbramentos estonteantes da Renascença seguiram-se as férreas disposições do Concílio de Trento. Da endosmose assombrosa de vitalidade, que ficou caracterizando o século passado, saíram, servindo-me da expressão de Fidelino de Figueiredo, as situações castrenses, que hoje imperam os povos paládios da civilização. Se discreto avisamento não nos mostrasse as verdadeiras causas do fenómeno apontado nas três épocas invocadas, dir-se-ia que as energias psíquicas do homem se esgotam no ciclo das grandes criações e que por isso carecem de um período de repouso.

Não pretendo versar aqui o princípio das oscilações na marcha da humanidade. Se as auroras se alternam com os crepúsculos, as grandezas com as ruínas, as vitórias com as catástrofes, também na História os progressos se alternam com os retrocessos, a liberdade com o despotismo, o culto da Lei com a tirania, os períodos de evolução com os períodos de involução. Êstes têm o seu início logo que principia a decomposição das fórmulas sociais e das instituições que deram adaptação, sempre instável e transitória, aos aglomerados humanos, e são tanto mais prolongados e tanto mais violentos, em justas cruentas, quanto maiores são as resistências opostas à integração de novos princípios. Tal é a fase em que se encontra, na hora presente, a maioria senão a totalidade dos povos cultos e policiados. É o período predecessor de uma grande transformação, pródromo de uma nova epoca na vida da humanidade.

Sabe-se qual foi a vasta e assombrosa génia do século passado. Todos reconhecem e sentem quão fecundo foi o trabalho produzido por eminentes cientistas. Descobriram no cosmos recônditas fôrças e ignorados recursos, inproveitados e improdutivos durante milhares de anos. Industrializados êsses recursos e essas fôrças, transformaram-nos em utilidades, que exordiarão o período da produção capitalista. Procriou-se a riqueza mobiliária quasi desconhecida de gerações extintas. Nasceram, progrediram, multiplicando-se, e virilizaram-se as sociedades anónimas, para onde confluíram abundantes capitais à procura de compensadora remuneração.

Foi uma autêntica metamorfose económica, que se operou em todo o mundo. As singelas máquinas da pequena indústria cederam o lugar a novos e colossais maquinismos, que minoraram o esforço do homem e aumentaram, incalculavelmente a riqueza colectiva. Transformou-se radicalmente o regime do trabalho. Criaram-se, modificaram-se, ampliaram-se fábricas, que se converteram em vastos centros de aglomerados humanos, cidades manufactureiras dentro de grandes cidades políticas. Os operários organizaram-se e articularam as suas reclamações, exigindo quota na partilha das riquezas por êles próprios arrancadas às entranhas da terra e afeiçoadas às exigências de uma vida faustosa. Dessa arte se formaram as enormíssimas legiões proletárias, que se internacionalizaram e incarnaram as reivindicações económicas em formas políticas.

Então duas grandes concentrações se defrontaram: — a capitalista e a operária. Dois grandes comércios concorreram a realizar a maior transformação económica do mundo, que outra idêntica não regista a História: — o comércio dos capitais e o comércio do trabalho. Daqui saíram duas castas: — os plutocratas que constituíram o feudalismo hodierno, e os «Jacques» dos nossos dias, amontoados em fábricas, soterrados em minas. Aqueles assoalharam aurifulgentes opulências; êstes cubriram-se de andrajosa penúria, roendo negra côdea de pão, ratinhada pelos novos senhores feudais.

Socialmente reergueu-se modalidade idêntica àquela que antecedeu o 1789. O *struggle for life* alevantou-se como divisa e norma da vida em tôdas as suas manifestações. O transformismo penetrou e impregnou as ciências sociais. Mommsen exaltou a fôrça e divinizou o cesarismo. Treitschke proclamou que o direito está inerente à fôrça, a que as nações mais fortes triunfam. Espalhou-se a doutrina dos povos moribundos e prêgou-se, descaroadelmente, que as nações fracas, que sucumbem, sucumbem muito justamente.

De tais apostolados se prevaleceram os defensores do optimismo económico. A observação da vida organizada deu-lhes o convencimento de que a concorrência vital é uma condição do equilíbrio das espécies e da preponderância das espécies superiores. Assente êste ponto, ficou logo estabelecida a aproximação da humanidade à animalidade pelas suas comuns condições de existência material. Isso bastou para servir de apôio aos teóricos da concorrência económica.

O moralismo rectilíneamente derivado do idealismo crítico de Kant e da escola metafísica, que subordinou a natureza à lei moral, foi batido pelo optimismo económico, que antes devia denominar-se imoralismo económico. Em balde se ergueu a negação radical dos pensadores que incarnaram a questão social na moral filosófica, e que porfiaram pela vitória das suas escolas.

Através das doutrinas morais do XIX século verifica-se a luta contra o optimismo economico, qualquer que seja o filósofo invocado. No idealismo transcendental de Fichte, no panteísmo de Hegel, nos falanstérios de Fourier, no idealismo democrático de Lamennais, no positivismo de Comte e de Stuart Mill, no saint-simonismo ou no benthamismo, no neo-criticismo de Renouvier, na metafísica audaz de Secrétan, paira o mesmo pensamento moral. De nada valeu essa luta. Triunfaram os materialistas para os quais a miséria das classes trabalhadoras é apenas um caso particular da dor universal.

Veamos agora quais foram, na esfera dos factos, as consequências do tumultuar de teorias e digladiar de ideas repercutidas em tôdas as gentes. Parece-me que êsse exame forçará o observador desapaixonado a reconhecer que a nossa indiscutível decadência, antes de ser considerada somente sob o ponto de vista da incultura da grei lusitana, como pretende o abalisado escritor Fidelino de Figueiredo, deve ser estudada, prévia ou simultâneamente, através de outros factores de ordem intrínseca, isto sem esquecer a acção de possantes correntes externas, que igualmente têm contribuido para esta espécie de bastardia social, a que resvalámos.

Releve-me o crítico elegante, que tão primorosamente descreveu a *Menoridade da Inteligência*, as reflexões que ainda me permito estadear. Julgo que, em tese de tal magnitude, o estudo do coetâneo período da nossa história só se completará integrando-o no conjunto de fenómenos sociais, que ao exame do sociólogo oferecem os povos vedetas da civilização.

### III

Cumpra que eu vise mais de perto o ponto fundamental da tese que Fidelino de Figueiredo versa no seu esplêndido estudo «Menoridade da Inteligência»: — a incultura da grei portuguesa. O laureado publicista denomina cultura programa de vida, gôsto de tal ou tal estilo de vida. Fundamenta o seu critério no cimento de uma sólida erudição e concretiza-o em admiráveis sínteses da nossa evolução histórica, sem, contudo, deixar de pôr em relêvo a decadência mental da lusitana gente, nesta hora transitiva e trágica.

Já acima ficou dito que, nos povos europeus, actualmente, se verifica, em grau mais ou menos elevado, um fenómeno de assinergia mental. A decadência é flagrante e mais notável sobretudo nas gentes que, durante os séculos XVIII e XIX, lustraram a imensa esfera do pensamento e cursaram intrepidamente as serenas regiões onde só alcança imarcescível glória o trabalho dos lapidários da civilização.

Desde a Renascença até nossos dias, a luta tem sido tenaz e rude para a conquista da verdade rebuscada em sublimes arrojios especulativos pelos teóricos de génio. No vasto enciclopedismo da comum investigação colaboraram à porfia os mais cultos povos do velho continente. A França que preparou, na Idade Média, os blocos ciclópicos da moderna civilização europeia, também soube levantar-se á concepção de uma nova ordem social, e lavrou, pelo espírito reformador dos seus pensadores, o dístico a inscrever, ao abrir-se a Idade Moderna, no propileo do novo e imenso edifício intelectual: — em marcha a caminho da verdade pela ciência.

Se pode dizer-se que Descartes foi decerto modo o inaugurador da época em que se procurou definir as relações da metafísica com o mundo fenomenal e com o pensamento e destino da humanidade, com maior justiça e exactidão se pode aventar que o pugilo de filósofos que, no século XVIII, ilustraram a grande nação gaulesa, afestoa essa imanidade mental, cujos primórdios os clarões do Renascimento iluminaram, projectados num oceano de doutrinas em dissolução, por sôbre as quais pairavam as superstições do Oriente, o sonho horroroso da barbarie e do feudalismo e a sombra dolorosa e sinistra de uma disciplina sangrenta, imposta por uma doutrina de além-túmulo, convertida em regra de vida.

O pensamento europeu aceitou a herança medieval, para depurar pelo crisol do racionalismo as escórias que o trabalho das ondas e das idades acumulou. Ao mesmo tempo que a França se engrandeceu, levando a civilização a subido grau

de luzimento, os anglo-saxões, desprendendo-se das cadeias materiais, realizaram-ousados surtos nas azas do entendimento.

Hobbes, proclamando que o mundo espiritual só pela fé pode ser conhecido ; Locke com o seu sensualismo que Hume levou às últimas conseqüências ; Berkeley com o seu idealismo empírico ; Stuart Mill com a sua vasta produção científica ; Baim com o seu método de telegrafia electroquímica ; o eclectismo inglês e a escola escocesa, se tudo isto só por si não magnificasse as memórias da civilização e não nos deixasse monumentos que são páginas brilhantes nos anais escritos da humanidade, bastariam Spencer e Darwin, assinalados nos fastos do progresso humano, para autenticar a colaboração da gente britânica no «fiat» quasi omnipotente do génio, que transformou radicalmente as condições da existência nos agregados sociais. Sem essa colaboração talvez que Waxweier não tivesse podido afirmar que as ciências biológicas, pela solidez das suas construções e encadeamento das suas descobertas, lograram impor-se a todos os espíritos especulativos, explicando-lhes os fenómenos humanos.

O leitor reflexivo decidirá se o nível intelectual de qualquer dêsses povos se expressa hoje pelo mesmo expoente que atingiu no último centénio, e melhor se compenetrará da actual decadência, indiscutível, da velha Europa, se trouxer à colação a Alemanha, a Grécia dos tempos modernos, como lhe chamou a ponto um dos maiores espíritos da nossa terra.

A polícia da Germânia da actualidade não madrugou na palestra da prolifera e expansiva civilização europeia. Só muito tarde se libertou das sagas, das lendas e dos mitos, que formam o fundo dos Niebelungs, espelho reflectindo o primevo estado de cultura dos povos nórdicos semi-bárbaros. E contudo êsse povo rapidamente assinalou um lugar nos fastos da evolução humana. Dir-se-ia que a esplêndida e radiante civilização helénica se trasladou das ridentes orlas do Mediterrâneo para as brumas e frialdades do Báltico.

Não há um só ramo da actividade mental dos gregos, que não viesse ostentar-se redivivo no pensamento fecundo dos grandes espíritos que abrilhantaram a Alemanha. O longo ementário dos seus pensadores eminentes, cada um dos quais é uma individualidade cosmopolita pela alteza do engenho, é o estalão do elevado grau a que subiu a mentalidade germânica.

Durante mais de um século foi a terra privilegiada onde brotaram génios como Leibniz, Kant, Hegel, Fichte, Shelling, Humboldt, von Hartmann, Schopenauer. Foi o berço de Goethe, cujo cérebro se arrojou aos fantásticos espaços onde gravitam os mundos. Foi lá que beberam a primeira luz e receberam o beijo da inspiração artística Heine, Schiller, Klopstock, Mendelssohn, Beethoven, Wagner; foi lá também que Baumgarten fundou a estética e contornou a teoria do belo.

Povo a um tempo inventivo e guerreiro, industrioso e filósofo, ora se elevou às esferas da abstracção idealista, ora se applicou à observação e à experiência, e assim quinhou o vasto labor especulativo dos grandes criadores e organizadores.

do pensamento, que realizou vivaz revolução intelectual, imprimindo à civilização, através de transcendentos invenções industriais e mecânicas, a marcha dos ciclones. Cabe-lhe uma quota, e não pequena, nos inventos audaciosos, que transformaram radicalmente as condições de existência dos agregados sociais, desde a habitação, vestuário e alimentação, até os meios de locomoção, comunicação e informação.

Na síntese económica transmontou o nível atingido pelos seus competidores e a tóda a parte — se exceptuarmos o país dos yanke — levou os variados produtos da sua imensa indústria, quando a França e a Rússia se defendiam ferozmente com elevadíssimas pautas aduaneiras, e quando a tarifa Mac-Kinley colocou tóda a Europa em face de uma América do Norte couraçada contra a concorrência da indústria europeia. Esboçaram-se, por êsse tempo, os pródromos do nacionalismo económico, que havia de escandecer, em nossos dias, servos alucinados por vesânicas políticas.

È surpreendente o progredimento económico da gente germânica, desde o tratado de Francfort até à crise de 1900-1901, e, mesmo ainda depois dessa crise, até 1914. Não bosquejarei aqui, por amor da brevidade, a expansão alemã no comércio e na indústria. Ninguém ignora o que foi, nesse periodo, o imperalismo económico do povo de Além-Reno.

Pois a nação que ascendeu a culminâncias tais, debate-se hoje nas angústias de uma crise multifária, — intelectual, política e económica. Os grandes homens que a nobilitaram, nas variadas manifestações da vida não deixaram continuadores. Ao ciclo brilhante de passadas excelsitudes sucedeu o período da sinistra decadência actual, que deixará na História mais um testemunho de que os povos que perdem as suas liberdades, qualquer que seja a causa do facto, só as reconquistam com as armas na mão e por entre deflúvios de sangue.

Se fôsse possível truncar a história da Alemanha, omitindo o formoso capitulo da sua inflorescência e progresso, desde a Reforma até ao tratado de Versailles, para se ligarem os tempos primigénios dos germanos de Tácito ao período contemporâneo da sua vida de nação autónoma, duvidar-se-ia de que ali tivesse bracejado e florido, até há pouco tempo, a civilização opulenta, que iluminou um vasto império criado pela fôrça da espada e que magnificou os fastos da humanidade. Ninguém acreditaria que êsse povo que soube libertar-se das peias do apriorismo, do dogmatismo e da escolástica, para que o espirito, aquecido pelo sol da liberdade, se mergulhasse nas suas próprias e incomensuráveis profundezas, chegasse a aceitar, como norma da vida social, a fiscalização exercida sôbre o pensamento humano, espécie de sevícia moral.

Ninguém compreenderia que êsse povo viesse a consentir que a sua inteligência, a sua razão, as projecções externas do seu cérebro, antes de serem aventadas a público, houvessem de ser subalternizadas à boçalidade de uns tantos cabos de esquadra, incumbidos de vigiar em ordem a que só se diga e só se escreva o que só possa exaltar a vaidade e o orgulho do mantenedor do poder, de modo que ninguém discuta os seus actos ou suas palavras, porque só assim

a imbecilidade das multidões pode convencer-se de que num homem de vulgar inteligência está um génio ou num charlatão um sábio.

Ninguém ousaria afirmar que, nessa terra, onde brotaram variadas escolas filosóficas e discípulos dotados do mais celso engenho, propagadores de ideas originaes e aventurosas, que fecundaram novos sistemas, se chegasse à incineração, nas praças públicas, de milhares de volumes, obras de pensadores consagrados, que dilataram os domínios do pensamento e conduziram a investigação a perscrutar os enigmas do Kosmos e fenómenos da psicologia e da fisiologia social.

Ninguém reputaria verosímil que essa gente germânica, que tão profundamente estudou a antropologia e a etnografia, para se certificar da evolutiva e continua fusão étnica, através da qual se constituíram os povos em unidades políticas, desencadeasse uma luta feroz de raças com aspectos canibalescos. Ninguém suspeitaria que o povo que mais alto levou o principio da emancipação do juízo individual, resvalasse à prática da espionagem a todos os actos da vida particular dos cidadãos e das famílias, para impedir, pelo terror, que se espalhe e seja conhecida a mais ligeira censura de algum não conformista aos actos do governo, ou a mais leve beliscadura na inviolabilidade de quem o exerce, apoiado em legiões de esbirros, fartamente pagos, destacados para tóda a parte, onde se pressinta que possa haver uma voz dissonante, capaz de romper uma simbiose artificial e deprimente, ou de exercer imparcial e serena crítica às falsas afirmações oficialmente editadas, para deslumbramento do grande público.

São sempre épocas de profunda decadência aquelas em que se operam as grandes metamorfoses sociais. Não sei de período algum da história da evolução humana, durante o qual se efectuassem radicais transformações no dinamismo da vida dos povos, que não tenha a signa característica da decomposição e do esfacêlo. Em tais momentos a espionagem official aparece sempre, como iniludível síndrome da dissolução dos costumes e da necrose dos caracteres.

Destacam-se torvamente na História os crimes que exordiam o império romano, quando Tibério e os seus sucessores estabeleceram, como ponto de apóio da sua soberania, a espionagem, a delação, o terror. As alternativas de violência e de hipocrisia, que os historiadores apontam no procedimento de vários Césares, são o índice seguro de tóda a autoridade que desconfia de si mesma e que não conhece os seus limites. Nero tinha razão, quando dizia que os seus antecessores não sabiam com exactidão o que lhes era permitido fazer (Suetonio, *Nero*, 37).

Os crimes que mais repulsiva tornaram a memória de Tibério, Calígula, Nero e outros, foram produto da espionagem, vítimas entregues pelos delatores à crueldade do imperante que não estava seguro de si e que de tudo se aterrorizava. Nada há como o medo para gerar a ferocidade. Os espiões pululavam por tóda a parte, movidos por servilismo, por ódios pessoais, que pretendiam saciar, e sobretudo pelo prémio material, que recebiam, de todos os haveres do delatado, passivos de confisco, e repartidos em dois quinhões iguais, um para

o imperador e o outro para os denunciantes. Êstes, graças a semelhante estímulo, centuplicaram-se e de súbito formaram legiões.

Em alguns casos, eram tantos os delatores a acusar o mesmo homem, — o que só se dava quando o acusado era possuidor de grande riqueza, — que escassamente cabiam a cada denunciante uns magros sestércios. Imperadores houve que tentaram reformar os costumes e perseguiram os espiões; mas era já tarde para se cauterizar a gangrena. O mal lavrava fundo; abastardando e envilecendo o carácter romano, tornara-se incurável.

Em mais de um autor latino se encontra fotografado êsse tempo feroz, em que, de volta com a tirania, rastejavam a baixeza, o servilismo, a covardia colectiva, a adulação perene e em que eram eliminados os intellectuais, os homens de valor, para que o agregado humano se envolvesse na penumbra da estupidez, de geito que só o déspota pudesse proclamar-se supremo talento e supremo artista. E, desde o destêrro de Ovidio até à morte de Petrónio, todos os homens de valor mental, todos aqueles que se lamentavam ou podiam lamentar-se, tôdas as pessoas ricas ou virtuosas, grandes senhores, ilustres generais, tiveram o mesmo destino: — o destêrro, o confisco, a morte.

Nem o próprio Séneca, com o ter sido o pedagogo e o mestre do filho de Agripina, escapou à fúria homicida do larvado que governava o império romano.

Testemunha dos lutulentos sucessos característicos dessa época, o autor do tratado *De ira* reflectiu nas suas obras tôdas as emoções que os acontecimentos despertavam. Nesse agregado de criaturas humanas, que tinham perdido as noções do brio e da dignidade, simples andróides, imperava uma só vontade, que subjugava tôdas as resistências, e uma só voz, que não tinha contradição. Nero ordenava a maior das loucuras e executava-se. Queria que o proclamassem sábio sem émulo, artista genial, auriga inigualável e os áulicos e todos os cidadãos da Urbe estavam de acôrdo. Ai daquele que pusesse em dúvida os egrégios dotes que o déspota se attribuía e que os seus vassallos confirmavam. Mas tão abjecto servilismo continha em si o próprio castigo: — o sobressalto em que todos viviam, glaucos de pavor, e que Séneca sintetizou em três palavras, *palpitantibus proecordis vivitur*.

Era uma situação de mútua desconfiança e de recíproco terror, como acontece em tôda a parte e sempre, quando o imperante não tem aquela confiança tranqüila que lhe dá o justo sentimento dos seus direitos, num Estado bem regido. Os espias, saídos de tôdas as classes sociais, formigavam pela cidade. Introduziam-se no seio das famílias; escondiam-se nos átrios das casas; ocultavam-se na sombra, e falavam e procediam em ordem a provocar expansões íntimas, a fim de descobrirem inimigos de Cesar, para os denunciarem, no propósito de alardear serviços e receber pingue remuneração.

Soberanos e vassallos eram todos objecto de terror uns para os outros. O próprio príncipe não estava isento das preocupações que causava. Se os seus cortezãos e adherentes eram condenados a abrir as veias, à medida que lhe caíam no desagrado, também os despotas eram, em regra, assassinados pelos mesmos homens,

que os tinham exaltado. Depois de os verem prostrados no chão da morte, os áulicos cuspiam então, sôbre o cadáver ainda quente, os mais afrontosos epítetos, ao mesmo tempo que principiavam a balancear o turbulo da adulação e do servilismo ao novo Cesar, cujo reinado seguia a mesma trajectória. De nove imperadores que governaram, desde Cesar até Vespasiano, oito tiveram morte violenta e não está apurado se foi natural o óbito do nono.

O povo fôra eliminado das funções que, na República, lhe eram atinentes. Quando o sucessor de Tibério, para simular que mantinha as antigas liberdades, convocou os comícios, o Forum ficou deserto. Não appareceu a multidão voluntária e resoluta, que outrora tinha ondeado no campo das comuns deliberações; mas não faltou a chusma servil quando Calígula se revestiu de deus e se instalou num nicho do Capitólio, ao lado de Júpiter, para que o fôsem adorar. Na história de vários povos topam-se paranóicos dêste género, que, se não chegaram a impor-se à pública adoração em públicos altares, confessaram-se, no entanto, iluminados por centelha divina.

O despotismo foi ganhando terreno; foi avançando lentamente, pouco a pouco, e reduziu os Quirites a submissos escravos. Chegaram a ponto de nem já terem energia para se revoltarem. A principio ainda rebentaram algumas sedições. Sufocadas rapidamente pela guarda pretoriana e pelo exército, já então permanente nos *castra stativa*, as revoltas só foram proveitosas à tirania. As pessoas de ordem, — e eram tôdas aquelas que viviam regaladamente à sombra da situação, — ligavam-se, enquanto lhes convinha, a Cesar, o homem que pacificava a praça pública.

É justa a dolorosa observação de Juvenal (Sátira V. 79 a 81): «Êsses Romanos que ainda há pouco tempo distribuíam as insígnias das magistraturas, as legiões, tôdas as honras emfim, arrastam-se hoje na mais vergonhosa abúlia: *panem et circenses*, eis a causa única dos seus ansiosos desejos». E Cesar, neste ponto, era então generoso, por interêsse próprio. Havia espectáculos, para que o povo se distraísse da fome e da miséria.

A história oferece-nos a flux, em épocas diversas, exemplos de expedientes idênticos: — dar festas a povos cheios de fome, para os distrair. Em Roma, o Circo e o teatro tinham a decidida preferência das multidões. Eram os únicos lugares onde o povo podia mostrar-se exigente e revolucionário. Julgava-se livre e não o torturava a obrigação de adular e lisongear o príncipe. Para isso lá estavam as vítimas arrojadas à voracidade das feras: *ave, Cesar, morituri te salutant*. E, como não podia estadear por outra forma o seu ódio ao déspota, vingava-se, apupando, vaiando, assobiando o gladiador ou o cocheiro preferido de Cesar que, em tais conjunturas, tinha de se mostrar indulgente, fingindo não compreender a quem eram dirigidos os apupos.

Para melhor se interpretar a nossa crise económica, financeira, moral e intellectual, importa ter presente o que se tem passado nos demais povos cultos: Foi por isso que tracei os capítulos anteriores. E porque lhes dei desenvolvi-

mento maior do que conviria à índole da publicação a que foram destinados, ficará a seqüência para o segundo número desta revista, se então fôr possível completar as considerações que me sugeriu o livro do Dr. Fidelino de Figueiredo — «Menoridade da Inteligência».

ANSELMO VIEIRA



# Nota a “D. Pedro V e o seu reinado” de Júlio de Vilhena



No 2.º vol. da obra de meu pai o Conselheiro Júlio de Vilhena — *D. Pedro V e o seu Reinado* — (1) — a partir de pág. 38o (no Cap. XIV), trata-se da frigidez sexual, ou pretendida frigidez sexual dêsse rei notabilíssimo e do estado de virgindade (ou pretendida também) em que teria falecido a Rainha D. Estefânia.

Levantada a questão, que andava no ar, e o professor Ricardo Jorge prendera de passagem, em artigo da *Medicina Contemporânea* de 1909 (pág. 1171, em poucas palavras e precedendo-as de que lhe constara *por tradição não divulgada*, meu pai diz: «Procedemos, como devíamos, às devidas indagações, e fomos afirmado por pessoa de todo o crédito, em carta, da qual, por justíssimos melindres do seu autor, que nos merecem o máximo respeito, não podemos revelar a assinatura:

1.º — Que o professor Magalhães Coutinho, etc.

Isto é, são aduzidas, em três parágrafos, duas informações respectivamente dos professores Magalhães Coutinho e Joaquim Teotónio da Silva a uma alusão do estadista Henrique de Barros Gomes, filho do Dr. Bernardino António Gomes (os três, os médicos, tinham feito o exame do corpo da Rainha) conducentes a aceitar a sua morte em estado de virgindade natural.

E logo a seguir:

«Até aqui fala a medicina, ou antes o testemunho de quem conviveu com os médicos que fizeram a autópsia, se autópsia houve e não o simples exame em determinado ponto do cadáver».

É assim apresentado o testemunho de alguém cujo nome não pôde ser revelado.

---

(1) Vols. I e II, Coimbra, Impr. da Univ., 1921; *Novos docum. Suplemento*, id., 1922.  
Ed. da Academia das Ciências de Lisboa.

Ora, entre os papeis deixados por meu pai, em um pequeno maço, encontraram-se documentos relativos ao assunto. Contém : duas cartas do Dr. D. Thomaz de Mello Breyner (Conde de Mafra), respectivamente de 6 e 11 de Novembro de 1920, duas cartas do professor Júlio de Matos de 18 e 26 de Novembro de 1920 (são as transcritas no *D. Pedro V*, *ibid.*, pág. 395-396, 397-398); o rascunho da de meu pai ao professor Júlio de Matos (igualmente nêsse livro, págs. 296-297); uma carta do Dr. Octávio Rangel Santos, de 22 de Março de 1921 (estranha ao caso especial mas de que um passo, sôbre a causa da morte de D. Pedro V, se vê transcrito no mesmo livro e vol., pág. 240, e, finalmente, o n.º 15, sess. de 22 de Nov. de 1858, (págs. 115-126) do *Diário do Govêrno* com extensas notas à margem do punho e letra de D. Pedro V.

Na cobertura dêste maço meu pai alude a êsse «autógrafo importante de D. Pedro V», à carta do Dr. Rangel Santos, e às do Dr. D. Thomaz de Mello Breyner, a estas com as seguintes palavras :

«As duas cartas inéditas do Dr. Mello Breyner são de extremo valor na história de D. Pedro V, porque são o único testemunho que existe (e de que não pude fazer uso) da virgindade em que faleceu a Rainha D. Estefânia. Êsses documentos deverão um dia ser publicados».

## 1.ª CARTA

Lisboa, 6 de Novembro de 1920

Ex.<sup>mo</sup> Senhor Cons.<sup>o</sup> Júlio de Vilhena

da minha maior consideração

Respondo imediatamente à carta com que V. Ex.<sup>a</sup> ontem me distinguiu. Nada li ainda sôbre o ponto de história que interessa particularmente V. Ex.<sup>a</sup> neste momento, nem tão pouco me constava que já alguma coisa sôbre êle se tivesse escrito. Fico sabendo agora que já o ventilou o meu Mestre e amigo Ricardo Jorge.

No relatório da autópsia da D. Estefânia, do qual havia na Mordomia da Casa Real uma cópia que uma vez me foi mostrada por El-rei D. Carlos, não encontrei a menor referência à hipótese aventada.

Passo agora a dizer *aquilo que ouvi*.

O professor Magalhães Coutinho, que já não tive como mestre, mas com quem bastante convivi até à sua morte, mais de uma vez me disse (por sinal em têrmos bem pouco respeitosos) que a Rainha D. Estefânia *morrera donzela*.

Ao prof. Joaquim Teotónio da Silva e a propósito de, nos casos graves de difteria, poderem as falsas membranas invadir *tôdas* as mucosas do organismo, eu ouvi dizer que *a busca de tais lesões no cadáver da Esposa de D. Pedro V tinha permitido verificar o caso a que V. Ex.<sup>a</sup> alude*.

Direi por fim que, estando uma vez em casa do Conde de Daupias a ver um lindo retrato em miniatura da Rainha D. Estefânia e tendo a meu lado o estadista Henrique de Barros Gomes, êste fêz uma leve e velada referência a certa idea que eu muito bem entendi e achei concordante com o que ouvira aos dois professores.

Ora Barros Gomes era, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, um dos filhos do Dr. Bernardino António Gomes, e êste foi dos signatários do tal relatório que se fêz sôbre os resultados do exame do cadáver da desditosa Rainha de Portugal.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> a favor de não mencionar a origem destas informações que pode de resto ter como exactas e bastante concludentes.

De V. Ex.<sup>a</sup> confrade m.<sup>to</sup> respeitador e admirador obg.<sup>do</sup>

*Thomaz de Mello Breyner* (1)

## 2.<sup>a</sup> CARTA

Lisboa, 11 de Novembro de 1920

Ex.<sup>mo</sup> Senhor Cons.<sup>o</sup> Júlio de Vilhena

da minha maior consideração

A carta de V. Ex.<sup>a</sup> encheu-me de desvancimento pelas expressões que me dirige e que eu não mereço.

Teria grande prazer e honra de contribuir com uma parte, mínima que fôsse, para autenticar uma página de um livro tão notável como vai ser com certeza o de V. Ex.<sup>a</sup>

Tenho até passado êstes dias com a idea fixa de responder à segunda e tão amável carta de V. Ex.<sup>a</sup>, *dando o dito por não dito*.

No entanto hoje, aniversário da morte de D. Pedro V, comecei a pensar no desgosto tremendo que meu bom Pai teve nesse dia.

Eu não era ainda nascido, mas sei por minha irmã (mais velha do que eu 15 anos) que foi enorme o desgosto em casa quando chegou a notícia da morte do Bom Rei.

Lembro-me no entanto que meu Pai, quando ia ao serviço para o Paço, levava sempre consigo uma fotografia do Senhor D. Pedro V que Êle lhe dera com dedicatória e assinatura; minha Mãe tinha no oratório um retratinho do Mesmo Senhor. Era um verdadeiro culto que todos os meus tinham e têm pela memória do Rei Infeliz.

---

Sem embargo de todo o melindre na transcrição, não mantivemos a ortografia antiga e aliás perfeita do original.

Ora eu sei mto. bem que a insuficiência genital do Rei Taciturno foi uma *lástima* e não uma *cousa burlesca* como V. Ex.<sup>a</sup> mto. bem chama a outra também portuguesa e duas vezes real. No entanto nem todos assim o entenderiam e seria com certeza muito grande o desgosto de meu querido e Saudoso Pai se pudesse saber que o nome de um filho aparecia na confirmação de uma desgraça para muitos apenas presumível ou até ignorada.

Por isso V. Ex.<sup>a</sup> perdoará se hoje insisto no pedido da carta anterior.

De V. Ex.<sup>a</sup> humilde confrade mto. respeitador e deveras grato

*Thomaz de Mello Breyner*

Estas cartas são a confirmação autêntica do que referiu meu pai no lugar que citei e parcialmente transcrevo. Êste facto e as suas palavras, também acima transcritas, na capa do aludido maço de documentos, impelem-me à sua publicação.

Colega que fui do professor Dr. Mello Breyner, na Faculdade de Medicina, e seu amigo devotado e certo, admirador do seu bellissimo carácter e inteligência, e tendo recebido dêle provas inequívocas de sua por mim grande estima e simpatia, bastantes escrúpulos sôbre a publicação de suas cartas, dadas suas palavras na 2.<sup>a</sup> sobretudo, não podiam deixar de me terem tomado. E para tais escrúpulos não eram necessários mesmo os altos sentimentos de amizade que nos ligaram. Êles logo se imporiam. Mas sobrelevaram as considerações de autentificação de um passo na obra de meu pai, que êle mesmo pediu, pôstumamente, e a de que a subtracção ou inutilização daqueles documentos eram delito, no caso, que à própria memória e individualidade de D. Thomaz de Mello Breyner, Conde de Maфра, médico e professor distintissimos, memorialista notável, e filho amantíssimo, viria trazer agravo.

Eis aí pelo que respeita a essas cartas e a êsse ponto do *D. Pedro V*; no entanto, se se me pedisse minha opinião sôbre o assunto, êsse especial, de *D. Pedro V* e de *D. Estefânia*, diria não me parecer de todo resolvido e não poder deixar de ficar a dúvida que afinal fica, em vista de certos documentos de carácter psicológico, na própria obra *D. Pedro V e o seu Reinado* e aí justamente se marca.

Sôbre questão paralela recorda-se-nos Carlyle e Jane Welsh, sua mulher, tratado aqui há bastantes anos, pelo menos no *Mercure de France*, virgindade natural também por igual aventada, de asserção médica, e que os documentos psicológicos me parece contrariavam. Mais longe poderia levar o exame desta questão, mas o meu propósito é a simples anotação, por seguras razões imposta, ao *D. Pedro V e o seu Reinado*.

Sôbre o autógrafo referido de *D. Pedro V* verei se por acaso se encontra já publicado o seu contexto nos cinco volumes dos *Escritos de El-Rei D. Pedro V* col. e publ. pela Academia das Ciências de Lisboa, de 1923 a 1930, ou mesmo

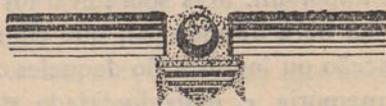
se porventura teriam sido transcritos no decurso do *D. Pedro V*, sôbre o que ainda me não pude estabelecer. Não o tendo sido, publicá-lo-ei.

Deixou ainda meu pai entre os papeis que dêle possuo, um inédito em que comenta o livro de João Franco — *Cartas de El-Rei D. Carlos I*. Da mesma forma o deseja publicado e fá-lo-ei logo que possa ser garantida, na publicação a integridade do seu texto.

Devo ainda dizer que, dados a lume o presente artigo e êsse «Inédito», e ainda possivelmente as notas autógrafas aludidas de D. Pedro V, oferecerei os originais de todos os documentos à Academia das Ciências de Lisboa, para a sua Biblioteca.

Abril — 1934

(Ass.) HENRIQUE DE VILHENA



# A Radiodifusão e o Direito

## (ASPECTOS GERAIS)



O pensamento humano tem na radiodifusão o seu mais alto e poderoso elemento de expressão e expansão.

Vencendo o tempo e o espaço mais rapidamente do que o som, a radiodifusão pôs o mundo em contacto.

Pelas estações emissoras, o mundo fala.

Através dos postos receptores, o mundo ouve-se.

Hoje, o isolamento é quasi uma palavra sem significado pratico.

Cada um, sozinho em casa, pode ter o mundo inteiro por companhia.

É por isso que a radiodifusão tem, como características fundamentais, ser internacional e ser democrática.

Internacional, porque, não havendo para ela barreiras, pode levar a cada país as ideias de todos, dando assim satisfação àquele espírito internacional que se formou na guerra, se desenvolveu no post-guerra e de que a Sociedade das Nações é ainda hoje a corporização simbólica.

Democrática, porque se dirige principalmente à grande massa dos que trabalham, orientando-os, educando-os, instruindo-os e recreando-os.

E é exactamente por isso que todos procuram, em favor das respectivas causas, aproveitar a sua formidável influência sobre a opinião, mais poderosa e decisiva ainda do que a da imprensa, porque tem sobre esta a vantagem da voz, do timbre, da cadência que permite a reflexão ou do arrebatamento que empolga, porque entusiasmo.

A radiodifusão tem em si os elementos vivos de uma actuação eficaz: tem a sugestão e a convicção.

Essas duas feições marcantes da radiodifusão são a origem dos problemas jurídicos que a cada momento surgem no campo do Direito Público e do Direito Privado.

O incremento tomado pela radiodifusão foi demasiadamente rápido.

Essa rapidez excessiva trouxe um grande desequilíbrio entre a quantidade e acuidade dos problemas que ela fêz nascer e as soluções que tiveram de adoptar-se.

Chamado o Direito a estabelecer o necessário equilíbrio, verificou-se que o aperfeiçoamento técnico da radiodifusão chegara a um ponto tal que os interesses, nos diversos campos de actividade que ela criou, começaram a desenvolver-se, a cada momento chocando-se violentamente; e, em contraposição, o Direito não estava preparado e actualizado para regulamentar e condicionar o exercício dessas actividades e proteger e garantir convenientemente interesses tão consideráveis.

O resultado dessa necessária actuação imediata foi a adopção de medidas precipitadas, adaptações viciosas, interpretações condenavelmente extensivas de preceitos inaplicáveis pela sua letra e até pelo seu espírito, ou construção de medidas novas, assentes em bases instáveis, porque a experiência recente e, por isso, incompleta dos factos não pudera ainda consolidá-las devidamente.

Os problemas postos no campo do Direito Público e no do Direito Privado começaram a complicar-se e tornar-se melindrosos, quando se acentuou a compreensão nítida das características fundamentais da radiodifusão.

Dentro da sua feição democrática e no campo do Direito Público, a justa avaliação da sua influência sobre a opinião, o consciente reconhecimento da importância fundamental do papel político, social, económico, financeiro, educativo e moral que ela pode e deve desempenhar trouxeram, como não podia deixar de ser, o problema da intervenção do Estado e da medida dessa intervenção.

Pode ou deve o Estado alhear-se da radiodifusão, deixando-a em regime de liberdade incondicional por ser um meio de expressão do pensamento, embora reconhecendo-se que ela pode influir decisivamente sobre a ordem pública interna e atingir até a sua própria estrutura política?

Decidindo-se pela intervenção, até que ponto pode e deve ir legitimamente o Estado? Até ao extremo do monopólio ou ao meio termo de uma liberdade controlada?

No caso de monopólio, qual o seu fundamento?

O de que a radiodifusão é uma extensão das comunicações, ou o de que ao Estado cumpre senhorear-se de um factor de influência decisiva sobre a opinião e de capital importância na ordem pública e na sua própria estabilização política?

No caso da liberdade controlada, até onde pode o Estado levar legitimamente as suas restrições?

Até ao limite de indemnidade da sua segurança política, ou, para além, indo até à orientação da própria matéria difundida?

E como deve efectivar-se essa acção de contrôle?

Por meio de censura preventiva, ou de sanções?

Dentro do campo técnico, deve o Estado deixar as emissões ao arbítrio de qualquer, possibilitando, assim, a destruição de umas pelas outras, ou deve

regulamentá-las tènicamente, de forma a que a liberdade de cada um seja o limite da liberdade dos outros?

Pelo que respeita à sua feição acentuadamente internacional, os problemas surgem em quantidade e complexidade idênticas.

A necessidade de conciliar a soberania de cada Estado com as dos outros; a necessidade de assegurar a sua interdependência e manter o equilíbrio internacional; o reconhecimento de que a radiodifusão como elemento poderoso de divulgação é formidável de eficácia sôbre a opinião, pode comprometer a segurança individual dos Estados e atentar até contra a própria organização social do mundo, fêz nascer e tornou de melindre extremo o problema da liberdade do Éter.

Os congressos Internacionais têm procurado resolvê-lo concedendo, por um lado, a cada Estado direito absoluto sôbre o estabelecimento e funcionamento de estações emissoras no seu território; e impondo-lhe, por outro lado, o dever de assegurar a livre passagem das ondas radio-eléctricas pelo espaço que o cobre.

Condicionando embora êste dever dos Estados à própria defesa nacional, à salvaguarda dos seus «interêsses fundamentais», ao cumprimento dos seus deveres internacionais, os congressos avançaram apenas para a solução do problema.

Mas, até onde se deve considerar justificado o impedimento pôsto por um Estado à livre passagem das ondas radio-eléctricas; até que ponto se devem considerar fundamentais os interêsses dos Estados, são problemas que, como tantos, continuam em equação.

A identidade de interêsses conduziu lógicamente à necessidade de uma regulamentação técnica internacional, tendente a evitar que a liberdade de emissão de um Estado vá chocar com a dos outros.

O Bureau Internacional da União Telegráfica de Berne é que desempenha como que uma função de policia de trânsito das ondas radio-eléctricas.

Dentro do campo do Direito Privado, a radiodifusão criou então uma série infinita de problemas de solução urgente cuja acuidade se faz sentir mais, pela frequência e variedade do seu aparecimento.

É que os interêsses, que o seu rápido e extraordinário desenvolvimento tornou importantíssimos, chocam-se a cada momento.

E as soluções ou faltam, ou não satisfazem.

O maquinismo jurídico emperra a cada momento.

Falta-lhe a perfeição. Ou é uma adaptação avelhentada e imprópria, ou é uma inovação teórica, sem o molde dos factos.

Não há o ajuste indispensável.

As soluções ressentem-se, como não podia deixar de ser. Apesar-de mais firmes, são ainda vacilantes e a vacilação é sempre perigosa em Direito, onde tudo deve ser preciso, definido e claro.

Entre nós, os problemas da radiodifusão no campo do Direito Privado, quási se pode dizer que não apareceram ainda praticamente.

Mas a criação da Emissora Nacional, indo pôr em giro actividades, indo criar e desenvolver interêsses que hão de necessàriamente entrar tantas vezes

em conflito, vem dar importância prática e acuidade a uma série de problemas complexos e delicados, para a solução dos quais urge uma legislação adequada e suficiente.

É certo que alguns princípios foram já estabelecidos em diferentes Congressos, mas êles, por si, não bastam, a não ser como ponto de partida para mais desenvolvidos e pormenorizados trabalhos a fazer, orientados todos no sentido de harmonizar os diferentes interesses com o cabal preenchimento da utilidade — fim da radiodifusão.

A determinação da propriedade das ondas é a chave de todos os problemas graves da radiodifusão no campo do Direito Privado.

Após a emissão, a onda torna-se «res nullius» ou é objecto de propriedade?

Quais são, neste caso, os titulares dêsse direito?

Êstes pontos envolvem o problema intrincado da liberdade da emissão e da utilização da onda, aquele que mais controvérsias tem suscitado e o que tem sido objecto de maior e mais cuidado estudo.

Em que consiste essa liberdade e quais os seus limites?

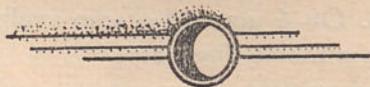
Os problemas enredam-se, dada a proximidade dos campos de acção das actividades afins da radiodifusão e a opposição dos interesses nela criados.

Há que estudar o campo de acção e o desenvolvimento dessas actividades, para as confinar dentro de direitos e deveres, definidos por uma legislação adequada e precisa.

Só assim será possível equilíbrio na lei e uniformidade na jurisprudência.

Lisboa, 17 de Abril de 1934

LEOPOLDO DO VALE



# Divagações Científicas

---

## Uma Concepção do Universo

---

### I - A estrutura do éter

«E' de endoidecer pensar que as estrêlas, sem conta, que brilham no espaço infinito, existem unicamente para iluminar mundos, teatros de dor e de gemidos» (Schopenhauer).

Diante da grandeza do Universo, que já se mede por milhões de anos de luz, a Humanidade, prêsa duma verdadeira vertigem, encontra-se espavorida. Uns fecham os olhos para não ver o abismo e abraçam-se, com fervor, a uma Religião, outros — não falemos dos cínicos — só encontram lenitivo na busca da verdade e procuram, pelo estudo, tanto quanto a sua pequenez lho permite, desvendar os arcanos da Natureza.

As vibrações luminosas são fenómenos estudados com os maiores cuidados pelos físicos modernos, que todos chegaram à conclusão de que elas obedecem com um rigor extremo a leis matemáticas absolutamente imutáveis. A maioria dos sábios que pontificam sôbre física matemática dizem-nos que a velocidade da luz é sempre a mesma qualquer que seja o sentido e a direcção em que essa velocidade fôr medida. Sendo assim, teríamos que concluir que existe homogeneidade perfeita do meio em que tem lugar o fenómeno da propagação das vibrações luminosas ou, pelo menos, que aceitar uma heterogeneidade que não é revelada pelas experiências mais precisas ou, ainda, que supor que essa heterogeneidade é de qualquer forma compensada (Bessière).

Se nos é permitido generalizar e comparar, podemos admitir que a transmissão das vibrações através dum meio rígido, como por exemplo o aço, tem lugar de forma análoga à da propagação das ondulações luminosas no vazio. Foi assim que estudando a propagação das ondas sísmicas foram concluídas algumas propriedades do interior do nosso Globo e se soube que além de 60 km.<sup>os</sup>, a matéria aí existente tem certas propriedades dos flúidos, apresentando, contudo, uma dureza

superior à do aço. Esta anomalia aparente é absolutamente natural se pensarmos que a matéria no interior dos astros se encontra num estado físico especial, devido às pressões espantosas a que está submetida, tudo levando a crer que a extrapolação é, não só lógica, mas que corresponde à verdade dos factos.

Assim, no caso da propagação das ondas luminosas, pelas mesmas ondulações chegamos à conclusão de que o meio, no qual tem lugar o fenómeno luminoso, possui uma dureza superior à do aço muitos milhões de vezes.

Mas como se transmite a luz neste meio ?

Uma onda luminosa representa uma certa porção de éter comprimido e outra porção de éter distendido, aliás não existiria ondulação.

Mas, éter comprimido e éter distendido ? !

Se o fenómeno assim se passa, teremos a existência de soluções de continuidade que permitem a compressão nos máximos e a dilatação nos mínimos do movimento ondulatório.

Mas, neste caso, como a luz se propaga em todos os sentidos, como se o meio fôsse homogéneo ou quási, as soluções de continuidade existem distribuídas também duma forma homogénea. Isto é, a estrutura do éter é finamente granular. As partículas que constituem o éter pela mesma razão de homogeneidade conservam-se a distâncias médias, sempre as mesmas, umas das outras, quando são sujeitas a vibrações de qualquer natureza ou fora de um campo de força eléctrica, magnético ou de gravitação.

O éter deve ter assim uma estrutura semelhante à estrutura cristalina. Como se poderão manter a distâncias determinadas as partículas de éter ?

a) — Por uma força de atracção ou

b) — Por uma força repulsiva.

No primeiro caso, uma partícula, sendo atraída igualmente em todos os sentidos, mantém-se em equilíbrio no mesmo ponto ?

Se o Universo fôr limitado, haverá uma concentração maior na sua parte central e a estrutura cristalina terá uma curvatura.

No segundo caso, sendo o Universo limitado, as partículas tenderiam a afastar-se umas das outras. Em caso contrário manter-se-iam imóveis. Um ou outro caso são admissíveis, pois que se poderia supor, para o caso do nosso Universo, que o sistema solar a que pertencemos se encontra numa região tão profunda que a velocidade de afastamento das partículas que compõem o éter é praticamente nula.

Está provado que a luz é um fenómeno ondulatório do éter — vejam-se as interferências — mas, está também provado que a luz é um fenómeno em que há deslocação de partículas — fotões — acompanhando as ondulações.

Poderíamos supor, com Lavegin, que os fotões são emitidos pelo corpo incandescente em rajadas correspondendo exactamente aos máximos e mínimos do movimento ondulatório do raio luminoso.

Os fotões seriam assim lançados pelo corpo incandescente com a energia suficiente para provocar a ondulação luminosa através do éter e essa ondulação, ao encontrar um obstáculo, forneceria a energia suficiente para arrancar à estrutura cristalina do éter um certo número de partículas que representariam outros tantos fotões. Este fenómeno seria comparável à translação dos electrões nos condutores metálicos.

O electrão, pôsto em liberdade na extremidade dêsse condutor metálico, não é o mesmo que entrou, um instante antes, na outra extremidade; aquele fazia parte do próprio metal. Os que existem no condutor são como que empurrados pelos que chegam.

Compreende-se desta forma que a energia necessária para arrancar uma partícula à estrutura cristalina do éter, chamemos-lhe assim, dando lugar ao aparecimento do fotão, seja sempre a mesma.

Podemos ainda supor que em diversos pontos do espaço, a estrutura cristalina do éter se encontra completamente destruída, dando origem à matéria e que uma das tendências da matéria é a de se concentrar ou, por outra, de regresso ao estado cristalino do éter.

A gravidade, segundo esta hipótese, não seria um fenómeno de atracção, mas a pressão exercida pelo éter sobre a matéria, fazendo-se a transmissão desta pressão com uma velocidade muito superior à da luz. Já os Atomistas diziam que o espaço (éter) é como que oposto à matéria. Sabe-se hoje que os diversos elementos, desde os mais leves aos mais pesados, se formaram por condensação a partir do núcleo do hidrogénio e de um número maior ou menor de electrões (Rutherford). A condensação constante da matéria é dada como explicação da longa vida dos astros, vida que nós sabemos ser muito grande.

Os fenómenos geológicos e o da transmutação do urânio em chumbo impõem para a insignificante Terra uma vida de pelo menos 1.000.000.000 de anos. Por outro lado as espantosas densidades de algumas estrêlas, densidades que só se explicam por uma concentração da matéria levada a cabo por eras sem fim, impõem igualmente uma tendência para o aniquilamento da matéria, que se resolveria em vibrações de qualquer espécie através do éter e em partículas de éter que por fim voltariam ao repouso.

A matéria seria assim o resultado de soluções de continuidade de éter, onde se movem partículas de éter com velocidades incríveis.

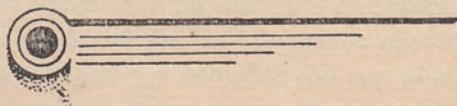
Estas partículas comportar-se-iam como as moléculas num vaso fechado: exerceriam uma pressão enorme sobre as paredes, isto é sobre o próprio éter. Existe, pois, uma verdadeira luta entre o éter e a matéria que é origem de todos os fenómenos da Natureza.

Aceite esta hipótese, compreende-se que a energia seja descontínua, pois que a energia necessária para arrancar um fotão à estrutura cristalina do éter deve ser sempre a mesma. Compreende-se igualmente que a energia necessária para arrancar um electrão à sua órbita seja um múltiplo dessa energia elementar.

A teoria dos Quanta teria desta forma uma explicação plausível e racional, Quem sabe se isto mesmo não explicará as pulsações de certos fenómenos. tais como o aparecimento e desaparecimento das estrêlas chamadas «novae». Émile Belot defende mesmo a teoria da criação dos planetas pela formação de aneis emitidos pelas pulsações de um protosol no meio de uma nebulosa.

PIRES DE CARVALHO

Engenheiro



# A obra da Sociedade das Nações

---

---

## O INSTITUTO DE COOPERAÇÃO INTELECTUAL



Por galharda cortesia do Govêrno Francês encontra-se instalado, nas salas do «Palais Royal», na aula Montpensier, em Paris, desde 1924, o Instituto de Cooperação Intellectual.

Como surgiu êste alto organismo internacional, qual tem sido a sua função official e aquilo que êle representa na hora que passa—eis o assunto que, despretenciosamente, vou tentar estudar, sem a preocupação de dizer as *últimas palavras*, mas no intuito legítimo de dar expansão a uma das atribuladas questões intellectuais que me tem preocupado nesta ânsia de compreender a razão de muitas *afirmações* e o motivo de tantas outras *negações*.

Mas, antes, um aviso prévio. Não sou dos que entendem e gritam pela inutilidade *absoluta* duma Sociedade das Nações.

Não estamos em época de bradar, herôicamente, *delenda est Carthago*, sem procurar, primeiramente, saber se sôbre as ruínas da cidade mediterrânea será possível erguer uma mais voluntariosa *urbs*, capaz de afrontar, com pertinácia e fé, as investidas armadas das invejas romanas.

Poderemos e deveremos considerar a hora contemporânea como uma hora de aniquilamento. Mas não se tome o têrmo na acepção demoníaca dum completo dismantelamento das construções actuais, substituídas por milhentas estátuas de Nabucodonozor, de esbelta e atraente aparência mas firmadas em frágeis pés de barro.

*Aniquilamento* aqui, quererá dizer : urgência de substituição de fórmulas velhas por métodos novos, alicerçados na consciência duma civilização multi-secular que, se pecou por graves defeitos, beneficiou, também, o Homem com algumas criações de genial espírito idealista.

Portanto, exautorar o organismo genebrino, simplesmente por exautorar, sem curar de saber as origens da sua patente decadência, parece-nos inútil tra-

balho. Pelo contrário impõe-se e reclama-se uma urgentíssima *crítica construtiva*, capaz de enunciar a série de medidas atinentes a salvar o pensamento honrado de Wilson e nunca uma *crítica destrutiva*, que faça sossobrar uma concepção vinda das profundezas da História, e que a inércia dos homens e os interesses especulativos da comunidade internacional têm infantilizado.

Parecerá isto um hino entoado à Sociedade das Nações actual?

Positivamente que não.

A Sociedade das Nações não tem cumprido, realmente, o papel que milhares de vítimas duma hecatombe sem igualha confiadamente entregavam aos seus cuidados.

O que urge fazer? Destruí-la ou reformá-la?

Abatê-la a golpes de machado ou erguê-la às alturas duma *realidade* consoladora para a memória dos que caíram nos campos da batalha e para benefício dos pobres filhos da guerra?

Eis um dos mais instantes problemas da vida contemporânea.

Ficaremos, antecipadamente, satisfeitos se êste artigo activar os apetites intelectuais das gerações actuais, chamando-as ao cumprimento dum imperativo de dever de consciência que só servirá mais uma vez para documentar o desejo eminentemente universalista que anima a gente estudiosa da nossa terra.

---

Propuzemo-nos tratar no início dêste trabalho do Instituto de Cooperação Intelectual, cuja última reunião, salvo êrro, se realizou em 17 de Outubro do ano findo, na tranquilizadora atmosfera do «Palais Royal», sob os olhares trocistas do Sr. de Keyserling, um dos mais discutíveis filósofos de aquém e além Reno.

A idea dêsse Instituto fervilhava na mente dos homens que conceberam e realizaram o Pacto.

Léon Bourgeois, a quem foi entregue a resolução prática do voto da 1.<sup>a</sup> Assembleia, exaltava a idea, colocando-a na vanguarda das soluções que o Pacto exigia para a sua completa efectividade.

*On ne comprendrait pas que la Société des Nations s'intéressât à l'amélioration des moyens d'accélérer les échanges d'idées d'une nation à nation. Sans un esprit de mutuelle intelligence internationale, une Société des Nations ne peut vivre*, escrevia o ilustre estadista francês no seu relatório, onde preconizava, também, a imediata nomeação duma comissão de doze membros, escolhidos entre os autênticos valores da política internacional, para levar a cabo o ingente trabalho.

Na 2.<sup>a</sup> Assembleia discutiu-se e aprovou-se o programa Bourgeois e a Comissão nomeada, onde figuravam nomes como os de Bergson, M.<sup>me</sup> Curie, Einstein, Painlevé e Rocco, encetou imediatamente o seu labor.

Promoveu-se um inquérito à situação presente do trabalho intelectual, a fim de por êle a comissão avaliar da verdadeira situação do trabalhador da pena e, além disso, para atender aos inúmeros *informes e apelos que convergiam, informando o assunto por forma angustiosa e possivelmente subversiva* no dizer vagamente gongórico do Sr. Dr. Ávila de Lima.

As respostas a êsse inquérito trouxeram notáveis esclarecimentos à comissão informando-a do viver calamitoso de centenas de intelectuais, morrendo à míngua de recursos materiais, que no sempre gongórico dizer do Sr. Dr. Ávila de Lima *o sórdido mercantilismo dos nossos dias tem, em alguns países, iniquamente agravado.*

Este *iniquamente* é, na realidade saboroso...

Mas adiante.

Ligada ao inquérito aos trabalhadores intelectuais andava a necessidade de prestar um imediato auxílio aos países desamparados na sua vida intelectual.

Assim procedeu a douta comissão socorrendo um ou outro país desamparado, salvando as colecções bibliográficas, destroçadas por um cismo em Tóquio, e votando regular verba para a solução parcial (e quem sabe se total...) do problema affitivo da instrução pública chinesa...

A coordenação bibliográfica chamou também a atenção do mencionado agrupamento directivo.

Nascia, assim, o Instituto de Cooperação Intelectual e principiava-se, como dizia Reynold, *à travailler au désarmement des esprits et au rapprochement des peuples en développant la coopération intellectuelle entre les nations du monde entier.*

E que isso não foi verdade veremos a seguir.

---

O *post-guerra* trouxe para as chamadas classes intelectuais uma situação terrivelmente angustiosa.

O desvairamento mercantilista, nascido no auge da conflagração e aumentado após o tratado, dispersou as atenções do mundo para as questões materiais de urgente solução, roubando aos problemas do espírito os seus mais apaixonados e fervorosos cultores.

As criações da Beleza, as concepções da Arte, a opulência literária de um pedaço de prosa cederam lugar preferente à preocupação constante de ganhar, arduamente, um pão para mitigar a mísera fome de milhentos corpos, combalidos pela catástrofe.

As classes intelectuais deveriam, como é fácil prever, sentir os efeitos desta crise moral, dêste amortecimento repentino das condições intellectivas de uma civilização inteira.

Ao problema do *chômage* manual seguir-se-ia, logicamente, o problema do *chômage* intelectual.

Foi na visão dantesca d'êste triste panorama que os homens do Pacto e da comissão de intellectuais a que me referi lançaram a idea, immediatamente aceite, da fundação de um Instituto de Cooperação Intellectual.

*Cooperação* quiere dizer *trabalhar em comum, operar simultâneamente, colaborar.*

Estava, portanto, o mundo à espera de que o novo organismo internacional lançasse as bases de um fraterno espírito de solidariedade, que fizesse chegar os seus efeitos às mais reconditas paragens da terra, onde labutasse gente apta a compreender que a vida humana, sem o treino do desporto intellectual, não passa de um fraco pormenor geológico.

Não cumpriu o Instituto de Cooperação Intellectual o dever que se lhe impunha.

Fora um interessante labor, no campo da coordenação bibliográfica, de sistematização bibliotecária, o Instituto passa despercebido no meio das muitas *inutilidades* que, por êste mundo, estadeiam aparências atraentes.

Até no capítulo de fazer conhecer à gente estudiosa o valor e o significado da Sociedade das Nações, o Instituto falhou.

Pouca gente conhece a Sociedade das Nações.

Rareiam as publicações acessíveis ao espírito popular e, particularmente em Portugal, quem quiser conhecer a Sociedade das Nações vê-se obrigado a solicitar mudança para o século XVII para compreender a linguagem preciosa de certos autores, que encontrariam em Molière um genial cantor das suas glórias.

A protecção às classes trabalhadoras é um mito.

O Instituto ainda não iniciou, pelo menos, isto: a publicação, ao alcance de tôdas as bôlsas, das obras dos maiores intérpretes do pensamento humano.

Quem quiser possuir uma mediana cultura geral tem que empenhar os últimos e derradeiros bens.

Com essa publicação e paralela compensação aos autores contemporâneos, ficaria resolvida, em parte, a crise financeira de alguns.

Tenho presente um dos últimos números do «Résumé Mensuel des Travaux de la Société des Nations» que contém um balanço geral da actividade dispendida durante o ano de 1933.

De páginas 375 a 377 regista esta publicação o trabalho do Instituto no ano que passou.

E' simplesmente desolador o espectáculo que nos oferece a leitura dessas páginas.

Vejamos algumas das mais salientes particularidades dêsse heroico labutar da meia dúzia de Sísifos que querem levar a bom têrmo o pedregulho disforme da miséria intellectual.

Comecemos pelo capítulo das reuniões.

O Instituto reuniu em Madrid e em Londres, para tratar, segundo o enunciado das respectivas ordens de trabalho, na primeira cidade do «futuro da

cultura» e na segunda dos «Estudos Internacionais sôbre a relação do Estado na vida económica»...

Acompanhámos na devida altura o desenrolar dessas reuniões e, com franqueza, ainda hoje esperamos e, por certo, eternamente esperaremos pelas suas conseqüências favoráveis na vida dos povos.

O futuro da cultura entenebrece-se cada vez mais. O avançar gigantesco da miríade de desempregados intelectuais, a nula protecção ou estímulo à investigação científica, a desorganização do ensino público em todos os seus graus, a ausência completa das rudimentares normas de civismo entre os cidadãos e *intèr populos*, constituem alarmantes respostas a êsse *avenir de la culture* que fez suar tanto os catedráticos na reunião de Madrid.

Quanto aos estudos internacionais sôbre a relação do Estado na vida económica não vale, à pena, gastar mais tinta.

Nunca se *particularizou* tanto o estudo das chamadas *questões internacionais*. Hoje já não existe uma questão internacional. O que se sobrepõe, o que avança para o primeiro plano é a onda avassaladora dos nacionalismos egoístas e fechados no comodismo dos seus problemas internos.

Convocou o Instituto, no ano a que me refiro, mais uma sessão plenária da sua comissão internacional.

Não se refere a publicação que tenho sôbre a mesa aos resultados dessa sessão.

Em matéria de votos foi o Instituto de uma fertilidade exuberantemente equatorial...

Formulou votos pelo desarmamento moral, pelo desenvolvimento da cinematografia e da radiodifusão etc. etc.

No capítulo de cooperação intelectual com a imprensa, limitou-se o Instituto a publicar um elegante volume sôbre «Le Rôle intellectuel de la presse», colaborado por alguns ilustres jornalistas.

Em matéria de interpretação da palavra *cooperação* o Instituto continua, como se vê, na retaguarda...

Se há classes intelectuais que mais necessitem de *cooperação*, a dos trabalhadores da imprensa é uma delas. E para isso o Instituto resolve oferecer-lhes um livro primorosamente encadernado...

Mas fiquemos, por aqui nos comentários.

---

O Instituto de Cooperação Intelectual ainda se não integrou, devidamente, nas suas altruístas e humanitárias funções.

Não deve o mundo permanecer extático ante essa multidão esfaimada dos trabalhadores intelectuais, grillhetados à galé infamante de um materialismo trágico.

Encete o Instituto uma obra de rasgada investigação sôbre o que vai por êsse mundo fora acêrca da pobreza intelectual.

Estimule e crie na consciência internacional a noção de que o espírito salvou o mundo, tantas e tantas vezes, da hecatombe maltusiana dos materialismos.

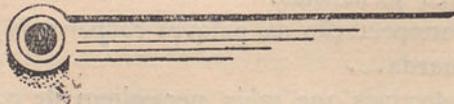
Grite, proteste, brade contra êsse avolumar apocalíptico dos armamentos, desviando as atenções do mundo para uma guerra inevitável.

Faça, enfim, erguer, sôbre o tumulto dos desenfreados interesses capitalistas, a estátua da Inteligência, a única susceptível de conter, pela sua magestática imponência, os novos Atilas que se preparam.

Não pense que a solução do problema contemporâneo esteja na criação de um *espírito europeu* ou na adopção do latim no intercâmbio científico, como preconizou o Snr. Dr. Júlio Dantas na reunião da Conferência cultural europeia, em Outubro de 1933.

O que a Humanidade inteira reclama é a criação de um espírito, não europeu, americano ou asiático, mas sim de um espírito universalista de cultura, o único que abraçará os homens das cinco partes do mundo num forte amplexo de paz e concórdia.

VASCO DA GAMA FERNANDES



## A Expressão "Império Colonial Português" e seu significado



Foi esta expressão pela primeira vez empregada na legislação portuguesa pelo comandante João Belo, quando ministro das Colónias.

Vem nas bases Orgânicas da Administração Colonial, aprovadas por decreto n.º 12.421 de 2 de Outubro de 1926, que transcrevemos: Base I—«O território do Império Colonial Português é o existente à data da publicação destas Bases. O Império Colonial Português é formado pelas Colónias portuguesas»...

Quando no gabinete do Ministro se discutia o projecto daquelas Bases, um alto funcionário do mesmo ministério que intervinha na discussão discordou do emprêgo em legislação de tal expressão, alegando que ela era própria para discursos e artigos de jornais.

Houve um momento de hesitação, a que João Belo pôz termo com aquele seu ar bonacheirão que encobria sempre uma vontade firme.

A expressão ficou e pegou. Mas o seu significado é que tem vindo sendo desvirtuado.

A adopção daquela designação para o conjunto das nossas Colónias obedeceu a razões de ordem internacional e nacional. Assim :

### INTERNACIONALMENTE

— Portugal mostra ter a consciência do valor mundial do conjunto das suas Colónias pela sua população, pela extensão do seu território e pela situação privilegiada que elas têm nos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico;

— Portugal afirma que as suas Colónias constituem para Ele um todo indivisível com uma origem comum — descobrimento e conquista — e um idêntico fim — a grandeza nacional pelo desenvolvimento progressivo dos seus territórios e civilização das suas populações.

## NACIONALMENTE

— Proclama-se aos portugueses que temos um vasto campo de acção no mundo para a nossa actividade e que somos uma grande potência porque tivemos capacidade para criar e temos sabido conservar um Império Colonial;

— Afirma-se às Colónias que elas formam um todo único, uma família que a mãe pátria trata com carinho, que não comporta preferências, porque é igual para todos, e que como membros de uma mesma família têm de proceder nas relações de umas para com as outras;

— Estabelece-se a relação de soberania por parte de Portugal sôbre o conjunto das Colónias, o que lhes incute a idea de membros de uma família, dando-lhes assim a garantia de protecção e auxílio até o sacrificio por parte de Portugal, como chefe dessa família.

---

Com o decorrer do tempo o significado da expressão «Império Colonial Português» tem-se desvirtuado.

Vai-se pretendendo com êle defender a idea de que Portugal Continental e as Colónias formam um todo homogéneo, isto é, de que cada uma das Colónias não é mais do que uma Província de Portugal e portanto com direitos e obrigações iguais aos de qualquer das Províncias continentais.

Não foi êste, como vimos, o significado com que na nossa legislação foi inicialmente empregada a designação de «Império Colonial Português».

Nem a tradição, que para êste fim se tem invocado, autoriza tal interpretação.

O Portugal continental conseguiu sim formar, já há muitos séculos, um todo homogéneo. Foi mesmo só depois disso que pôde realizar os descobrimentos e conquistas além mar.

Mas, desde que começou a colonizar os territórios descobertos, a diferenciação entre as Colónias e as Províncias da metrópole appareceu naturalmente, surgindo da parte das Colónias, aspirações, necessidades e modos de ser sociais muito diversos dos das Províncias da metrópole.

Isto vem de muito longe. Já no século XVII essa diferenciação era evidente.

A idea do direito de protecção e ao mesmo tempo de personalidade por parte das Colónias portuguesas resalta bem dos períodos que transcrevemos de duas cartas dirigidas da Baía pelo padre António Vieira a Diogo Marchão Temudo:

— Com data de 24 de Julho de 1663 — «Todos ficam esperando o pronto remédio, o qual, se não vier logo, logo, entenderão êstes vassallos que Portugal quere perder o Brasil, como já estivera perdido, se a fidelidade e respeito a S. A. e os prazos desta mesma esperança lhes não tiveram sustentado a paciência».

— Com data de 29 de Junho de 1691: «Se V. M.<sup>o</sup> pelo que escrevi na frota passada achou coisas para se lastimar do Brasil, ao presente são muito

maiores, nascidas tôdas não das plantas que nesta terra crescem, mas das raízes que nessa se lhe secam. No Rio de Janeiro se abaixou a moeda com tal deminuição, que em um dia, computado o que se possuía com o que se perdeu, quem tinha nove só se achou com cinco. Para se fazer a mesma baixa nesta Baía se espera pela partida da frota . . . Dizem os mais práticos da praça que perderá esta na dita baixa mais de quinhentos mil cruzados; e, como é certo que: «Ubi est thesaurus tuus, ibi est cor tuum», a mais considerável perda vem a ser que a mesma deminuição que se experimenta na bôlsa se reconhece também no que não tem preço».

---

Fixemos em harmonia com o que fica exposto uma orientação a seguir nas relações de Portugal com o seu Império colonial.

As Províncias continentais, depois de formarem um todo homogéneo — Portugal — criaram as Colónias às quais devem até ao próprio sacrifício a protecção e auxílio que um pai deve a seus filhos.

ALBANO MONCADA



# Tópicos de Colonização



Não rareiam as publicações sôbre tema tão importante, abarcando as mais dispareas opiniões, sem dentre estas se concluir por uma modalidade que, servindo de norma, logre vingar nos seus propósitos civilizadores.

A colonização nos vastos territórios do Ultramar Português tem vindo sendo realizada pelo esforço de escassas unidades não aglutinadas, sem plano de acção e pode afirmar-se que a espaldas do Estado.

Uma semelhante obra, grandiosa pelos elementos em jôgo, ressen-te-se da debilidade de expansão, incompatível com as circunstâncias actuais, que demandam seja levada a cabo em extensão e urdimento, convertendo-se na armadura rija a opor a impetuosas ambições estranhas ou a simples intentos de rapacidade.

Portugal realizou tarde a ocupação efectiva das terras descobertas.

A ânsia de penetrar em todos os continentes não se seguiu, com igual veemência, o desejo de firmar tão desmesurado esforço, cabendo-lhe por isso assistir a desaires de soberania, como se tivesse recebido a incumbência de abrir caminhos ao Mundo por título gracioso de outras nações.

Mais de quatro séculos decorridos, Portugal sente-se oprimido por exigências, concertadas fora das suas fronteiras, e decide-se a efectivar a ocupação definitiva dos seus territórios, curando simultâneamente com mais largueza dos problemas vitais dessas parcelas.

Ainda escapara do esbulho um bom lote.

As duas maiores províncias do continente africano — Angola e Moçambique — despertaram para o progresso com o alvorecer dêste século, tal a lentidão e pouca profundidade da obra até então realizada.

Do atrazo havido resulta a necessidade de acelerarmos o desenvolvimento económico e o aperfeiçoamento das raças do Ultramar Português, mais por brio nacional que por obediência às convenções do *post-guerra*, devendo esta complexa questão da colonização ser enfrentada com ardor e ganhar em precedência a qualquer outra.

O magno problema da colonização tem de incluir, entre os seus capítulos primaciais, um referente à questão demográfica.

Defender e procurar revigorar as massas nativas, contribuindo para o aumento da sua natalidade, é um alto objectivo que, conseguido, satisfará a primeira grande realização do fomento económico no Ultramar Português.

As características que apresentam as nossas possessões são diversas das constatadas na África do Sul, ou das que se verificam noutros domínios estrangeiros, para que não se siga um critério distinto, relativamente à assistência a dispensar ao indígena, cortando passo ao seu definhamento e extinção das raças e contrariando o seu exôdo e excessiva mobilidade interna.

E' certo que o preto deixou há muito de ser artigo de exploração, mas como simples factor de riqueza não encontra sucedâneo.

A par desta assistência, tendente a elevar o seu índice populacional, outros cuidados de ordem cívica e moral há que intensificar, estando êstes mais nos nossos hábitos, como o demonstram os trabalhos dos corpos administrativos e os das missões religiosas, as últimas em louvável actividade desde data remota.

O sistema de colonização mais defensável é o da colonização oficial por povoamento, atraindo àqueles territórios os nacionais em representação sempre crescente, sem excluir a coadjuvação das emprêsas colonizadoras que venham a constituir-se para o fim indicado e reúnam os recursos indispensáveis e sejam susceptíveis de crédito.

Mas, antes de ser dado início ao cometimento, dever-se-á criar o ambiente próprio da vida, estimular uma actividade ordenada sob o aspecto fundamente económico e preparar as zonas habitáveis com o aumento das condições elementares de salubridade, o que servirá a garantir os requisitos de melhor êxito.

Aos estrangeiros, regulamentada a emigração, permitir-se-á fixarem-se no Ultramar Português, proporcionando-se-lhes as facilidades com que possam exercer eficientemente as suas funções.

Disfrutando da nossa hospitalidade, mas por certo sob a sujeição de deveres de reciprocidade, não fugiremos a recebê-los, provando que desejamos contribuir para atenuar a agudeza do momento económico que flagela outras nações, já utilizando os seus excedentes populacionais, já aceitando os seus produtos e patenteando por forma insofismável como antepomos a tudo a nossa vontade de civilizar.

Como a todo o esforço corresponde um dispêndio, o preço desta obra de colonização será bem elevado por se não dever contar com as receitas próprias das nossas possessões ultramarinas ainda na fase de adolescência.

Pondo de parte os encargos de soberania, ampliados numa classificação mais racional, tem de pertencer exclusivamente a Portugal Continental a soma indispensável à expansão da colonização e o subsídio material às iniciativas adstritas e capazes de prosperarem.

A assistência financeira é das primeiras obrigações das metrópoles, quando adquirem a consciência dos seus deveres para com os prolongamentos pátrios.

Mas uma assistência que não tenha a singularizá-la a descontinuidade em seus financiamentos, antes mantida através de sacrifícios, como durante anos se fêz, e dispensada até que aqueles territórios alcancem o seu pleno desenvolvimento.

Só então se terá cumprido com o desígnio histórico do génio português e concomitantemente dado prova bastante de posse pelo triunfo económico do nosso Ultramar, tornado acessível ao interêsse geral.

#### PIMENTA DE CASTRO



# VIDA INTERNACIONAL



Dia a dia, hora a hora, minuto a minuto, a vida internacional apresenta aspectos diferentes, mutações constantes, num confusionismo que atordoia os poucos — e vão rareando cada vez mais, que ainda se interessam pelo desenrolar dos problemas que agitam o universo.

Nunca, como neste caso, se poderá aplicar, com extraordinária verdade, a máxima de Sócrates: eu sei que não sei nada...

Na vida internacional quanto mais se sabe menos se entende...

A vida internacional é, na realidade, um flagrante e pungente paradoxo!

A questão mais difícil, que hoje se mostra insolúvel, inatacável, pode, muito bem, amanhã encontrar as mais proveitosas soluções, oferecer o seu flanco aos mais descontraídos ataques.

E paralelamente, um assunto de fácil solução, insento de dificuldades, acessível, permanecerá parado, extático, quando não relegado para um segundo plano desprezível, ferindo a sensibilidade e os sentimentos justiceiros da Humanidade.

Por tudo isto, abordar, resumidamente, como convém a uma publicação desta natureza, a série interminável dos problemas internacionais que se desenvolveram durante o mês, é trabalho espinhoso e ingrato, pela enorme dificuldade em colher elementos sérios, capazes de traduzir, com fidelidade, a verdadeira situação da comunidade, as suas aspirações, os seus ódios, o entrecocar, emfim, dos seus milhentos interesses especulativos e a ânsia humanitária dos seus desejos eminentemente sociais e políticos.

Não poderia a «Vida Contemporânea» fugir a êsse útil e urgente labor.

Nesta secção encontrará o leitor atento e estudioso o que vai por êsse mundo fora nos capítulos da política, da sociologia e da economia.

Não é nosso propósito fazer nesta parte da revista uma obra de crítica à vida internacional. Êsse trabalho ficará a cargo de outros nossos colaboradores que, em artigos detalhados analisarão, com inteligência, as particularidades salientes do problema.

Aqui limitamo-nos a arquivar, sem comentários ou com breves notas, a vida internacional, procurando auscultar, com sincera imparcialidade, o pulsar fremente da série de corações desordenados que governam a Terra apresentando-a neste trágico momento da Hora Contemporânea como um cörpero disforme embora aqui e ali tocado pelas reacções admiráveis de certas moléculas, ansiosas de perfeição e de justiça.

É êsse o nosso dever. Oxalá o saibamos cumprir.

# ESPAÑHA

---

## Mais um aniversário da República



Seria um contrassenso da nossa parte iniciar êste ligeiro apanhado da vida espanhola no decorrer do último mês sem, primeiramente, registarmos, com alegria, o notável acontecimento internacional, que representa, para nós, a passagem, em 14 de Abril, de mais um aniversário do advento da Democracia no país vizinho.

Embora esta publicação seja norteada por um espírito eminentemente cultural, os homens, que a realizaram, nunca, em qualquer circunstância, podem esquecer a sua qualidade de republicanos, de intransigentes defensores da República que, para êles, constitui a única fórmula social apta para realizar aquele mínimo de condições de há muito, ansiosamente, esperado pela humanidade.

Quem poderia esquecer as horas admiráveis da queda de Afonso XIII e do derruir dum trono secularmente enraizado na terra espanhola?

E quem nos poderá levar a mal que, jubilosamente, comemoremos êste notável facto, evocando os momentos de febre vividos por todos quantos, hora a hora, esperavam a notícia do triunfo republicano?

Acompanhávamos, entusiastas, o desenrolar dos acontecimentos, sentindo-os tão perto de nós, como se nossos, na realidade, fôssem.

Caíra Rivera, sucedera-lhe Berenguer, e, por último, um bem intencionado homem do mar, o almirante Aznar, mais propenso a governar esquadras nas intempéries do Mediterrâneo, acudia ao chamamento do Rei para salvar a Monarquia.

Mas já não existia o regime monárquico.

Desde a hora célebre em que a mocidade estudiosa arrastara pelas ruas de Madrid a estátua de Afonso XIII, arrancada do anfiteatro universitário, êle deixara, para sempre, de dirigir os destinos da Espanha.

Se êle existia ainda, não passava dum ligeiro *incidente histórico*, incompreensível!

As eleições municipais de 12, 13 e 14 de Abril, os factos anteriores comprovativos da exaltação democrática e a série de acontecimentos que se seguiram, ainda bem presentes na mente de todos, inauguravam, com entusiasmo, em Espanha, um novo sistema político, acatado por uma multidão sôfrega, percorrendo, louca de alegria, as *calles* das cidades e as estradas poeirentas dos mais distantes *pueblos*.

*Que más crisis desean ustedes que la de un país que se acuesta monárquico, y amañece republicano?* declarava Aznar.

Não falava verdade, no entanto, o fiel servidor de el-rei.

A Espanha não amanhecera republicana.

O episódio de Castelar e de Salmeron, repassado de trágico lirismo condescendente, já mostrava ao mundo que, no sub-consciente da Nação, vivia latente, um estranho amor à liberdade.

Com Rivera, êsse amor adormecido, narcotizado, viera, de novo, à superfície. Não com os aspectos indulgentes do 1.<sup>a</sup> República, mas sim revestido pela vontade firme, inabalável, dum povo inteiro, decidido a conquistar, com sacrificio os seus inalienáveis direitos de cidadania.

Junto a êsse desejo popular lutava, também, com afã, a fôrça intelectual duma geração voluntariosa, construtiva, que encontraria em Gasset, Unamuno, Marañon, os seus sublimes intérpretes.

Como poderia manter-se a monarquia?

Ventosa sintetizara a situação da Espanha nestas palavras verdadeiras: *La fuerza material no puede emplearse cuando no se tiene fuerza moral para ello*.

A fôrça moral estava ao lado dos republicanos e dos socialistas. Mesmo a fôrça material já confraternizava, nas ruas, com o povo, desfraldando ao vento a nova bandeira de Espanha, levantando bem alto os retratos de Galan e Hernandez, criminosamente abatidos pelas balas da monarquia.

A República surgira, portanto.

Não terá ela correspondido às aspirações da Espanha democrata e progressiva?

Deixamos essa resposta à consciência do povo espanhol, formulando votos para que *realizem*, com a brevidade desejada, todos os ansêios humanitários duma multidão admirável, que, nesta encruzilhada do século, soube dar um significativo exemplo cívico a todo o mundo civilizado.

Por agora, saúdemos, como republicanos e como irmãos, ligados — quem sabe? — por um idêntico destino histórico, os republicanos e os irmãos espanhóis, cumprimentando, na pessoa de D. Niceto Alcalá Zamora, a Espanha republicana de ontem e a Espanha republicana de hoje.

## A actual situação política

Esforcemo-nos por fornecer aos leitores um quadro, mais ou menos exacto, do estado actual da política espanhola. A constituição do segundo gabinete

Lerroux — atentemos, em primeiro lugar, que Lerroux fôra, na propaganda, um dos mais intensos demolidores das concepções direitistas na política do seu país — trouxe à Espanha uma inquietação, cujos resultados aproximados são ainda difíceis de prever.

O gabinete de 16 de Dezembro encontrou logo de frente uma Câmara heterogênea, sem unidade de vistas incapaz, porisso, de proporcionar ao governante uma garantia certa de triunfo ou mesmo a possibilidade duma expectativa de simpatia.

Não se desenhava, ainda, a formação dum bloco das direitas, nem estavam encetadas, com entusiasmo, quaisquer negociações para a união das esquerdas — socialistas e republicanos discordantes da orientação radical — numa frente única.

Uma crise ligeira, originada pela saída de Martinez Barrios e Lara, os chefes da corrente radical apologista dum completo retraimento para com as direitas, veio, inicialmente, complicar o problema.

Mas, por outro lado, a demissão de Barrios trouxe ao panorama novas perspectivas.

Até aqui Lerroux, embora já divorciado dos socialistas e com patentes inclinações para as direitas, mostrava certos desejos de consolidar a República num trabalho ingente em que colaborassem, de preferência, os elementos activos da propaganda e os fieis soldados das horas intranquias da Monarquia.

O abandono de Barrios, a sua posição simpática no cenáculo parlamentar, o nascimento do Partido das Esquerdas, chefiado por Azaña e Marcelino Domingo, a attitude revolucionária duma facção socialista inspirada por Largo Caballero, e o critério intransigente, menos revolucionário, duma outra, dirigida por Besteiro e Prieto, dividiram a política espanhola em dois blocos distintos: o bloco das direitas, abrangendo os radicais lerrouxistas, monárquicos tradicionalistas e autonomistas, agrários e populares católicos, e o bloco das esquerdas, composto dos correligionários de Azaña, Domingo, Esquerda Catalã e, duma maneira geral, pelos socialistas no que se refere a colocar a República ao abrigo das investidas daqueles que, publicamente, a atacam desde a primeira hora do seu triunfo em terras de Espanha.

É, portanto, entre êstes dois blocos que as lutas do futuro se deverão travar.

Dum lado as organizações que, até pela sua formação ideológica são contrárias ao pensamento republicano; do outro as massas revolucionárias, dispersa, em agrupamentos operários, umas, aglutinadas, outras, mas, verdadeiramente, as massas que construíram a Democracia, arrostando os perigos da perseguição monárquica e sofrendo pela Idea algumas horas de atroz adversidade.

Embora o futuro da Espanha nos guarde o desenvolvimento mais importante dêsse embate formidável de fôrças contrárias, já o presente nos vai mostrando o *preparar* vertiginoso da pugna.

Poderíamos escolher muitos exemplos para atestar o que atrás deixamos dito. Basta-nos, por agora, aludir à questão da amnistia proposta pelo gabinete Lerroux.

O então presidente do conselho, obedecendo ao plano de integrar as forças das direitas na nova fase de trabalhos atinentes a fazer da República aquilo a que chama *el patrimonio de todos los españoles*, foi o inspirador da conhecida amnistia.

A discussão acalorada que o facto suscitou no Parlamento prova bem a gravidade de uma medida dessa natureza.

Num dos últimos debates Indalécio Prieto atacou, vivamente, o projecto, classificando-o de inoportuno para a República, ainda recentemente ferida pela sublevação de Sanjurjo, com a agravante de êle abranger os sublevados de 10 de Agosto e negar a liberdade aos promotores das rebeliões de 3 de Dezembro, êstes últimos socialistas, comunistas e anarco-sindicalistas.

A opposição manifestada por Prieto, em nome do Partido Socialista, foi aplaudida e secundada por todos os elementos das esquerdas, incluindo, até, alguns deputados radicais.

A intervenção do então Ministro da Justiça no debate agravou, demasiadamente, o problema. Na paixão da réplica, ou levado pela sinceridade da sua maneira de encarar a questão da ordem, chegou mesmo a condenar o procedimento dos homens da revolução de 15 de Dezembro de 1930, menosprezando, assim, o gesto heroico e abnegado de Galan e Hernandez.

A série de conflitos que o facto originou vieram, com minúcia, relatados nos diários portugueses e na imprensa estrangeira. A nós só nos compete tirar do caso uma ilação — a mesma que tirámos no início dêste relato: a Espanha encontra-se definitivamente dividida.

Será, sem dúvida, dêsse entrechocar veemente de forças que nascerá o futuro, que há-de guiar a jovem Democracia a portos ainda envoltos por densa nebelina e encrespados pelo temporal bravio das paixões.

Seria injustiça não registar nestas colunas o gesto sério, honrado — e porque não dizer *inesperado* — de Alcalá Zamora desautorizando o Govêrno e o Parlamento na questão da amnistia.

E' um dêsses extraordinários rasgos de sincera devoção por uma causa, que, por si só, chegam para definir o verdadeiro carácter duma personalidade política.

Não discutiremos aqui as culpas de Zamora no actual estado da política espanhola.

O que vincaremos — e fazemo-lo com sincera simpatia — é que Alcalá Zamora, embora resolvendo os problemas políticos por processos conservadores, é um autêntico republicano por inteligência, desde a hora em que a sua cultura lhe indicou o novo caminho a seguir e por instinto desde o momento em que, abandonando as honrarias do paço, as trocou pelas lutas vibrantes da rua.

Concluindo: O actual Gabinete Samper não passará, a nosso ver, de mais um meteóro.

Reagirão as esquerdas? Seguirão as direitas em marcha humilde atrás de Gil Robles até às paragens distantes do Escorial?

Aguardemos ansiosos o desenrolar dos acontecimentos.

## A questão do desarmamento

Parece assente a não realização, pelo menos tão rápida, de uma nova conferência do desarmamento. As negociações a princípio encetadas levavam a acreditar na possibilidade de um franco entendimento entre as principais potências no que respeita a uma unificação do *quantum* de armamento a permitir para defeza própria e necessidades interiores.

A troca de notas diplomáticas entre a França e a Alemanha e entre esta e a Inglaterra devem ter transtornado, de novo, todos os propósitos de concórdia.

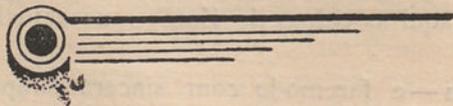
Nem se realizará a conferência, nem a Alemanha parará no seu trágico afã de aglutinar armas de guerra para vingar o privilegiado sangue da raça ariana.

Pobres Briands, Wilsons, Kants e Phillimores que andaram uma vida inteira a prègar a união dos homens sob a bandeira protectora de uma paz impossível!

---

**N. da R.** — A tremenda falta de espaço com que lutamos neste primeiro número da «Vida Contemporânea», inibe-nos de abordar, como pretendíamos, outros aspectos da vida internacional.

Cumpriremos o prometido nos números seguintes.



## PYRENNE



Pyrenne, donzela grega de alta estirpe e deslumbrante beleza, cativou com a magia dos seus encantos a Hércules, o herói dos prodígios.

O contraste da sua fraqueza humaníssima e belíssima com a incontente exuberância fálica do neto de Alceu imprimia a êsses nascentes amores um cunho de fatalidade dolorosa, como na trágica aventura do Adamastor com Thetys :

... qual será o amor bastante  
de ninfa que sustente o dum gigante ?

Desta vez, a vingança do rei dos deuses encrueceu-se, preferidamente e por dilatados caminhos, sôbre a débil donzelinha seduzida pelo gigante. Fugindo à cólera do pai, assim tornado em mandatário de Jupiter, Pyrenne veio guarecer-se nas montanhas do extremo ocidente, que separam a Gália da Hispânia. Reinava, então, nas terras do cabo do mundo, a dinastia de Túbal.

Também Túbal se acolhera a êstes confins tranqüilos e hospitaleiros, quando Deus castigara com a dispersão a afrontosa audácia dos que haviam levantado a Torre de Babel, para escalar a cidadela celeste.

Rodando os séculos, áureo cetro da Hispânia coube ao pai de Pyrenne e, morto êle, caiu com perfeita legitimidade naquelas fracas mãos, que haviam vencido a Alcides, o herói.

Mas Gerião, o monstro tricéfalo da Líbia, vagabundeando por estas apartadas terras, cubiçou-lhe o cetro delas e acabou pelo usurpar; e terror tal infundiu à indefesa Pyrenne que ela teve de se ocultar numa lapa lóbrega da montanha. Ainda ante miséria tanta se não deteve o ódio perseguidor de Gerião. Para suprimir êsse derradeiro rebento duma descendência preclara, que poderia abrigar veleidades de recuperar o trono, lança fogo às selvas; e tôda a cordilheira se abraza e os tesouros das suas entranhas são torrentes de fogo pelas faldas que desabam.

Já as labaredas em fúria cercavam a gruta onde se acolhera Pyrenne, apenas velada pelo manto louro dos seus cabelos, quando os seus doloridos ais chegam aos ouvidos de Hércules — vitorioso dos colossos da Provença. Apiedado, corre, aparta a floresta das chamas e, achando Pyrenne já moribunda, lacerado pelo fogo

aquele corpito frágil que rendera e dessedentara de amor a sua fúria, arrebatou e vai depô-lo sob a plácida frescura dum salgueiro, só tendo tempo de recolher, com as suas últimas palavras de gratidão e perdão, a história triste dos seus abandonos e erros, depois que o seu idílio se quebrara, e a sagrada missão de vingar Túbal, o grande, que primeiro dera leis e justiça às terras de Hispânia, e de resgatar das mãos maléficas de Gerião, o tricéfalo, a corôa das terras atlânticas.

Expira Pyrenne e Hércules levanta-lhe sôbre a montanha um imponente mausoléu de cabeços sôbre cabeços. E deuses e homens, compadecidos, chamaram êsses montes Pyreneus...

Corre Hércules, fielmente, a batalhar com Gerião. O monstro das três cabeças habita a ilha Erithia, para além do Oceano, no extremo da terra; em suas campinas apascenta nédios gados, que um mastim feroz, Ostro, e um pastor zeloso, Euritião, vigiam noite e dia. Hércules chega, enxerga-os e abate o molosso com a sua massa, derruba o pastor e leva consigo os rebanhos. Acode Gerião, que acomete com fúria a Hércules, mas êste vence-o de longe à frechada e tranqüilamente vai impelindo os rebanhos do monstro, na cauda do sol, por sôbre o oceano, para as bandas da Grécia luminosa, para o róseo Olimpo onde Apolo dorme cada noite...

Esta lenda de Pyrenne, uma das tradições primordiais do mundo hispânico, guarda um conteúdo simbólico de grande significação e riqueza. Poderia dizer-se que ela é, no limiar da civilização ibérica, um pórtico avisador, um compromisso. Tem amor e tem fôrça, tem contraste violento, íntimo e externo, tem justiça, essa forma de justiça primitiva que da fôrça extrai a sua gênese e tem luta, luta de titans, grande pelo cenário, grande pelos batalhadores, grande pela causa empenhada — tôda uma cruzada, para sem desfalecimentos nem contemplação dissipar as caligens que resistem à boa nova do amor e da vida heroica.

O formidável mausoléu de Pyrenne, erguido sôbre os píncaros da cordilheira por Hércules, trémulo de devoção, parece advertir o viandante, pela paisagem hispânica, do movimento alterno de uma sinfonia em louvor da fôrça que serve causas grandes e em louvor do amor, que vence a fôrça, mas a revitaliza de novo com mais poderosos alentos.

E não será tôda a criação literária da península uma suprema expressão verbal do heroísmo e do amor? Uma caminhada erudita, através das duas literaturas multi-seculares, descobre sempre os dois filões: a celebração do espírito heroico à ventura pela ampla meseta central e a celebração do espírito lírico em devaneio pela costa atlântica e por terras e mares distantes... Como na lenda de Pyrenne: Hércules, vencido e estimulado logo pelo amor, venceu a Gerião de além Atlântico e impôs às suas terras tenebrosas a vitória da luz...

# A GUERRA



As gazetas encanzinam-se no relato das atrocidades alemãs. Mau sinal. O próprio govêrno francês dirigiu um memorando às potências signatárias das convenções de Haia apontando os atropelos cometidos pelo inimigo e protestando.

Se não fôra pelo efeito provocado na galeria, valia mais prègar aos peixinhos.

Pois que outra coisa é a guerra senão o desembestar furioso daquelas forças a que o homem tem consagrado o melhor do seu tempo, do seu génio, da sua paixão, desde o troglodita, fabricante de pontas de sílex, a Krupp, construtor dos canhões de aço, forças admiráveis quanto ao poder de ruína e de extermínio? Piedade, respeito, justiça, cortesia são automaticamente suspensos de parte a parte. Se o homem já era torto com o semelhante, refinou para tigre, dado que tal bicho ocupe o lugar de honra na escala da ferocidade. Como proclama Clausewitz, a guerra apenas reconhece um meio: a violência. Tudo o que puder empreender de mais féro, de mais inhumano, de mais devastador, é recomendável e legítimo. O seu ideal de perfeição está na hecatombe generalizada.

Numa palavra, quanto mais e melhor mata e destroi, mais e melhor está integrada na ética. Limitá-la, condicioná-la, é emprêsa de poetas, quando não de impostores, comparável à de amarrar com cordeis a tempestade na atmosfera. Que é assim, está a dizê-lo a lição que vem desde o princípio do mundo: de grandes e extraordinários feitos é capaz o homem, menos de deter-se no caminho da prepotência, uma vez destituído do primeiro dos freios morais — o respeito pela vida do próximo — e machadado em seu instinto capital, o da conservação. Que outros travões podem subsistir à queda daqueles, impedindo-o de resvalar à fera activa que foi e que, parecendo adormecida, apenas espreita o ensejo de pular? Supor que os homens em guerra sejam capazes de poupar mulheres, velhos e crianças, não acometer cidades abertas, não alvejar hospitais de sangue, testemunha angélica credulidade. Não, raros devem ser aqueles que tomem em conta tal género de humanitarismo, decretado na quietude de palácios reais por gente que, de ordinário, apenas viu as batalhas por um óculo.

Tentar humanizar a guerra, absurdo. Para o não ser, seria necessário que a licença de matar não envolvesse tôdas as mais licenças; que os beligerantes não apparecessem a invocar a letra de tais convenções em postura apenas de inferioridade. Além de absurdo, contraproducente; não são semelhantes tentativas que dão lugar a uma falsa noção de guerra, a guerra embolada, que muito tem contribuído para ludibriar os povos em sua boa fé? A guerra é barbarie pura, por outros termos, bruteza original, choque de monstros antediluvianos. Sim, há a matemática... mas que tem a índole dos homens com a matemática?

Consistia a guerra, segundo o conceito professado até 4 do corrente, numa justa de forças, cruel, como não?, se implicava a perda de um dos mantenedores ou grupo de mantenedores, mas mitigada em sua fereza pela brandura dos costumes, maneiras correctas, elegância moral e outras aquisições ainda da civilização. Que semelhante conceito se deva aos franceses, povo espadachim por excelência que, além de ter brigado com o mundo todo, inventou o serviço militar obrigatório e a paz armada, pouco importa saber. O certo é haver alastrado em tôdas as línguas uma literatura notável pelo desvêlo que punha em dar realce ao acto de valentia e coragem, ao aspecto heroico e romântico da guerra, e em deixar na sombra, se não omitir, o seu fácies diabólico de destruição e ódio, e tudo o mais que contende com o factor humano, visto no aniquilamento de bens e de pessoas e nas mil e uma facetas da crise suprema. Tintas verdadeiras na pintura da guerra usaram-nas russos e espanhois. Mas o seu esforço desapareceu sob essa aluvião de novelas de capa e espada, de folhetins históricos, da própria história, preocupada também esta em urdir coroas de loiro e nimbos gloriosos à nação, a monarcas, marechais e matamoiros, quando devia atender particularmente aos sacrificios da grei e aos vários efeitos da guerra e das suas irmãs gêmeas, peste e fome. A face horrenda daquela ninguém a via: andava *maquillé*. O *camouflage* não chegou nos últimos tempos ao ponto de gazetas e publicações militares se empenharem em encarecer a quantidade fabulosa de tiros e o pêso brutal de chumbo que era preciso dispender para pôr um homem fora de combate? Foi devido a êsse preparo da opinião pública, feito por uns em estado de embriaguês patriótica, por outros em nome de inconfessáveis interesses, que as potências europeias puderam mobilizar e arremeter umas contra as outras sem o mais simples reactivo do povo.

E o que tinha de ser deu-se. A guerra tinha a mascarilha de lograr os tolos e surgiu com o ríctus hediondo, tal qual vem desde a idade das cavernas. Decepção. A parte a tendência ao exagêro, bem compreensível, que possa haver na relação das barbaridades alemãs, feita pelos franceses, deve ser exacto. O amigo Fritz, pessoa pacatória, tôda composta, lida e viajada, uma vez em campanha, embebedou-se à vista do sangue e com a fumaça da pólvora, e, perdendo a cabeça, toca a matar e a incendiar a torto e a direito. De borrego tornou-se lobo; dente não lhe faltava. Que o francês, em seu lugar, não procederia com mais santidade, também não oferece dúvida. Sejam os beligerantes latinos, germânicos, eslavos ou anjos; seus comandantes Napoleão, Moltke, Ivan o Terrível ou

S. Miguel Arcanjo, *é a guerra aquele monstro que se sustenta das fazendas, do sangue das vidas; e, quanto mais come e consome, tanto menos se farta.*

Diz-nos a experiência do mundo que não será este o derradeiro conflito. Embora venham a cair algumas fronteiras, não caem tôdas, e a guerra é consequência das fronteiras; estas, por seu turno, são consequência da organização social em classes, que a fôrça, ao sôlido dos possidentes, mantém e recalca em seus quadros e defende ainda da intromissão estrangeira, zelosas, por egoísmo bem definido, da independência do seu polipeiro. Abstraído da humanidade de hoje, pobre e ingentíssimo rebanho, tão dócilmente conduzido ao matadouro, apenas merecedor de compaixão pelo seu budismo ante a morte, o que convém às gerações futuras é que os homens se chacinem o mais abundante e freneticamente possível; que o sangue chegue a abrir regueiras na terra; que os cadáveres empestem o ar que se respira; que os rios através das cidades e as fontes nas aldeias fiquem salgados a poder de lágrimas. É preciso que a sua própria sombra inspire o terror mais sagrado. É preciso que os velhos saibam que não são objecto de tratamento especial para que metam a mão no seio duas vezes antes de abrir os panos da toga em gesto de paz ou guerra. É preciso que nem eles, nem as esposas, nem os próprios filhos dos filhos sejam mais poupados que os adultos; as restrições de hoje são hipocrisia intolerável. O absurdo dos que declarem a guerra saírem incólumes da guerra, manterem-se à parte das vicissitudes físicas da guerra, não sofrerem senão em suas vaidades ou em sua responsabilidade moral por esta ou aquela saída do conflito, terá de acabar no dia em que as vítimas a oferecer a Moloch deixem cair as escamas dos olhos. Não é monstruoso que se reconheça ao Kaiser, ao Czar, a Poincaré, a Edward Grey idoneidade para decretar a guerra, carecendo dela para a fazer pessoalmente?! Anteriormente ao advento das democracias, o rei combatia à testa das hostes. Até nisto a bicha das sete cabeças é insensata. Mas, pois que os exércitos não se dissolvem, as fronteiras não ruem, e tôda a concórdia no presente estado social é quimera, que os homens se matem à foice larga, com sanha e dignidade, proclamando sôbre o vencido a paz púnica. Será a maneira de deixar louvável memória aos vindouros e a possibilidade de poder expor nas praças do pelourinho, estuante de ensinamentos, com figura apocalíptica, liberta dos enfai-xes doirados dos pacifistas, nua e escanzelada, a escorrer sangue, vesga, torpe e pestilenta — a guerra.

Trecho do livro no prélo : **É a guerra**

AQUILINO RIBEIRO

S. O. S.

---

BELAS ARTES



Jámais me preocupei na minha vida de artista, nem sequer com a perspectiva de ter um dia de vir a público criticar os trabalhos dos outros; de modo que, se ora arrego para mim êsse direito é por um acto verdadeiramente consciente e repensado da minha parte, tomando inteiramente a dura responsabilidade dêste lugar onde me coloco. É meu desejo começar por distinguir perfeitamente o papel actual da crítica plástica portuguesa, das necessidades urgentíssimas de uma verdadeira e sã cultura estética colectiva, para que, bem postas uma e outra, caiam bem em ridículo as susceptibilidades pessoais de críticos e dos próprios artistas, em face de que são êles os verdadeiros causadores e mantenedores da espantosa e vergonhosa decadência da arte portuguesa e essencialmente da arte oficial portuguesa.

Oficialmente a arte em Portugal está em três sítios: nos Museus, na Escola de Belas Artes e nas exposições da Sociedade Nacional das Belas Artes. Aqui, nesta última, sobretudo no certâmen anual chamado Exposição Nacional de Belas Artes se exhibe o que produzem os artistas portugueses e onde se reúnem, para vergonha nossa, pinturas de vários senhores, unidos pela mesma desgraça que a nós, como portugueses, também nos atinge. Se não fosse «Nacional», nada tínhamos que ver com essa miserável miséria. Miséria, digo-o com tôdas as letras aos próprios expositores e para que o público me oiça. Essas dúzias de pintores jovens e velhos aí reunidos, e os quais serão sem dúvida pessoas individualmente merecedoras do nosso melhor respeito, não têm o direito de se apresentarem na nossa época daquela maneira tão inconsciente do momento actual do mundo, a não ser que sejam, o que não cremos, conscientemente charlatães.

Interrompo-me para perguntar ao povo português: Há por ventura algum sentimentalismo que permita, a título de humanidade, termos contemplações para com uns pintores e escultores que não estão de maneira nenhuma à altura da

dignidade estética portuguesa e que ainda por cima seja o próprio Estado quem conceda o privativo da palavra «Nacional» para os seus certâmens?

Quem devia responder legitimamente a esta pergunta em nome do povo português era o próprio Estado.

Um Estado não pode descurar das coisas de Arte e muito menos a ponto de que o próprio povo se tenha desinteressado de tal maneira dêste assunto como o povo português. E é neste momento, em que o Estado português tem dado mostras evidentes de querer interessar-se pelas artes e pretende arrumar bem êste assunto, que deve começar por reparar na grande responsabilidade em que cai ao consentir que um certâmen de pintores e escultores possa usar o título de «nacional». Senão (e agora é ao próprio Estado a quem me dirijo) o Estado que facilite uma viagem de propaganda portuguesa pela Europa da presente exposição nacional de Belas Artes e veja depois o que a crítica dos vários países pode unânimemente dizer acêrca do trabalho dêsses nossos representantes. Claro que a indignação europeia será exclusivamente estética comparadamente com a nossa que é estética e portuguesa.

Acêrca de Arte, falei no povo e no Estado, e permitam-me que eu divague um instante a êste respeito: cada país tem a seu cargo uma longa e persistente tarefa de muitas e muitas gerações, a qual consiste em fazer a ligação, uma ligação nacional, entre a arte erudita e os costumes populares. Ora, os costumes populares são uma tradição estável das gentes, mas uma tradição rude e simplória, a ponto de poder errar por deturpação e de perigar por regressionimo, de modo que apenas o estudo do conhecimento erudito dessa tradição pode manter e transformar as gerações para que acompanhem em dia as horas do mundo. Cada país tem o trabalho nacional de fazer coincidir a arte erudita com a *sua* arte popular. Isto é, o povo em si não falha nunca, está sempre nos seus próprios costumes, mas, abandonado a êstes, entra em degenerescência ou desfaz-se em emigração. É necessário sempre que os artistas de um povo renovem sem cessar as suas musas privativas e os seus sentimentos originaes. Mas onde estão os representantes idôneos da raça portuguesa, êsses que dirijam a maneira de ser e de sentir da nossa gente! São por acaso os expositores da Sociedade Nacional das Belas Artes?! Quem tem por acaso a cumplicidade de nos impor *oficialmente, nacionalmente*, êstes senhores como mentores sensitivos e estéticos do povo português?

Como dizíamos, o povo não falha nunca. Mas pode desaparecer um povo. E, quando desaparece, foi porque lhe faltaram os seus cantores, os seus poetas, os seus pintores, os seus escultores e todos aqueles que saibam dar perfil exacto e inconfundível ao seu *expressar*, ao seu *íntimo* e ao seu quotidiano.

Não é nunca ao povo que se pode pedir contas de não ter os seus mentores sensitivos e estéticos. Êstes nascem no próprio seio do povo e apenas o interêsse comum e colectivo os há de reconhecer e até favorecê-los no seu mandato. Compreendemos aqui perfeitamente o grande embaraço do Estado em face do terrível e desastroso momento da arte portuguesa. Por um lado, o ensino artis-

tico em Portugal não só não está à altura de poder impor futuro aos artistas e à colectividade, como nem sequer tem uma rudimentar consciência da actualidade, capaz, portanto, de levar erudição e estética às camadas profissionais e populares. Por outro lado os nomes já feitos em arte enquistaram em fórmulas hereditárias e incuráveis, melhor dito póstumas, completamente deturpadas da verdadeira valia do clássico, este mesmo que elles pretendem ver à sua maneira mas cuja opinião felizmente não ultrapassa a roda da família e dos amigos.

Ainda mais se comprehende o embaraço do Estado na resolução do problema de Arte Nacional, ao vermos que a rara vitalidade que acusa a produção artística portuguesa é de iniciativa particular, casos individuais isolados, e por vezes até em conflito com as esferas officiais, como ainda se encontram funcionando.

A propósito, convém fazer notar a diferença entre aqueles que occupados com a sua própria profissão aguardam que o Estado delibere acerca das coisas de Arte, e aqueles que, não sabemos bem com que direitos adquiridos em matéria de Arte, apresentam alvitres como se o caso de Arte fôsse um caso de beneficência.

A solução não pode deixar de ser de ordem violenta, violenta contra os acomodados a situações que não interessam senão aos próprios, violenta a favor dos que mal conseguem produzir, asfixiados pela hostil atmosfera da burocracia official artística.

Nós acreditamos no Estado e acreditamos que Elle não pode de maneira nenhuma deixar de ser competente em todos os seus assuntos um dos quais se chama Arte.

E que não duvide nem um segundo o Estado que a situação da Arte em Portugal é neste momento exactamente esta: S. O. S.

Lisboa, 21 de Abril de 1934.

JOSÉ DE ALMADA NEGREIROS.



# MANUELA

Original de Virgínia Victorino

No Teatro Nacional



Manuela é uma actriz que consegue triunfar em Terras de Santa Cruz e que, vítima das traições do amante, troca a vida do teatro por um casamento sem amor com um homem de fortuna. Tem duas filhinhas desse casamento e... tem saudades do palco e do seu primeiro amor.

Confessa o desejo de regressar ao teatro ao marido *feliz* e êste expulsa-a de casa, indo Manuela para os braços do sedutor com quem vai continuar a sua primitiva vida.

Enganada de novo pelo amante e vendo-se objecto de negócio nas suas mãos, a braços com a miséria, resolve desligar-se da vida tormentosa que levava e dirigir-se a Portugal, onde se encontram as filhas em casa de duas santas velhinhas, mãe e tia do marido, que a não conhecem. Um providencial anúncio, pedindo uma professora, facilita a sua entrada nessa casa sob um falso nome.

Com o decorrer do tempo, cresce a dedicação das creanças por Manuela. Um dia o longínquo marido regressa por sua vez a Portugal e vem encontrar a adúltera — amada, venerada e apontada como o modelo máximo de virtudes femininas, pelas duas velhas senhoras e pelas filhas.

Adivinha-se a reconciliação e... acabou a peça.

Na vida, como no teatro, é preciso ser sincero, verdadeiro. A sinceridade deve ser a virtude máxima.

Se o teatro é a vida transportada para o tablado dum palco, não pode interessar uma figura do *acaso*. E Manuela é uma figura do *acaso*... Se não, vejamos: — no primeiro acto umas revistas e um charuto, deixados por *acaso* em casa de Manuela, levam o marido a expulsá-la; e ela, como aparelho que não reage, olvidando as filhas, lança-se nos braços de Fernando, o amante empresário, de quem se tinha separado uma vez já por despeito.

No segundo acto, sabendo que Fernando requesta uma actriz italiana que trabalha na mesma companhia, aproveita o aparecimento *casual* dum fazendeiro rico, com quem o amante pretende negociar o seu corpo, e resolve abandoná-lo e ao teatro, mais uma vez movida pelo despeito e... pelo *acaso*.

No terceiro acto, vemo-la entrar na casa onde se encontram as filhas, devido ao *acaso* dum anúncio de jornal.

— Se, depois de ter saído de casa do marido, Manuela, em vez de se lançar nos braços do amante, visse surgir a seus olhos a imagem das filhinhas perdidas e levasse uma vida de sofrimento, de luto e de miséria até as conquistar, seria humano, compreensível, haveria uma alma a estudar e conflitos a resolver. Mas tal não sucede; e assim pode afirmar-se que, se Fernando lhe fôsse fiel e não a negociasse como coisa de pouca monta, o amor e o dever de mãe eram em Manuela um sentimento morto.

É, pois, legítima esta pergunta: — o que visou a autora ao pretender impor ao público essa figura nada humana, nada verdadeira, em que não há beleza?

Beleza não é o ideal — o que se sonha e não se atinge. Isso seria admitir a existência do que não existe...

Beleza é a verdade. O grande e único papel do autor é apontá-la e revelá-la. E uma figura do *acaso* não tem beleza porque não tem verdade. É uma coisa, um instrumento e não um ser humano. E, no teatro como na vida, ... só a vida pode interessar.

---

O primeiro acto é mais que um simples acto de preparação. Tem teatro, é bem dialogado e poder-se-ia considerar um acto completo debaixo do ponto de vista técnico, se não fôsse a entrada forçada de Fernando.

No segundo acto falha a expectativa que nos deixa o primeiro. Após êste, entramos numa historieta sem interêsse, duma vulgaridade inútil, onde a arte desaparece por vezes para dar lugar aos «rodriguinhos» e ao aparecimento de rúbulas, possivelmente curiosas, mas que estão deslocadas. No Parque Mayer ficariam bem.

De resto, êste segundo acto é um episódio que não justifica um acto de teatro. Contava-se em meia dúzia de palavras e evitava-se o Juca, a Etelvina, e a lacrimosa menina, tão batida, do 3.º andar. Quem não viu a Maria da Luz de «A Severa» do Sr. Dr. Júlio Dantas, vá ver a Izabel da «Manuela» da Senhora D. Virgínia Vitorino. São irmãs gémeas.

— O que pretendeu a autora com êste segundo acto?

Electrizar o público, exibindo realismo forte?!...

Mostrar tôda a canalhice de que é capaz o bicho homem?

Afirmar que a mulher é a eterna vítima? Sendo assim, porque não suporta Manuela duas bofetadas de Fernando? Ficaria êste acto cheio de realismo e o homem ainda pior visto.

O diálogo e as cenas são conduzidas de tal maneira, no intuito de criar repulsa e ódio pela figura de Fernando, que o público exige e reclama essas bofetadas, e... não se compreende que a Sr.<sup>a</sup> D. Virgínia Vitorino não lhe fizesse neste ponto a vontade. Conseguiria por esta forma o seu duplo objectivo— ir de encontro ao gostinho lamecha do público e apresentar o homem como o ser abjecto onde se alberga tudo o que é mau.

O terceiro acto é tènicamente perfeito. O diálogo em todo o decorrer da peça é bem trabalhado.

Virgínia Vitorino pode e deve fazer melhor. Se é certo que deve ter em consideração os gostos do público, é certo também que lhe não pode fazer tôdas as vontades. Liberte-se dêle, impondo-se em peças de verdadeiro teatro, sem «rodriguiños», sem «cordelinhos», sem *trucs* e triunfará em absoluto, como lhe dá jus o seu talento.

Porque é, de facto, preciso ter talento para que o público se não aperceba de que é vítima, sem o sentir, de malabarices cénicas.

E isto — é doloroso confessá-lo — passa-se no *Teatro Nacional*, na casa de Garret, que é o teatro escola, considerado o único de utilidade pública no país, onde não é sério nem pode suportar-se entendimentos e transigências com a bilheteira.

---

Disse sinceramente da peça o que senti. Farei também sinceramente a crítica ao desempenho. Assim será sempre esta página.

— Amélia Rey Colaço, na Manuela, dentro de todos os contrastes do seu papel, foi a actriz sabedora e talentosa que muito admiramos. Pena é que Manuela fôsse uma «carapuça», pois, sem querer, a grande actriz tem atitudes já nossas conhecidas e inflexões que já lhe ouvimos. É o eterno defeito das «carapuças». A actriz, involuntariamente, repete atitudes e inflexões de outros personagens criados.

Maria Clementina tem uma uma interpretação superiormente feliz, em que se não perde o mais pequeno detalhe. É actriz.

Palmira Bastos, na *avó* condescendente, dá-nos mais uma afirmação da sua arte invulgar e inegalável.

Emília de Oliveira compos uma *tia* avelhada e com preocupações próprias da segunda meninice com inteligência, observação e sobriedade.

Raúl de Carvalho mostra-se-nos no Fernando o actor moderno, equilibrado, num à vontade natural, que só se consegue com talento e com estudo.

João Villaret impressionou-me pèssimamente no fazendeiro rico. A personagem não é a que nos apresenta. Não vincou o contraste entre o princípio e o final do seu papel, e por vezes não sabemos se é um português ou um alemão a falar brasileiro. Vimos um mau amador e não o jovem actor com qualidades a que estamos habituado.

Robles Monteiro, no marido, é o Robles Monteiro que há muito conhecemos. Mais gordo, se é possível... Não há um esgar, uma contracção no seu rosto, verdadeira «máscara de cera» onde se notam uns grandes olhos espantados e umas sobrançelhas imensamente negras em contraste agressivo com uma cabeleira esbranquiçada. Como sempre vítima da sua voz, essa voz que o público anseia não ouvir mais. Deve afastar-se da cena. Tem um duplo papel a desempenhar no Nacional; o de empresário-encenador, porque Robles sabe ver teatro e sabe ensaiar.

Os outros intérpretes bem, sendo justo salientar a naturalidade de Maria Lalande na realização da sua infantil personagem.

Cenários bons.

Encenação impecável de Robles Monteiro.

CASTANHEIRA LOBO

---

**N. R.** — Nesta secção occupar-nos-emos de crítica e reportagem dos teatros e cinemas. Por motivo de doença do nosso colaborador desta secção, limitar-nos-emos apenas neste mero a publicar a crítica da peça «Manuela», original da Sr.<sup>a</sup> D. Virginia Vitorino.

## POLÍTICA SOCIAL



Ao iniciar a minha colaboração na *Vida Contemporânea*, desejaria ocupar-me imediatamente de variados assuntos que, interessando os Serviços Sociais, dissessem respeito à Assistência Pública nas suas inúmeras modalidades, aproveitando assim a oportunidade para desenvolver os diferentes temas que apresentei com várias rúbricas no meu último livro sobre a matéria, e, continuando depois, metódicamente, a desenvolver, quanto as minhas forças pudessem, outros capítulos referentes aos serviços de Higiene Pública, Previdência e Trabalho.

Em verdade afigura-se-me que, presentemente, todas as questões, que, dizem respeito a Seguros Sociais, têm uma indiscutível oportunidade, que em nada fazendo desmerecer ou diminuir a importância de assuntos a tratar noutros sectores, devem contudo ser versados com a prioridade que lhes concede o actual momento.

Continuo a defender o critério, que sempre defendi, de que, quer seja em matéria de Previdência Social ou Trabalho, quer em assuntos de Assistência ou Higiene Pública, não se pode nem se deve continuar teimando em procurar resolver questões que interessam a qualquer dos ramos de Serviços Sociais, isoladamente, ou por conta-gotas, evitando-se despesas inúteis e desperdiçar esforços que, mal aproveitados, só podem desacreditar as melhores intenções. Apraz-me neste momento registar que, as mais autorizadas opiniões de técnicos dos grandes centros de cultura internacional, estão harmónicas com os pontos de vista, que de há muito tenho manifestado, em épocas mais ou menos afastadas, em que tais assuntos não eram ainda debatidos com tanto ardor, nem por tão denodados obreiros do aperfeiçoamento das condições de existência e amparo aos que mourejam pela vida.

Seja-me permitido, resumidamente, transcrever algumas das conclusões a que chegaram, na Conferência mixta de peritos de higiene e de seguros «Doença-Invalidez», nomeados pela Organização de Higiene da Sociedade das Nações e

realizada em Maio do ano passado, para dar parecer sôbre, entre outras coisas, a coordenação das actividades médicas dos serviços de Higiene Publica e de Seguros:

«O Seguro-Doença obrigatório deve ser encarado nas condições económicas e sociais presentes, como o meio mais apropriado e racional de organizar a protecção das massas operárias contra a doença. Contudo, o seguro pode ser dispensado de fornecer alguns dos seus socorros, quando os segurados os possam obter dum serviço publico acessível».

.....  
E' indispensável assegurar uma coordenação e uma colaboração de todos os serviços públicos e privados, concorrendo para a manutenção da saúde pública. Esta coordenação e esta colaboração deveriam ser realizadas conforme os seguintes princípios:

a) — assegurar uma unidade de vistas e de métodos entre os diversos serviços centrais encarregados da protecção da saúde pública;

b) — instituir no quadro regional ou local dos comités de coordenação, centros ou instituições de higiene, agrupando e coordenando os esforços de todos os serviços públicos e de tôdas as obras privadas interessando sôbre qualquer aspecto a protecção de saúde pública, para uma repartição de missões e utilização racional de recursos;

c) — organizar um corpo de enfermeiras polyvalentes, encarregadas, no serviço local, da execução de medidas de prevenção e de medicina social, por conta de todos os organismos cuja acção é coordenada pelo Comité, pelo Centro ou Serviço de Higiene;

e) — assegurar uma colaboração e uma coordenação tão estreita, quanto possível, entre os diferentes serviços médicos.

È consolador que, após alguns anos de defesa do meu critério, de que as medidas a adoptar em Serviços Sociais têm maior eficácia, se forem resolvidos simultâneamente os vários serviços de carácter social em prol das classes mais enfraquecidas, dos trabalhadores menos favorecidos economicamente, individualidades em destaque nos meios internacionais venham, recentemente, pôr em equação e pela mesma forma tais problemas, no seio do arcópagu da Sociedade das Nações.

Ao considerarmos o grande incremento que tem tomado, dia a dia, a legislação sobre Seguros Sociais Obrigatórios, e aceitando a maioria dos Estados a necessidade de garantir os vários riscos, como doença, maternidade, invalidez, velhice, morte e até encargo de família e desemprego, compreende-se quanto tal assunto deve preocupar, em tôda a parte, dirigentes e dirigidos, para se poder chegar a soluções tão perfectas, quanto possível.

Entre nós, em que tal legislação enferma ainda de certa atrofia, e atendendo-se a que certa resistência passiva se deve esperar, seja de organismos de carácter particular, seja mesmo dos sectores profissionais, isto é, das entidades que não queiram talvez ver, com a imparcialidade, nem com a attitude própria da

época em que vivemos, as mudanças de costumes e as condições económico-sociais presentes, as alterações profundas determinadas na mecânica de certos serviços de utilidade pública, torna-se melindroso, até certo ponto, qualquer desenvolvimento a dar aos estudos de carácter social, principalmente de seguros, de que começo a ocupar-me neste artigo.

Na minha modesta opinião sôbre tal problema, e sempre dentro dum critério de orientação e fiscalização por parte do Estado, quer êle chame a si a exclusiva função seguradora—no nosso país bem reduzida devido à insuficiência de mercado ressegurador—quer continue, ainda por algum tempo, a ser dada tal atribuição a instituições particulares, o que nunca se deverá descurar, repito bem alto, é o aperfeiçoamento dos serviços de higiene pública, por forma a que se vão gradualmente diminuindo certos riscos—principalmente de doença—adoptando se medidas no âmbito de tais serviços que possam transformar, quanto possível, a medicina curativa em medicina preventiva, êsse objectivo máximo, em que se deveriam empenhar muito principalmente—embora assim não pareça, nem convenha—os que têm uma altruista missão social a desempenhar, de manter o homem num óptimo estado de resistências físicas e morais.

Restringindo-se por hoje, neste artigo, a desenvolver especialmente o risco-doença, começarei por declarar que, ainda coerente com o critério que tenho defendido, sou acérrimo partidário da unificação de todos os seguros—bem explicada, no nosso meio, por factores vários de ordem rática, política, geográfica e até condições mutualistas criadas, excluindo, portanto, para nós, a orientação seguida por certos países, que criam organismos distintos para cada risco e êstes coordenados por um órgão directo ou ainda uma outra modalidade abraçada por outros Estados, ou seja o método de realização progressiva em que se instituem apenas formas especiais para cada tipo de seguro.

Antes de pròpriamente abordar a discussão de certos atritos verificados pela intervenção do Estado, em seguros de doença, atritos em que os interessados, seja da parte do corpo clínico ou outros funcionários, seja da parte dos segurados, têm tomado ofensivas várias e que bastante têm prejudicado, por vezes, a execução de medidas de tão largo alcance social, permito-me fazer algumas considerações sôbre o que tem sido, através dos tempos, o mutualismo português servindo-me, para isso, das autorizadas opiniões, das claras afirmações dos admiráveis precursores das instituições mutualistas, que desempenharam e desempenham ainda, dentro de certos limites, uma acção importante e meritória no sentido de valerem, principalmente em caso de doença, aos seus associados. Enfermam estas, por motivos vários e cada vez com maior intensidade, de insuficiências de que em grande parte não cabe qualquer responsabilidade a muitos dos seus interessados e activos dirigentes, mas sim, à cadência manifestada na vida moderna, cujo ritmo se tem acelerado, após a guerra, por forma vertiginosa. E, como não se verificarem, pois, tais insuficiências, em época de transformações económico-sociais tão importantes, se já em tempos bastante afastados, os próprios

precursores do mutualismo português se expressavam por esta forma evidente : «Os inquéritos feitos acêrca dâs associações mutualistas dizem que o seu desenvolvimento tem sido desordenado e que é urgente dar-lhes uma reforma na sua constituição». Ainda outra autoridade em questões mutualistas se exprimia também por esta forma : «As associações de socorros mútuos têm vegetado e nascido como as plantas do mato. Daqui provém o seu definhamento : culpa do povo pela sua inércia e do Estado pela ampla liberdade que lhes tem dado».

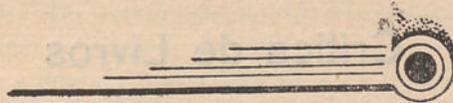
Se já noutros tempos assim diziam os fundadores do mutualismo português e se, a juntar a estas razões, se verificam nos nossos tempos fenómenos de ordem política, social e económica tão complexos e variáveis e se ainda analisarmos sumariamente—sem grandes cálculos ou consultas estatísticas—como cresce avassaladoramente o desequilíbrio das finanças domésticas, o déficite mensal, que impede naturalmente a massa dos trabalhadores de tôdas as classes debilmente amparadas financeiramente de contribuírem para as suas associações mutualistas, e observarmos ainda, por outro lado, como o cerceamento da alimentação determinado pela necessidade de debelar o desequilíbrio de finanças do lar, assim como a ocupação de casas sem as mais rudimentares condições de hygiene e confôrto, todos êstes factores, aumentando por forma esmagadora as doenças que espreitam a miséria fisiológica, pode-se fazer uma pequena idea de qual poderá ser o desfôgo, as condições brilhantes de vida da maioria das nossas associações mutualistas e portanto quais os serviços que podem dispensar, conforme a sua índole, e a razão que temos, portanto, ao defender medidas de carácter social que, postas simultaneamente em vigor e com certa latitude, poderão então ir dominando mal tão complexo, males que devem ser procurados na sua verdadeira origem, para serem enfraquecidos até ao domínio completo !

Repito: com salários insuficientes e cerceamento correspondente de subsistências e mesmo no caso de alimentação que se aproxime do bastante, mal regulada ou preparada, com géneros adulterados ou de inferior qualidade, com habitações sem as mais rudimentares condições de hygiene, considerados apenas, de momento, êstes importantes factores que agem sôbre as condições de resistência dum povo—por menos exigente que seja, como no nosso caso—reflitam os que me lêem quantos problemas se põem imediatamente em equação e que affectando serviços tão diferentes, embora interdependentes, nos autorizam, sòlidamente, a continuar afirmando que os Serviços Sociais, só podemos chegar a soluções concretas e eficazes, se os concentrarmos num organismo único, o qual deverá ser apetrechado com todos os elementos de ordem técnica, económica e grau de autonomia, concordante com a sua transcendental importância social. Tudo que não seja esta orientação, digo-o desassombradamente, é iludir a nossa consciência, e, entretanto, uns tantos milhares vão estiolando à mingua de recursos de tôda a ordem.

Sendo, portanto, a função das sociedades mutualistas garantir os seus associados contra riscos a que estão diariamente expostos e sendo o seu capital fim o seguro contra a doença, temos que reconhecer, sem facciosismo e pelas razões e

afirmações feitas através da vida do mutualismo, que em vez de se terem realizado certas previsões dos seus percusores, que julgavam que nos nossos tempos êle fôsse capaz de aniquilar o intervencionismo estatista, desenha-se, pelo contrário, uma directiva oposta, embora certos espíritos oblíquos ou vesgos o não queiram acreditar ou ver.

ANTÔNIO DE CARVALHO



---

## Dr. Carlos de Castro Lopes de Alpoim

No numero dos colaboradores desta Revista estava incluído Carlos de Alpoim quando a morte, brutalmente, o arrancou do nosso convívio, roubando ao país uma lúcida inteligência e à República um character integro e perfeito.

Ao saír êste primeiro número da *Vida Contemporânea*, recordamos, cheios de saúde, essa figura nobre de portuguez, que, nas horas mais difíceis da sua vida, soube sempre e através de tudo ser um autêntico Homem.

Relembramos também a sua inesquecível amizade, os seus dotes de coração, enfim — a sua admirável valentia física e moral, apontando o seu exemplo às gerações vindouras que no estudo da sua vida muito terão que aprender.

---

---

---

## Crítica de Livros

Num dos próximos números começaremos a publicar, na secção *Vida Literária e Artística*, uma «crítica de livros» onde serão apreciadas as obras cujos autores ou editores enviarem a esta Revista dois exemplares, independentemente das ofertas pessoais.



# VIDA DESPORTIVA

## E' TEMPO...



Portugal, êste encantado país à beira mar plantado, tem assistido apático ao grande incremento, que nos outros países tem sofrido a causa da Educação Física, posta ao serviço dos interêsses vitais dessas próprias nações.

Bem sabemos que, isolados do resto do mundo culto pelo oceano e por essa gigantesca barreira dos Pirineus, só tarde chegam até nós os ecos remotos do que pela Europa se faz de progressivo e novo em qualquer que seja o ramo de actividade humana.

Tão arredados andamos que não erramos, disso estamos certos, afirmando que estamos, pelo menos, atrasados cinqüenta anos do que, sob matéria de Educação, Física se pratica, nesses países, onde a preocupação do aperfeiçoamento da raça não cedeu lugar às demais preocupações governativas. A ela lançaram mão aqueles que sob a ameaça aterradora de uma natividade decrescente quizeram suste-se à beira do abismo para onde corriam céleres; a ela têm recorrido todos aqueles que pretendem salvar o seu povo da voragem a que o arrasta o depauperamento cada vez mais acentuado e que a hereditariedade vai transmitindo agravado de gerações para gerações.

Se é certo que o primeiro e primordial dever que se impõe a cada um de nós é o de legarmos à sociedade homens válidos para que possam continuar o esforço dos nossos maiores, certo é também que entre nós êste magno problema jámais foi estudado ou encarado com o cuidado e atenção que exige, antes, pelo contrário, parece que todos andamos empenhados em roubar às nossas crianças as qualidades físicas que possam fazer dêles os lutadores do futuro.

E' tempo de pensarmos a sério no futuro incerto dos nossos filhos, tanto mais que nebulosos se nos apresentam os dias do porvir, dando-lhes a preparação física necessária para poderem vencer as vicissitudes de uma vida agitada e tumultuosa, como a que se desenha por entre o amontoado gigantesco das nuvens negras da ciclópica tempestade que ameaça desabar sôbre a humanidade.

E' tempo de abandonarmos o nosso criminoso desinterêsse por milhares e milhares de crianças que vegetam estiolando-se por êsse país fora, sem condições de poderem vir a ser úteis à sociedade, sendo-o igualmente ao país em que foram nados.

Essas míseras crianças, os homens de amanhã, sobrecarregadas com tôdas as taras de uma sociedade enfraquecida, têm esteriotipadas no seu fácies mórbido os sinais alarmantes de uma saúde precária, do sangue contaminado que os gerou. São essas crianças espectros horrídeos dos crimes de uma sociedade impudente e má, que têm sôbre os seus ombros, amanhã, o encargo de transmitir à posteridade a Terra que lhes legaram os seus antepassados.

E' tempo de despertar e de pensar em como vamos em carreira louca galgando de tropel o sumidouro que nos conduz ao aniquilamento, empurrados por fúnebre quadriga cujos corceis possantes, sífilis, tuberculose, cancro e alcoolismo, disputam entre si a primazia.

Não é com esforços isolados que se podem enfrentar êstes horriveis flagellos; não é com actos desconexos, com boas vontades desirmanadas que tais perigos se impedem, mas sim com uma acção conjunta assente e garantida por leis de carácter social que poderemos opôr uma barreira à sua desenfreada marcha. A acção particular tem de ser escudada e protegida pela acção do Estado, melhorando as condições sociais e diminuindo as facilidades da sua propagação e desenvolvimento.

Urge que a sociedade nos defenda dos perigos que nos ameaçam e aos nossos filhos, não banindo, como outrora, as vítimas, mas, criando e desenvolvendo uma obra de assistência que se estenda de Norte a Sul, das cidades às aldeias, uma obra de profilaxia e combate, só viável com o melhoramento das condições de vida.

No plano dessa obra de assistência, lá estarão os gymnásios, os parques infantis, os campos de jogos como factores indiscutivelmente indispensáveis para a evolução da criança, para a sua formação física e psíquica. A par da escola o gymnásio, a par da luz do espírito a formação de actividades conscientes e controladas por uma vontade directiva.

O grande periódico desportivo «OS SPORTS» encetou, há tempos já, a organização de um vasto número de cursos de gymnástica dispersos pelos diferentes bairros da cidade.

E' digaa do maior louvor a sua patriótica iniciativa, não lhe regatemos os nossos aplausos, embora tenhamos que acrescentar que a sua obra só será completa e inteiramente útil quando a essas mesmas crianças possa ser garantida uma alimentação que equilibre as necessidades do seu organismo em crescimento, quando no lar encontrem a higiene e cuidados que as suas idades requerem.

O seu esforço é colossal mas isolado, porque teimamos em fingir ignorar que marchamos a passos agigantados para o definhamento, quando, mais do que nunca, necessitamos de homens fortes que possam bater-se amanhã em prol do muito que nos resta de quanto já foi português.

REBELO DE ALMEIDA

Professor



# S O N A P

Gazolina

Petróleo

F  
I  
L  
T  
R  
A  
D  
A



Gazoil

Fuel Oil

Sociedade Nacional de Petróleos

TELEFONES { 2 5521  
2 5531

Rua do Terreiro do Trigo, 52, 2.º

LISBOA

## MANDARIM CHINEZ

ALVAREZ, L. DA

Cristais, Porcelanas, Mármore e Bronzes

TELEFONE 2 2407

141, RUA AUGUSTA. 145 - LISBOA

### Ourivesaria, Joalheria e Relojoaria

DE W. A. SARMENTO

Variado sortido de objectos de Platina, Ouro,

Prata e Relógios

Rua do Ouro, 251 - LISBOA - Telef. 2 6774

Esquina da Rua de Santa Justa

### 3.000 CONTOS-SANTO ANTONIO E PAGA RADIO

A grande casa de lotarias de GUERREIRO

MATIAS & CAIADO, LDA. na R. AUGUSTA,

40-LISBOA, tem: Bilhetes a Esc. 800\$00,

Vigéssimos Esc. 40\$00. Cautelas a 21\$00

Pelo correio mais 1\$00

### Auto Electro Progresso, L. da

Oficina de reparações de dinamos, motores magnetos

bobinas. Instalações eléctricas e montagens, reparações

de baterias e cargas. Fornecimentos de materiais

Direcção Técnica do Sócio ANTÓNIO BERNARDO

TELEFONE N.º 2 6567

LISBOA 42, RUA DAS FLORES, 44

### ALFAIATARIA INGLESA de Manoel L. Braz

Telefone N. 7228

Grande sortimento em fazendas

nacionais e estrangeiras

Rua Santa Marta, 29, 31-Lisboa

CASA RECOMENDADA

### REBUÇADOS PEITORAIS DE S. PAULO

8 MEDALHAS DE OURO - Premiados em todas as exposições a que têm concorrido

SEM RIVAL - CONTRA A TOSSE

SEMPRE IMITADOS - NUNCA IGUALADOS

# FORD Ganha a taça de MONTE CARLO

Uma demonstração e... Um record sem precedente

## No Rallye de MONTE CARLO:

**26 FORDS** partem de diversos pontos da Europa

**23** chegam classificados a Monte Carlo

**18** Terminam a prova sem penalidade alguma.

TODOS OS MODELOS PARA ENTREGA NA AGÊNCIA OFICIAL

**F O R D**

FARO

CARROS — CAMIÕES — PEÇAS LEGÍTIMAS

## NOVO CAMIÃO FORD FORDSON

**2 1/2 Toneladas — Roda dupla — Chassis comprido — Pneus 32 x 6**

**Diferencial inteiramente fluctuante**

(A CARGA NÃO É SUPORTADA PELOS SEMI-EIXOS)

Escudos: 22.300\$00

Para entrega na Agência Oficial

**F O R D**

American Stand FARO

CARROS — CAMIÕES — PEÇAS LEGÍTIMAS

## NOVO MODELO FORD 8-HP.

**Última palavra em carros utilitários — Consumo insignificante**

**Um verdadeiro carro para família**

Para entrega na Agência Oficial

**F O R D**

American Stand FARO

CARROS — CAMIÕES — PEÇAS LEGÍTIMAS

# OS ARMAZENS **GRANDELA**

OS MAIS ANTIGOS  
OS MAIS VASTOS  
OS MAIS IMPORTANTES  
OS MAIS LUXUOSOS

DE TODO  
O PAIS

APRESENTAM SEMPRE

DISTRIBUIDOS  
PELAS SUAS **72 SECÇÕES**

TODOS OS ARTIGOS NECESSÁRIOS A' VIDA  
DESDE O MAIS MODESTO E MAIS BARATO  
ATÉ AO MAIS RICO E MAIS DISPENDIOSO

## **LA GARE**

O melhor situado dos cafés  
de Lisboa.

ABERTO TODA A NOITE  
PERTO DA ESTAÇÃO DO RÓCIO  
TODO O CONFÓRTO

Tomem chá

*Gorreana*

Tão silenciosa

como a noite

Com a

**REMINGTON - PORTATIL**  
SILENCIOSA.

Pode escrever as suas coisas,  
em todá a parte e a qualquer  
hora.

A linda REMINGTON PORTATIL SI-  
LENCIOSA, escreve superiormente e  
rapidamente e dura eternamente.

REMINGTON

109, Rua Nova do Almada  
LISBOA

# MANNHEIMER V. G.

ANTES DE FAZER OS SEUS  
SEGUROS PEÇA  
AS NOSSAS CONDIÇÕES

A economia obtida  
compensar-lhe-á o tempo  
que dispendeu  
com a sua consulta

Largo Barão de Quintela, 11-2.º

Telefones 2 3533 e 2 4464

■ ■ LISBOA ■ ■

## C. VINHAS, L.<sup>DA</sup>

Escritório e sede — Rua dos Correiros, 29, 2.º  
Telegramas: TELHEPA  
Telefone: 2 0600

Armazém — R. do Açúcar, 105  
Telefone: P. B. 32

Vinhos para exportação das melhores  
procedências

CARDIAL FINE—Finíssima aguardente  
velha, rivalizando com os melhores  
conhaques estrangeiros

## COELHO DUARTE

OCULISTA

Especializado em Optica Médica  
Depositário de vidros Puncktal Zeiss  
TEL. 2 7932

Rua Eugénio dos Santos, 50—Lisboa

## GRANDES DEPÓSITOS DE MATERIAL METALÚRGICO

Antigos Armazens de Ferro  
C. MAHONY & AMARAL

## CABRAL & SILVEIRA, L.<sup>DA</sup>

R. dos Remolares, 28 a 38 — T. dos Remolares, 17  
LISBOA — Telefone 2 2809



# EUROPÊA

## Companhia de Seguros

FUNDADA EM 1922

SEGUROS DE INCÊNDIO  
SEGUROS MARÍTIMOS  
SEGUROS DE CAUÇÕES  
SEGUROS DE AUTOMÓVEIS  
SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO  
SEGUROS DE ACIDENTES INDIVIDUAIS  
SEGUROS DE ROUBOS E DE TUMULTOS  
SEGUROS DE RESPONSABILIDADE CIVIL  
SEGUROS DE MERCADORIAS E BAGAGENS EM  
SERVIÇO COMBINADO COM OS CAMINHOS DE FERRO

SEDE EM LISBOA — Rua Nova do Almada, 64, 1.º — Tel. 2 0911

Representada no Porto pela firma:

JOSÉ DA SILVA REIS & C.<sup>ª</sup> SUCESSORES — Rua da Fábrica, 5 — Telefone 631

# RAMIRO LEÃO & C.<sup>A</sup>

Completo sortimento de artigos de várias qualidades e preços,  
nas nossas secções de:

**Secção de Estofador:** — Carpettes, Tapetes, Damascos, Rideaux, Filétes, Reps, Cretonnes, Candieiros, Mesas, etc.

**Secção de Fanqueiro:** — Roupas para mesa, Roupas para cama e Roupas para toilette.

**Secção de Camisaria:** — Camisas de popeline, Camisas brancas, Cuecas, Ceroulas, Gravatas, Lenços e Suspensórios.

**Secção d'artigos de malha:** — Camisolas e ceroulas de lã e algodão para homens, Camisolas de lã e algodão para senhora, Meias, Peugas, etc.

**Secção de Sedas e lãs:** — Lãs para vestidos e casacos. Sedas para vestidos e casacos. Crepes da China, Georgette, Satin, etc.

**Secção de Confecções para Crianças:** — Fatos e sobretudos para meninos. Vestidos e casacos para meninas.

**Secção de Roupas para Senhora:** — Camisas. Calças, Parures. Combinações e Pijamas, em todos os géneros.

**Secção de Retroseiro:** — Rendas finas. Rendas de filet. Bordados. Tules. e botões, fivelas e muitos outros artigos.

**Secção de Confecções para senhora:** — Vestidos. Casacos. Raposas. Peles para guarnições. Casacos de malha, etc.

## PROPRIEDADES

COMPRA E VENDA

EMPRÉSTIMOS HIPOTECÁRIOS

Nas melhores condições

*Teixeira & Albuquerque, L.<sup>da</sup>*

91, RUA AUGUSTA, 95 - LISBOA

Telefone: P. B. X.-2.9009 — 2.9010

# MELO QUEIROZ, L.<sup>DA</sup>

ENGENHEIROS

PRAÇA DE S. PAULO, 19, 2.º D.

Telefone 2 1815

Telegramas: TECHNICI

Orçamentos, projectos e instalações para todas as indústrias químicas; instrumentos de precisão para uso de engenheiros, médicos, contabilistas, etc.

## MATERIAL PARA ENSINO E LABORATÓRIOS

Máquinas de lavar, esterilizar e passar roupa; máquinas de lavar e esterilizar loiça; máquinas de descascar batatas e outras próprias para Colégios, Hospitais e usos domésticos.

## INSTALAÇÕES DE FRIO E AQUECIMENTO

## Gabinete de Estudos Técnico-Económicos

para orientação e estudo de todos os problemas que interessam à vida económica da nação, com a colaboração de engenheiros especializados, economistas, juriconsultos, colonialistas, agrónomos, arquitectos e contabilistas, e pessoal competente para acompanhar nas repartições públicas todos os assuntos que digam respeito à propriedade industrial e ao condicionamento das indústrias.

# COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE

TERRITÓRIO DE MANICA E SOFALA

(África Oriental Portuguesa)

Capital — BEIRA

Extensão : — 13.482.200 hectares

Região extremamente fértil, sob o ponto de vista agrícola,  
principalmente para a cultura do açúcar, do milho e do algodão

O pôrto da Beira é servido por magníficas linhas férreas,  
que o ligam com a Rodésia e com a Niassalândia

PARA INFORMAÇÕES

EM LISBOA

LARGO DA BIBLIOTECA PÚBLICA, 10

(SÉDE DA COMPANHIA)

NA BEIRA

Secretaria Geral do Governo

do Território

## LEVEDURAS SELECCIONADAS PARA O FABRICO

DE

## PÃO E PASTELARIA

A GRANDE MARÇA PORTUGUESA

**LEVEDURA "NACIONAL"**

PRENSADA, em pacotes de  
500 e 1000 gramas.

**LEVEDURA SECA "LEVERINA"**

em latas de 250 e 500 gramas  
ESPECIALMENTE FABRICADA  
PARA OS CLIMAS TROPICAIS

Com estas leveduras obtém-se uma importante economia de tempo  
de fabrico, de mão de obra, melhor pão e maior rendimento.

PEDIDOS À :

**Companhia Industrial Portugal e Colónias**

RUA DO JARDIM DO TABACO, 74 — LISBOA

---

---

# Companhias Reunidas

## GÁS E ELECTRICIDADE

---

Aplicações Industriais do Gás:

**FORNOS PARA RECOSER**

**FORNOS PARA TEMPRAR**

**FORNOS PARA GALVANIZAR**

---

ORÇAMENTOS E MONTAGENS

---

RUA DA BOA VISTA, 31

**Telefone 2 0011 - LISBOA**

**Dominguez & Lavadinho, L.<sup>da</sup>**

Papelarias nacionais e estrangeiras  
Fabrica de sobrescritos, manipulação  
de papeis de escrever

Séde - Rua da Assunção, 79 a 85  
Armazém - Rua Arco Bandeira, 135 a 143  
Fábrica - Av. Casal Ribeiro, 18 a 22

TELEF. 2 5201 e 2 5202  
TELEG. " SOBRESCRITOS  
CODIGO A. B. C. 5.ª EDIÇÃO

**Grandes Armazens do Norte**

DE  
**FERNANDES & SARAIVA, L.<sup>da</sup>**  
Rua dos Fanqueiros, 111  
1, R. S. Nicolau, 3 - LISBOA - Tel. 2 6779

**Tipografia de Manuel A. Pacheco, L.<sup>da</sup>**

Trabalhos Tipográficos  
em todos os géneros  
TELEFONE NORTE 4879  
Rua Silva Carvalho, 78 e 80 - LISBOA

## **PAPELARIA FERNANDES**

L. DO RATO, 23 a 35  
PBX. 4899-691 e 698

R. DO OURO, 145-149  
TELEFONE 28361

Papeis Nacionais e Estrangeiros

Grande sortido de artigos de Escritório, Pintura e Desenho

---

## **EUGENIO DE MORAIS, LIMITADA**

---

Confecções  
em  
todos os géneros

**ALFAIATES-MERCADORES**

LISBOA

Telefone 2 1317  
R. AUGUSTA, 141, 1.º E.  
Escada do Mondarim Chinês

# Espingardaria Central

G. HEITOR FERREIRA

SUCESSOR

**A. MONTEZ**

PRAÇA D. JOÃO DA CAMARA, 3

(Antigo Largo de Camões - ao Rooio)

LISBOA

Telefone 2 5731



## ARTIGOS DE ESGRIMA

Armas e munições  
de caça, defesa e recreio

## ARTIGOS DE PESCA

Representação exclusiva em  
Portugal das armas  
"GALAND" e "CORDY"

## REPARAÇÕES EM ARMAS DE QUALQUER SISTEMA

## "CORDY"

É a melhor espingarda de CAÇA  
E POMBOS, actualmente no mer-  
cado.

REPRESENTANTE EM PORTUGAL

## Espingardaria Central

G. HEITOR FERREIRA

SUCESSOR

**A. MONTEZ**

PRAÇA D. JOÃO DA CAMARA, 3 - LISBOA

# CASA HAVANEZA

FUNDADA EM 1861

O maior estabelecimento do género na Península

AGENTES EXCLUSIVOS  
DOS

**CHARUTOS «MÉLIOR»**

melhores que os havanos

34 marcas diferentes desde

55 centavos

a Esc. 4,500

dos conhecidos cigarros "JORRO"

da Companhia Nacional de Fumos

«VEADO»

ÚNICOS IMPORTADORES  
DOS

afamados papéis de fumar «ZIG-ZAG»  
os melhores do mundo

Double, Simples, Ramses,

Alcatrão gomado e sem goma,

Ambreado, Ponta Dourada,

Goudrn, Dernières Cartonches e Zuavo

Tubos de papel ZIG-ZAG, branco  
e alcatrão em caixas de 100

**24, LARGO DO CHIADO, 25**

End. Tel.: HAVANEZA

Apartado do correio n.º 303

Tel.: 2 0340

— LISBOA —

NOS  
GRANDES  
ARMAZENS  
DO

## CHIADO

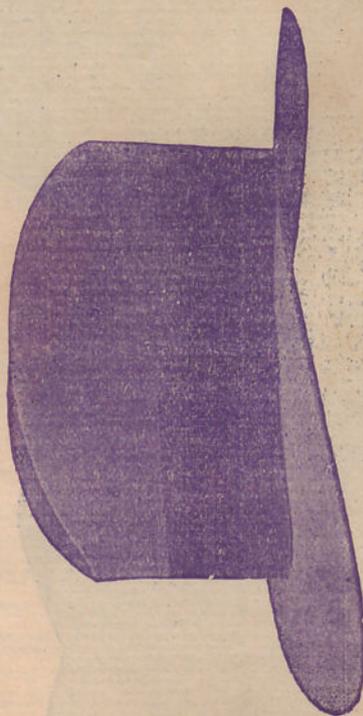
**HÁ TUDO O NECESSÁRIO À  
VIDA CONTEMPORÂNEA**

DESDE O ARTIGO MAIS MODESTO  
AQUELE QUE POR SER DE  
APLICAÇÃO DE MOMENTO  
NÃO PRECISA SER DE  
PREÇO TÃO ELEVADO

até ao artigo rico de qualidade para durar  
pelo qual se paga de boa vontade, o  
que ele vale

**Mas sempre por preços, que em  
em qualidades eguais,  
não temem confrontos.**

Isto porque nas suas 23 modernas fábricas  
fabricam quasi tudo o que vendem  
e o que não fabricam adquirem por Inter-  
médio das suas casas compradoras nos  
principais centros produtores a prompto  
pagamento.



De todos os mais distintos **CHAPELARIA ELITE**  
**151, RUA AUGUSTA, 153 — LISBOA**



Livraria  
Bertrand